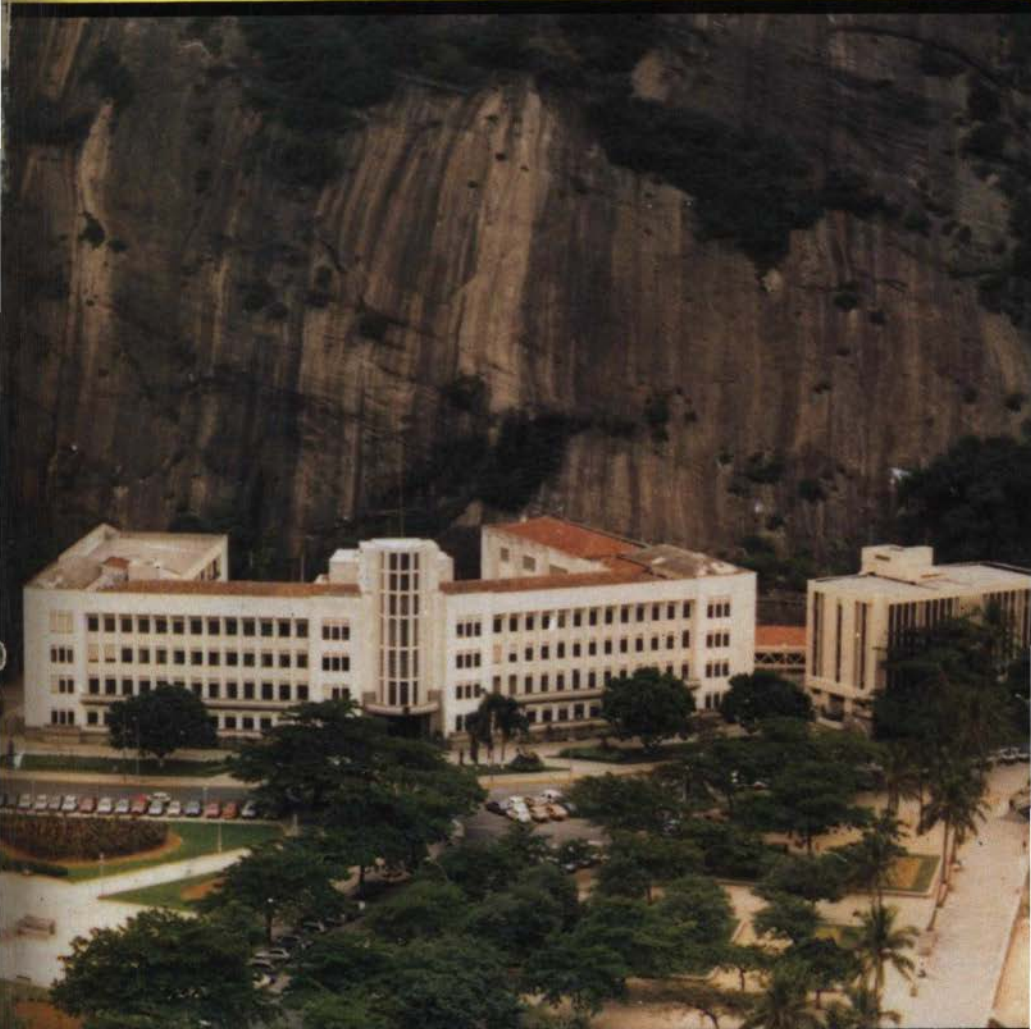




ISSN — 0011-7641

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



EPOPEIA DO NOVO MUNDO

de Jorge de Brito Chaves

**TECNOLOGIA MILITAR —
REPERCUSSÕES DA GUERRA
DO GOLFO**

de Carlos Albano do Amarante

**Nº 755
JAN/MAR-92**



A DEFESA NACIONAL

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	5
COMENTÁRIOS.....	123
A EPOPEIA DO NOVO MUNDO.....	8
Hugo Jorge de Brito Chaves	
A TECNOLOGIA MILITAR — REPERCUSSÕES DA GUERRA DO GOLFO	23
José Carlos Albano do Amarante	
AOS FUTUROS COMANDANTES DE OM.....	37
Armando Luiz Malan de Paiva Chaves	
TEMAS AMAZÔNICOS.....	48
Ney Coe de Oliveira	
AS DUAS FACES DA GLÓRIA.....	59
Cláudio Moreira Bento	
GUERRA ELETRÔNICA — O Episódio Trafra poderia ter sido evitado?.....	63
James Correa Caldas	
AMAZÔNIA — GEOPOLÍTICA DO CONFRONTO E GEOESTRATÉGIA DA INTEGRAÇÃO.....	68
Therezinha de Castro	
A QUESTÃO DE LIMITES BRASIL—GUIANA.....	83
Walter Pinheiro Guerra	
A INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA, UM PROBLEMA BRASILEIRO.....	90
Osmar José de Barros Ribeiro	
O MILITAR DA RESERVA REMUNERADA E A INATIVIDADE.....	99
Emir Benedetti	
LIVROS.....	133
INFORMAÇÕES.....	134
DESTAQUES DA IMPRENSA.....	136

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores — PRIMEIROS TENDENTES BERTUOLDO KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE NOVA REIS

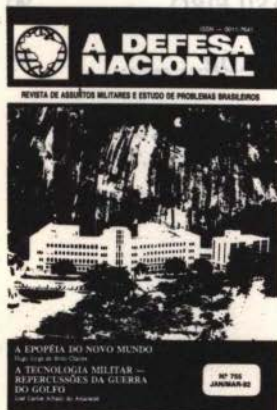
N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I.

Grupo mantenedor: Bertuolito Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Mota (relatório); Francisco de Paula Cidade, Mario Clementino, Lima e Silva, Paulo Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompeo Cavalcante, Euclides Figueiredo, Tamorda, Amaro Villa Nova, Maciel da Costa.

(Fac-simile da portada do N.º, Ano 1 — 10/10/1913 de "A Defesa Nacional")



NOSSA CAPA

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército,
Rio de Janeiro



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual *A Defesa Nacional*

Diretor-Presidente: Gen Div Sergio Ruschel Bergamaschi
Diretor-Secretário: Cel Arismar Dantas de Oliveira
Diretor-Administrativo: Ten Cel Amaro dos Santos Lima
Diretor-Tesoureiro: 2º Ten Roberto Gadelha

Conselheiros: Cel Celso José Pires
Cel R/1 Asdrubal Esteves

Conselho Fiscal: Cel Salim Nigri
Cel Paulo Roberto Laranjeiras Caldas
T C Marilhã de Farias Paura

Suplentes: Cel Descartes Leite Gahiva
Cel Marcio Paiva Barroso
Maj Paulo de Oliveira Lisboa

Revista *A DEFESA NACIONAL*

Redator-Chefe: Gen Bda Luciano Phaelante Casales
Redator-Executivo: Cel R/1 Virgílio da Veiga
Conselho Editorial: Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis
Cel Claudio Moreira Bento
CMG José Correia de Sá e Benevides
TC Manoel Márcio Gastão
Professor Jorge Boaventura

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

Assinatura anual (4 números) exterior e número avulso, ligar para serviço de Relações Públicas da Bibliex - tel.: (021) 253-7535

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

REDAÇÃO: Pça Gen Tibúrcio, 125 — CEP 22290, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Tel.: (021) 295-4046 — FAX/ECEME 5425454

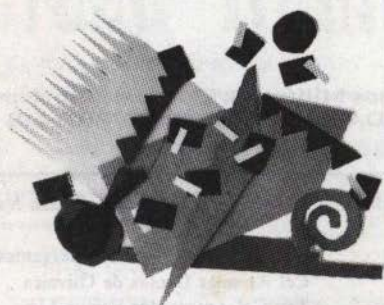
ADMINISTRAÇÃO: Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25 — CEP 20445, Rio de Janeiro, RJ, Brasil — Tel.: (021) 253-4628

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos originais ou notas publicadas em *A Defesa Nacional*, desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

EDITORAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA: Biblioteca do Exército



**O sonho de adquirir
sua casa própria pode ser realizado.
Depende de você.**



FAM - Fundo de Apoio à Moradia.

A poupança com seguro de vida para ajudar você a realizar o sonho da casa própria e garantir a segurança da sua família. ☐ Se, até hoje, você não conseguiu realizar o sonho da casa própria, nós temos uma maneira para auxiliá-lo nessa luta: o FAM — Fundo de Apoio à Moradia. ☐ O FAM funciona como uma poupança planejada, só que vinculada a um Seguro de Vida em Grupo. Foi idealizado e instituído pela FHE — Fundação Habitacional do Exército — especialmente para ajudar os militares dessa força a adquirirem a casa própria. ☐ Hoje, porém, os militares da Aeronáutica, da Marinha e os funcionários civis do Ministério do Exército, bem como os do Sistema FHE/POUPEX também podem contar com os benefícios do FAM. ☐ Apesar de estar voltado prioritariamente para a formação de um fundo destinado à aquisição da casa própria, o saldo e os rendimentos da POUPEX também podem ser retirados em outras circunstâncias, de acordo com o plano contratado. ☐ Para maiores informações, procure o FAM nas representações da FHE ou, então, o representante do Sistema FHE/POUPEX em sua OM ou pelo DDG (061) 800-3131. ☐ Mas, desde já, você pode estar certo de uma coisa: poupando com inteligência, você vai tornar a compra de sua casa própria mais fácil do que imagina. ☐ E, ainda de quebra, você tem um Seguro de Vida para amparo da sua família. ☐ Não perca tempo. Você e sua família merecem um futuro tranquilo.



FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO



ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO



EDITORIAL

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxias - Ala Marcílio D

Praça Duque de Caxias, 25 - 3.º and

20.455 - Rio de Janeiro (RJ)

A DEFESA NACIONAL E A ECEME

A redação de A Defesa Nacional está retornando à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Volta para onde ela esteve, de 1976 a 1981, em fase marcadamente fecunda da sua história. Foi quando adquiriu a feição gráfica atual e a forma de gerência que lhe permitiu liberar-se das dificuldades administrativas crônicas com que, a partir de certa época, passou a conviver.

Enquanto os órgãos de direção e apoio do Ministério do Exército estiveram sediados no Rio de Janeiro, foi fácil para a administração da revista, pela proximidade, sensibilizá-los para socorrê-la, sempre que necessário. A transferência do Ministério para Brasília e a filosofia administrativa a que ele se impôs, a partir da década de 70, foram deteriorando a sensibilidade e inviabilizando a gerência.

Ao perceber a extensão do problema, o Ministro do Exército decidiu interferir diretamente na edição da revista, cuja criação representa um marco importante da história da Força Terrestre Brasileira. E convocou a ECEME para redigi-la e administrá-la, através do seu comandante e de um grupo de oficiais instrutores por ele selecionado.

Ao ser criada a Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos (DACED), hoje Diretoria de Assuntos Culturais (DAC), a edição da revista passou a ser encargo seu, com redação e gerência entregues à Biblioteca do Exército (BIBLIEX).

Mas ela continuou ligada, informalmente, à ECEME.

A Portaria Ministerial 239, de 10 de março de 1982, que definiu os periódicos editados pelo Ministério do Exército, oficializou essa ligação,

quando, ao referir-se a A Defesa Nacional, estabeleceu que o seu corpo redatorial seria composto por oficiais instrutores da Escola.

Foi determinação que, a bem da verdade, jamais conseguiu sair do papel. Algumas dificuldades, entre as quais avulta a redução do efetivo do seu corpo de instrutores, não permitiram à ECEME proporcionar apoio além do que vinha fazendo, de modo informal.

Com as IR 60-10*, publicadas no Boletim do Exército de 6 de setembro de 1991, o assunto voltou à ordem do dia.

Na década de 60, a ECEME sentiu necessidade de contar com um instrumento para atualização dos seus diplomados. Era época efervescente de transformações importantes em diversos setores da doutrina que ministrava, reclamando reciclagem permanente para seus ex-alunos. Um curso foi então instituído, por correspondência, com matrícula compulsória de cada turma diplomada, em ciclos definidos.

Enquanto houve novidades a apresentar, o curso conseguiu manter o interesse dos participantes, com "feed-back" compensador. À proporção, porém, que a doutrina foi se consolidando e o novo pós-diplomação se reduzindo, o interesse foi se deteriorando, o retorno perdeu substância e o curso foi se esvaindo por si próprio.

As IR 60-10 representam, assim, uma tentativa de revigoramento da reciclagem, cuja importância nunca deixou de existir. Ela, agora, passa a ser feita por um fluxo de informações permanente, informal e assistemático, dirigido aos que participem do programa de atualização, todos voluntários. Essas informações objetivam colocá-los a par dos assuntos mais importantes em estudo na Escola e em outros órgãos formuladores de doutrina militar, nacional e estrangeira. Através delas, o diplomado da ECEME será incentivado à troca de experiências em torno do tema enfocado.

Dentro do processo, A Defesa Nacional passa a constituir instrumento de divulgação, publicando as melhores contribuições dos ex-alunos e a síntese das conclusões dos estudos em andamento.

* Instruções Reguladoras para a Organização e Funcionamento do Processo de Atualização dos Diplomados pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (IROF/PADECEME).

Em função disso, as IR 60-10 determinaram a cooperação da ECEME com a BIBLIEX na elaboração da revista, selecionando assuntos para edição. Determinaram, ainda, o recolhimento do quantitativo necessário à aquisição de uma assinatura anual da revista pelos participantes do processo, e o recebimento dos exemplares referentes a essas assinaturas, para distribuição aos destinatários.

Eis porque a redação de A Defesa Nacional está retornando à ECEME. Além de oferecer melhores condições para a Escola atender às determinações da IR 60-10, facilitará o cumprimento da Portaria 239, no futuro.

A partir desta edição, nosso sumário passa a destacar as matérias pelas quais a ECEME responde ao que as IR 60-10 estipularam, além das que ela julgue de importância para o seu Curso de Preparação (CPrep/ECEME).

Aos nossos colaboradores, tradicionais e novos, fora desse sistema, esclarecemos que poderão continuar endereçando artigos para a administração da revista, no Palácio Duque de Caxias, ou para a nova redação, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Poderão também entregá-los, informalmente, ao seu redator-executivo, que permanece o mesmo.

Pretendemos que, além de cooperar com a ECEME no processo de atualização dos seus diplomados, a nova fase da revista satisfaça melhor o interesse dos seus assinantes.



A EPOPÉIA DO NOVO MUNDO(**)

Hugo Jorge de Brito Chaves

1992 será marcado pela efeméride com que o mundo inteiro comemorará o 5º centenário de uma, senão a maior, aventura marítima de todos os tempos.

A *Defesa Nacional* participa dessas comemorações, através do "pequeno registro apologético" que dele faz este artigo, conforme assinalou o autor, ao encaminhá-lo à nossa redação.

Da antiguidade o grego Heródoto legou-nos um dos momentos mais preciosos acerca de viagens e explorações, com descrições minuciosas sobre tudo o que viu em volta do Mediterrâneo, ou seja, o mundo de então.

Já na Idade Média, os dados mais exatos, mais memoráveis e mais férteis em conseqüências estão numa das obras mais importantes que alguém nos legou em escritos na História — as crônicas do mercador veneziano Marco Polo, aos quais seus contemporâneos não deram a devida atenção. Polo foi o primeiro europeu, desde Alexandre, a incursionar na Índia, indo depois à Tailândia,¹ Vietnam, Oceania, toda a

China e a Sibéria. Pouco antes de morrer, em seu leito de moribundo, seu confessor e os *experts* locais, totalmente incrédulos, pediram-lhe, no momento de comparecer perante Deus, que dissesse se era verdadeiro tudo aquilo que descrevera. Marco Polo limitou-se a responder com a respiração ofegante e um leve movimento labial: "Garanto-lhes que não lhes contei a metade do que vi!"

No século XV, a energia e o desprendimento de um homem alargaram os horizontes das navegações para oeste. Trata-se do infante Henrique de Portugal, a quem deram a alcunha de "o navegador", apesar de ele nunca ter entrado em uma embarcação em toda sua vida. Grão-Mestre da Ordem de Cristo, sem manter nenhuma ligação nem com a bebida nem com as mulheres, este filho do rei D. João I

(**) Selecionado pelo CPrep/ECEME

1. Procuraremos usar sempre os nomes atuais dos países.

mantinha-se permanentemente recluso, dedicando-se por inteiro a planejar as viagens que fizeram a glória de seu nome. Fundando em Sagres, ao sul de sua pátria, a primeira Escola de Navegação do mundo, ele aí alocou os melhores professores e profissionais da Europa. E, aos poucos, o infante colocava nos mares um novo capitão para, indo cada vez mais longe, navegar na costa ocidental africana. Por ocasião de sua morte, em 1460, os portugueses já haviam alcançado a Libéria e Henrique havia alicerçado, definitivamente, as fundações para o sucesso da navegação em todos os oceanos.

A intrigante pergunta que persegue comumente quase todas as inteligências que estudam o problema é por que razão o continente americano foi descoberto tão tarde? E a resposta é aparentemente simples: não existiam, como ainda não existem, correntes marítimas favoráveis para arrastar para oeste os navegantes ingleses, franceses, espanhóis ou portugueses. Quando algum deles aventurava-se além dos Açores, era forçado a regressar ao continente europeu pela poderosa *gulf stream*, a famosa corrente do Golfo do México.

Esta é a razão pela qual os selvagens Vikings foram os primeiros homens a tocar terras americanas, nunca por sua superioridade intelectual, mas porque eles sempre contornavam a Islândia, pegando em cheio as correntes da Groenlândia e do Labrador, inteiramente favoráveis no rumo sul. Ninguém nunca ficou sabendo o que se

passou com essas viagens dos nórdicos, a não ser que Erik fundou, em 982, uma colônia na Groenlândia, e que Erikson, por volta de 1100, foi o primeiro a desembarcar nos Estados Unidos, fundando *Vinland*, próximo ao Cabo Cod. Sabe-se também, e aliás inexplicavelmente, que a última viagem dos Vikings foi em 1347.

Mas nem Heródoto, nem Marco Polo, nem mesmo Henrique com sua visão privilegiada, conseguiram desbravar os caminhos do mar para oeste. Parece que as Colunas de Hércules marcavam, como rezava a lenda, os limites que a natureza impunha. Caso Nostradamus já vivesse (e por pouco ele não frequentou o século XV), aproveitando a onda de profecias que percorre os computadores infiéis deste final de século XX, é bem possível que ele previsse, em suas indecifráveis quadras, determinado bastardo da Ligúria como herói da travessia. No entanto ocorreu o que sempre ocorre quando o destino se interpõe nos desígnios humanos.

Na manhã do dia 13 de agosto de 1476, um comboio de navios genoveses que transportava mercadorias para Lisboa foi atacado por uma frota francesa nas costas do Algarve e, após rude combate, três embarcações de Gênova naufragaram; mas alguns marinheiros conseguiram alcançar a costa a nado, ou agarrados em pedaços de madeira. Entre eles, encontrava-se um jovem tripulante cujo nome nunca mais abandonará o ambiente escolar em todos os recantos do universo: Cristóvão Colombo.

Como Portugal era hospitaleiro desde aquela época, o mancebo genovês, alcançando a capital, aí resolveu estabelecer-se. Durante vários anos Colombo viveu em Lisboa, como cartógrafo e pesquisador de livros, dedicando-se com afinco ao estudo de geografia, matemática e astronomia, uma vez que possuía acentuada bagagem de conhecimentos náuticos. Seu entusiasmo cresceu mais ainda por ter se casado com a filha de um renomado navegador, Pedro Perestrello, de quem teve um filho, nascido em 1480, e que pertencia à ilustre família lusitana.

A certa altura de seus estudos, Colombo fanatizou-se por um projeto no qual já vinha trabalhando desde que chegara à Lisboa, qual seja o de que, navegando para o poente, ele alcançaria as Índias, a China e o Japão, e encontraria as riquezas incomensuráveis relatadas por Marco Polo. Por esse tempo, ele empreendeu duas viagens com o sogro, uma ao Mar do Norte tocando na Inglaterra, em 1483, e outra à Guiné Africana, em 1485.

Façamos um necessário parêntesis. Como na maioria das páginas da História, não só a brasileira como a de quase todas as nações do mundo, a falsidade pontifica e predomina pelo perverso hábito de ser repetida e ensinada. Corre a lenda que Colombo era o único homem de seu tempo que estava convencido da esfericidade da terra. Nada mais falso. Por incrível que possa parecer, todas as pessoas inteligentes e cultas pensavam do mesmo modo, e quase todos os professores de universidades ensinavam que o mais prová-

vel era ser o planeta redondo. A única coisa que faltava era provar o fato, e isto só seria possível se, navegando para oeste, fossem alcançados os pontos que Marco Polo descrevera quando viajara para o leste e, fator primordial, que distância teria de ser percorrida.

Colombo queria justamente provar, e para tanto passou a debruçar-se nas cartas do egípcio Ptolomeu, do florentino Toscanelli e de Marco Polo. Examinando cuidadosamente a viagem de Polo e fazendo um cálculo errado da circunferência da terra, ele chegou à conclusão que, dos Açores ao Japão, navegando para oeste, a distância não ultrapassaria 2.400 milhas.

Ora, sabe-se hoje que essa distância, em linha reta, é de cerca de 10.000 milhas.

A descoberta da América por Colombo foi, em suma, a consequência de um enorme erro de cálculo, e sua aventura teria um final trágico, caso o continente americano não estivesse situado entre a Europa e o objetivo real de sua viagem.

Além da ferrenha dedicação a seus estudos, Colombo levava enorme vantagem sobre seus contemporâneos que lhe valeram, mui justamente, seu imenso prestígio à posteridade: uma inflexível energia, uma força de vontade fora do comum, uma paciência de Jó, uma inquebrantável confiança em si próprio, e uma obstinação sem limites.

Acresce a tudo isto a profunda religiosidade de Colombo. Católico praticante, não só observava escrupulosamente todos os princípios da Igreja,

como se sentia um predestinado para uma grande missão em nome de Nosso Senhor Jesus Cristo: os tesouros das Índias e da China, que ele pensava encontrar por um caminho muito mais curto, deveriam financiar a luta travada pelos cristãos para arrancar o Santo Sepulcro das mãos dos infiéis, alvo que as Cruzadas perseguiram infrutiferamente.

Pela primeira vez, em 1484, oito anos após o destino ter batido à sua porta, por ingerência do sogro, Colombo conseguiu ser recebido pelo rei de Portugal, D. João II, a quem submeteu seu audacioso plano de viajar para as Índias pelo poente, apesar de saber a fera que era o monarca, que recentemente matara seu cunhado pelas próprias mãos, por intrigas na corte.

O rei escutou atentamente Colombo, mas acabou convencido que estava diante de um falador fanfarrão. À desconfiança real, Colombo opunha uma tenacidade ímpar. Durante toda sua vida, a obstinação e a paciência de Colombo foram tamanhas, que ele nunca recuou um milímetro de suas idéias. E, ademais, para sua infelicidade, a "entourage de sábios" que cercava D. João não admitia em absoluto que se desse ouvidos às antigas charlatanices do novo Marco Polo.

Se Colombo habitasse o Brasil de hoje naturalmente não passaria os dissabores de ter que abandonar a hospitalidade de um país amigo pelos motivos que o fizeram deixar nossa pátria-mãe. Em nosso Brasil atual é difícil saber quem nada deve e, na maior parte das vezes, quem paga o

que deve. Colombo, que contraíra inúmeros débitos com credores privados, abandonado pelo sogro após ter ficado viúvo, na iminência de ser preso pelas autoridades portuguesas, cruzou a fronteira espanhola numa noite do final de 1485. Carregava, afora a parca bagagem de forasteiro fugitivo, o pensamento fixo na sua imaginária aventura de além-mar que jamais o abandonou.

Com o recente casamento de Fernando de Aragão com Isabel de Castela, a Espanha tornara-se um reino unificado e, neste encontro umbilical de amor e política, o genovês enxergou um sustentáculo para a concretização de seus sonhos.

Estabelecendo-se em Madrid, tratava-se, tão somente, de ultrapassar uma única mas grandiosa dificuldade: como poderia ele, estrangeiro desconhecido, fugido do país vizinho, sem amigos que o aproximassem, penetrar na corte de Suas Majestades Católicas e expor a eles seus planos mirabolantes? E, ainda por cima, convencê-los de que seus desenhos e cartas, aparentemente tão fantásticos, teriam possibilidades de êxito, conquistando-lhes o apoio em dinheiro, homens e navios?

Na verdade, Colombo talvez tenha sido a personagem mais teimosa, persistente e confiante de toda a História Universal! O destino não poderia desacorrentar-se dele jamais. E foi o que aconteceu, quando ele bateu à porta da casa do frade franciscano Antonio de Marquenhas, no dia 24 de fevereiro de 1486. Marquenhas era um renomado astrônomo que gozava de imensa consideração entre os cientis-

tas daquela época. Com três horas de conversação, Colombo já interessara Marquenas em seus projetos e, graças a ele, diversos contatos foram estabelecidos com as mais altas personalidades do país. Todos ficavam boquiabertos com a obstinação doentia daquele homem, e acabaram por concordar em apresentá-lo à rainha.

No dia 1º de maio de 1486, na imensa sala de audiência do Alcázar de Córdoba, Colombo estava por primeira vez diante da soberana, linda mulher de enormes olhos azuis e cabelos alourados. Isabel escutou amável e pacientemente sua vibrante exposição e, para surpresa de todos, encorajou-o a ir avante, com a ressalva de que estudos mais profundos fossem efetuados por um Conselho de Sábios do Reino o que, Colombo já o sabia de antemão, correspondia a um longo e difícil período onde ele continuaria exposto aos sarcasmos e às desconfianças. A única vitória assegurada foi Isabel ter consentido em arcar com todas as suas despesas em território espanhol.

Os tais "sábios" que, em Salamanca, examinaram os planos do genovês, abanaram a cabeça e chegaram à conclusão que suas afirmações careciam de total fundamento. Colombo chegou a discutir pessoalmente com eles, e daí surgiu a famosíssima lenda, outra entre muitas, do ovo quebrado para amparar firmemente suas fanáticas concepções.

Em junho de 1488, os "sábios" informaram à rainha de suas conclusões e Colombo viu repentinamente serem cortados seus subsídios.

Colombo optou por fazer nova tentativa junto ao rei de Portugal D. João II, solicitando-lhe um salvo-conduto para entrada naquele país sem sofrer os rigores da lei. O rei acedeu novamente e Colombo voltou a Lisboa, em dezembro de 1488. Quando estava por ser recebido pelo soberano, sua falta de sorte foi tão grande que, naquele exato momento, chegavam ao porto da capital lusa três caravelas sob o comando do capitão Bartolomeu Dias, que haviam saído no ano anterior e traziam a extraordinária novidade da descoberta do Cabo da Boa Esperança, o ponto mais meridional do continente africano e, como é lógico, o rompimento do caminho marítimo para as Índias que o infante Henrique e seus seguidores perseguiram por tanto tempo.

D. João II exultava e não se preocupava nem precisava de mais nada. Pelos mares do sul da África ele alcançaria, muito mais rapidamente, as riquezas que Marco Polo descrevera e outros orientais já conheciam.

Nosso entristecido herói não foi nem recebido, contentando-se em resolver problemas pessoais e manter, com Bartolomeu Dias, uma interessante troca de idéias que muito lhe valeram para deduções futuras. Ele permanecia convicto de que os portugueses, apesar da euforia generalizada, enganavam-se quanto ao rumo de leste. O "mapa da mina" designava o oeste.

Retornando à Espanha, em maio de 1489, ele solicita e obtém uma segunda audiência com a rainha Isabel, que dirigia pessoalmente o cerco à cidade

de Baza, ainda de posse dos mouros. Antes, porém, Colombo não hesita um único momento aproveitando a oportunidade para colocar seus atos de acordo com seus princípios, defendendo seus ideais não só com a palavra mas também com a espada, e apresenta-se como voluntário para combater pelo cristianismo contra os pagãos.

Justamente nessa ocasião, a rainha Isabel recebeu emissários do Sultão do Egito, que eram portadores de uma mensagem na qual o monarca muçulmano ameaçava devastar completamente o Santo Sepulcro, caso a guerra contra o Islã prosseguisse na Espanha. Isabel, a formidável e intrépida, incansável defensora do catolicismo, que amava profundamente seu marido, mas mantinha rasgos de total independência, respondeu de imediato que o solo europeu só ficaria purificado quando o último dos islamitas fossem de lá escorraçados e que, como disse em dias recentes o ditador do Iraque, tratava-se de uma guerra santa de Cristo contra o demônio — só que para aquele lunático do crescente inverteram-se os papéis; no caso a guerra foi igualmente santa, mas de-Maomé contra o diabo.

Colombo não perdeu a chance de insinuar-se junto à corte, demonstrando corajosa e, sempre fanaticamente, que seria facilímo financiar uma nova Cruzada para conquistar os lugares santos, se lhe dessem os meios para trazer os tesouros das Índias pelo caminho mais curto, não o sul da África, como propagavam os rivais vizinhos, mas velejando para oeste.

O momento não era propício para insistir. Fernando e Isabel jogavam todas as suas cartas na expulsão dos infiéis e o término da guerra, o que só veio a ocorrer em 2 de janeiro de 1492 com a capitulação de Granada, derradeira cidadela moura em solo europeu. Colombo não cabia em si de felicidade, combatera ao lado de sua fé vitoriosa, e vislumbra, agora, a realização concreta de seu sonho.

Qual não foi sua decepção quando, dias após o grandioso desfile da vitória em Granada, ele é chamado para a audiência com Suas Majestades e cientificado de que seus projetos estavam oficial e definitivamente rejeitados, e que ele estava livre para apresentá-los a quem desejasse.

O teimoso genovês estava desolado, mas não se deixara abater. O otimismo e a certeza na realidade de seus objetivos eram de tal monta, que a ele só restava tocar para frente e aguardar ventos e dias melhores.

Saía de Granada com a firme intenção de cruzar a fronteira da França e recomeçar todo seu périplo junto à corte de Carlos VIII. Mas parece que a mão de Deus protege a glória da tenacidade. Colombo cavalgara já cerca de 64 milhas quando, no lugarejo de Piños-Puente, é alcançado por um mensageiro que, em nome e por ordem de el-rey, determinava que ele retornasse imediatamente à corte. Este instante marcou o ponto de partida de uma nova era na história da humanidade!

Ocorreu o seguinte milagre, e que os milagres existem não resta a menor

dúvida: um homem muito rico, financista e filantropo, que lera por várias vezes as razões de Colombo para sua empreitada, assim como o relatório negativo dos “sábios”, Luís de Santangel, administrador de todos os bens privados do rei Fernando, chegou à conclusão que os “sábios” não eram tão sábios e que o “louco” igualmente não era tão louco. No mesmo dia da partida de Colombo de Granada, Santangel precipitou-se ao palácio dos reis, onde, reunindo-se a sós com Isabel, instou-a vivamente a engajar-se numa aventura que “por tão fraco risco poderia trazer incalculáveis lucros à Espanha e ao cristianismo”. Santangel chegou a dramatizar, dizendo que se achava disposto a suportar pessoalmente o patrocínio de uma pequena frota. O mago das finanças conhecia bem a mulher com quem se encontrava dialogando para que a inclinasse ao consentimento e, melhor ainda, sabia que Fernando acataria o que a esposa decidisse. A rainha finalmente cedeu, e as portas abriram-se como num passe de mágica.

Colombo recebeu a patente real de Almirante do Mar Oceano, Vice-Rei e Governador Geral de todas as ilhas e continentes que conquistasse em nome de Suas Majestades Católicas. Ele receberia, ainda, um décimo do ouro, prata, pérolas, pedras preciosas, especiarias etc... que recolhesse. Os preparativos para a partida iniciaram-se imediatamente, e Colombo a tudo supervisionava em pessoa.

A rainha permitiu que fossem equipadas três caravelas, apesar de Co-

lombo ter optado pelo dobro: a nave capitânea *Santa Maria*, com cerca de 100 toneladas, a nave *Nina*, a predileta do genovês, com 60 toneladas, e a menor de todas, a *Pinta*, com 55 toneladas. Suas tripulações eram respectivamente de 40, 26 e 24 homens. Embarcaram-se víveres para a duração de 1 ano e renunciou-se ao embarque de armamentos e soldados, tendo em vista ser a expedição puramente explorativa, sendo o Grande Almirante portador de cartas dos soberanos espanhóis aos reis das Índias, ao Grande Khan da China e a hipotéticos reis japoneses.

No dia 3 de agosto de 1492, uma sexta-feira de linda manhã e forte calor, foi quando, logo após a missa embarcada, o Almirante deu ordens para levantar âncoras do porto de Palos, em Cadiz, no sul da Espanha. Ao despedir-se de Isabel, quando esta recomendou-lhe prudência pelos enormes perigos que teria que enfrentar, Colombo respondeu em latim com a famosa frase de Pompeu que anda muito em moda hoje em dia, até mesmo em música popular: *Navigare necesse, vivere non necesse* (Navegar é preciso, viver não é preciso). Perdoem-nos alguns historiadores, mas a frase é do excepcional general romano, e não do extraordinário navegador genovês.

Se, porventura, a marinha tivesse um patrono de natureza internacional, queremos crer que o voto quase unânime das nações por certo recairia em Cristóvão Colombo. O que este homem conseguiu fazer nessa travessia, sem contar com praticamente nada que o pudesse orientar de maneira mais se-

gura, é simplesmente algo de sobre-humano.

Começa aqui o drama que o imortalizaria. Colombo fez questão de organizar um diário de bordo que é talvez o mais interessante e completo que a história já registrou.

Apesar de, naquele tempo, nada se conhecer a respeito de correntes marítimas, o Almirante tinha certeza de que, tanto os franceses como os portugueses, que já haviam navegado para oeste, nunca conseguiram ultrapassar a longitude do arquipélago dos Açores, por alguma causa que o intrigava. Sua profunda intuição levou-o a buscar uma rota mais ao sul, e escolheu as Canárias como base para lançar-se ao desconhecido. Na verdade, desde algum tempo ele se convencera de que as Canárias, e não os Açores, encontravam-se na mesma latitude do Japão. Novamente o destino abençoou-o. Este novo erro deu-lhe ensejo a evitar a *Gulf Stream* e pegar ventos de nordeste pelas costas. Interessante se torna esclarecer que naquele final de século XV era perfeitamente viável determinar-se a latitude de um lugar, mas quase impossível determinar sua longitude. A idéia de Colombo era tirar uma linha reta de Las Palmas e, seguindo o mapa de Marco Polo, atingir o Japão ou a China.

Em 10 de agosto, os três navios alcançaram as Canárias onde novos carregamentos foram postos a bordo, e onde quase um novo risco fez com que a expedição retardasse ainda mais sua largada final. Colombo travou conhecimento aí com uma lindíssima jovem

viúva de apenas 30 anos, Doña Beatriz de Peraza, que transtornou sua cabeça como já havia virado a cabeça do rei Fernando, salvo pela severa intervenção da rainha Isabel, que ordenou que ela se retirasse da corte para o arquipélago.

O Almirante parecia sucumbido aos encantos dessa dama, ele, um calejado marinheiro de 41 anos de idade, viúvo, e que ainda nos anos de espera ansiosa na Espanha voltara a encontrar o amor numa jovem de Córdoba de apenas 18 anos, a quem não desposara, evidentemente por razões de conveniência (a moça era uma espécie de sua empregada doméstica), mas que lhe deu o segundo e último filho. Não, para o veterano homem do mar a tentação em hipótese alguma poderia deixar de ser sobrepujada. E ainda mais que para ele pouco faltava na esperança de conquistar o objetivo de toda sua vida, sua obstinada e doentia vontade de alcançar o que determinava seu pensamento. A separação e as despedidas de Dona Beatriz foram mais que "calientes", com juras de amor eterno e ingredientes chorosos, culminando ressaibos de um namoro que não se concatenava com a idade do Almirante.

No dia 9 de setembro de 1492, o comboio partiu rumo ao infinito, ao desconhecido. A viagem transcorria dentro de uma tranqüilidade assustadora. Após os primeiros 15 dias, começaram a ouvir-se sussurros de descontentamento entre a tripulação. O Grande Almirante procurava tranqüilizar a todos. Ele gostaria de ouvir de seus homens aquilo que Dante dis-

sera a Virgílio, na descida ao Inferno: *Tu duca, tu signore e tu maestro* (tu és meu guia, meu senhor e meu mestre). Ele não se cansava de repetir que avistar terra era tão somente uma questão de dias. No vigésimo-quinto dia de mar, os oficiais pediram uma reunião com o Almirante e ponderaram-lhe que talvez fosse melhor dar meia-volta e regressar. Colombo, sozinho, resistia a tudo e a todos. Que terrível força enigmática guiava a mente desse predestinado!

Foi então que, no dia 7 de outubro, produziu-se um fenômeno corriqueiro, mas de tão considerável importância, que mudou o curso da História. Colombo observou um numeroso grupo de pássaros, possivelmente migrantes, que voavam por cima das embarcações e lembrou-se logo que foi, pelo vôo de aves, que os portugueses haviam descoberto os Açores. Imediatamente ordenou, pela primeira vez desde que deixaram as Canárias, que o rumo absolutamente reto de latitude fosse alterado em 30° para sudoeste, justamente de onde vinham os pássaros. Foi a salvação de Colombo. Caso ele tivesse mantido a direção exata leste-oeste, levaria muito mais tempo para alcançar terra, e é bem possível que não conseguisse segurar a rebeldia de seus marujos. Certamente seu ponto de contato seria o norte da Flórida, a Geórgia ou a Carolina, ainda mais que ele entraria no coração da *Gulf Stream*.

A noite de 10 de outubro foi a mais crítica de toda a travessia. A pequena frota já navegava sobre os mares duas vezes mais tempo que qualquer outra

embarcação o fizera em todos os tempos. Os três capitães, que por sinal eram irmãos, Martin, Francisco e Vicente Yanés Pinzon, este último bastante conhecido dos brasileiros, motivo de celeuma entre os estudiosos de nossa história por ter tocado, pelo menos dentro de aceitáveis considerações, a costa do Brasil antes de Cabral, vieram ao encontro do Grande Almirante fazendo-lhe ver que já não conseguiam refrear o ânimo exaltado de seus homens, e existia a ameaça latente de motins a bordo.

Situação delicadíssima. A certeza de Colombo contra o medo de todos os demais. Ele determinou que se reunissem todos os oficiais na nave capitânea e proferiu então a famosa promessa de que, se dentro de mais três dias não fosse avistada terra, ele daria ordem de inverter o rumo de volta. Com lágrimas nos olhos o alquebrado genovês sentia que, tão prestes a ganhar a grande partida de toda sua vida, empenhara sua palavra que poderia pôr tudo a perder. E não mais dormiu. Foram 48 horas de espantosa atividade física e mental. Ele tirou de sua manga as derradeiras cartas que lhe restavam, jogando com toda sua sabedoria, sua inteligência, seu tino, sua largueza de vistas, suas orações e sua fé inabalável de católico extremado.

Começou por ordenar que todas as velas fossem desfraldadas, mesmo durante a noite e, com um instinto mágico, um daqueles estalos que surgem repentinamente no consciente dos obstinados em desespero, ordenou uma mudança de rota mais 10° a sudoeste.

Seus olhos não largavam um minuto a bússola e o horizonte. Sua fiel devoção de servo de Nosso Senhor Jesus Cristo não poderia fazer com que fracassasse. Afinal seu nome não era Cristóvão, o santo que, segundo a lenda, carregara o menino Jesus nos ombros através de um rio, o santo padroeiro dos viajantes?

Às 2 horas da madrugada do dia 12 de outubro de 1492, ouviu-se um grito na vigia da *Pinta*: "Terra! Terra!" Colombo, que não mais dormia, apurou o olhar na proa da *Santa Maria* e mal podia acreditar no que via: ao clarão de uma lua cheia, o brilho de uma estreita faixa de areia branca, o primeiro pedaço de terra após 33 dias ininterruptos em pleno mar. O Almirante exultava, gritava, abraçava a todos. Era, enfim, a vitória da perseverança. Os espanhóis haviam chegado, sem o saber, na costa oriental de uma das Ilhas Bahamas, exatamente a que hoje tem o nome de Watlings Island.

Com o clarear do dia, Colombo, que não cabia em si de contentamento, se fez conduzir à terra com alguns de seus oficiais, empunhando em sua mão esquerda a bandeira real de Espanha. Todos se ajoelharam, tomaram um pouco de terra em suas mãos e renderam graças a Deus com lágrimas escorrendo pelas faces. Colombo levantou-se e, fazendo o sinal da cruz, batizou o lugar com o nome de São Salvador, tomando posse em nome de Suas Majestades Católicas. Aproximaram-se logo os habitantes locais, completamente nus e de pele bronzeada, mostrando-se pacíficos e amáveis. Houve troca

de presentes e uma busca incessante em interpretar uma linguagem que para os europeus era inteiramente desconhecida.

Na verdade Colombo não sabia onde se encontrava, e nunca ninguém lera nada no mundo que descrevesse uma raça humana que se assemelhasse a esta, mormente por não portarem nenhuma espécie de vestimenta. Tudo era desconhecido: os indígenas, as árvores, as plantas, o tipo de areia nas praias, a língua, o modo de vida, os costumes etc... Mas, descartando totalmente a hipótese de ter alcançado o Japão ou a China, Colombo acreditava cabalmente que tocara numa região ainda desconhecida das Índias, daí ter dado aos habitantes daquele lugar indefinido o nome de índios.

Entre a mímica, que sempre salva alguma coisa em situações semelhantes, os indígenas apontavam seguidamente para sudoeste, como a quere-rem dizer que algo mais importante encontrava-se naquela direção.

O Almirante resolveu partir na tarde do dia 14 de outubro e navegou à direita e à esquerda por vários dias, seguidamente encontrando pequenas ilhas e tentando desesperadamente alcançar um verdadeiro continente com minas de ouro, prata e pedras preciosas.

Finalmente, no dia 28 de outubro, um domingo, as embarcações alcançaram um local que os selvagens chamavam, em seu estranho linguajar, Cuban ou Cuba, que, por sua extensão, Colombo julgou tratar-se do tão procurado continente com as riquezas des-

cristas por Marco Polo. Nova decepção, nada de metais ou pedras preciosas. Os mesmos indígenas, as mesmas árvores, o mesmo ambiente. O único consolo para os marinheiros foi o fato de que os "índios" receberam-nos como deuses vindos diretamente do céu, e as mulheres e jovens entregaram-se de tal modo que os europeus, após tanto tempo de uma forçada abstinência sexual, chegaram a exagerar. As conseqüências é que foram funestas, pois a terrível sífilis, até então desconhecida do outro lado do Atlântico, mas que grassava em estado endêmico entre os indígenas americanos, transportou-se para o Velho Mundo, numa verdadeira epidemia que se alastrou assustadoramente no século seguinte.

A alegria inicial de Colombo transformava-se, dia a dia, numa monumental angústia, pela necessidade que ele tinha de regressar com algo que demonstrasse aos monarcas que a dispendiosa empreitada não fora em vão. Durante seis semanas ele percorreu toda a costa cubana e, no dia 20 de dezembro, o comboio penetrou numa baía de fantástica beleza, como nunca antes fora vista. Era a baía de Acul no Haiti. Colombo aí parou, e a acolhida foi com a mesma amabilidade por parte dos autóctones. O chefe local, cacique Guacanagari, enviou-lhe um mensageiro de boas-vindas com diversos presentes, entre os quais, para grata surpresa do Almirante, algumas pepitas de ouro. Seu deslumbramento foi de tal natureza que, no dia 24, ele resolveu visitar a vila habitada pelo cacique, a fim de passar o Natal em sua

companhia. Nunca o Almirante havia penetrado tanto terreno além da orla marítima.

Entretanto, a noite de Natal reservava um acontecimento trágico para os espanhóis. Pouco depois da meia-noite, com o mar tempestuoso e revoltoso, as violentas ondas agitavam toda a aprazível baía. O grumete, que o timoneiro da *Santa Maria* colocara temporariamente em seu lugar para poder festejar a data com os companheiros, adormecera e permitira que o leme batesse em um recife tão violentamente, que abriu um rombo no casco inferior. O corre-corre foi enorme, e Colombo, chamado imediatamente, ao chegar constatou que dificilmente poderia salvar sua nave capitânea, mormente pelas condições do tempo e do mar. Deu as ordens necessárias para que todos se pusessem a salvo e aguardou o clarear do dia. Pôde constatar então que seria impossível a recuperação, e mandou que todo o carregamento da nau fosse transportado para terra, inclusive com o auxílio dos selvícolas que ficavam deslumbrados com as coisas que viam. Guacanagari ofereceu trocar algumas bobagens europeias por pepitas de ouro, e, à vista disso, Colombo quase não lamentou a perda de seu navio, convencido de que realmente encontrara o filão de Midas.

Colombo resolveu batizar esse novo lugar, que ele ficou sabendo tratar-se de outra grande ilha, de Hispaniola, e deu ordens para que fosse erguido um forte com o aproveitamento do madeirame e tudo mais que restasse da

Santa Maria, e no qual ficariam aguartelados 39 homens voluntários que, lamentavelmente, nem enriqueceram, nem prosperaram, nem ao menos chegaram a rever seus irmãos de cor, pois esta primeira colônia européia em plagas americanas desapareceu completamente sem que se saiba, até hoje, o que de fato ocorreu.

No dia 2 de janeiro do novo ano de 1493, o Almirante despediu-se dos corajosos marujos que ali deixava, de Guacanagari, de quem se tornou amigo, pediu e obteve que seis indígenas embarcassem com ele e, subindo a bordo da *Nina*, navegou ainda alguns dias pela costa do Haiti, até a embocadura de um rio, que ele chamou de "Rio del Oro", por ter constatado, com imensa alegria, a existência do precioso metal e recolhido pepitas do tamanho de lentilhas.

Supostamente julgando tratar-se das "Minas do Rei Salomão", e louco por levar a boa nova a seus soberanos, o Almirante resolveu, no dia 16 de janeiro, tomar a direção da Espanha e o alto-mar. A viagem de retorno a porto seguro, coisa curiosa, foi cem vezes pior que a vinda ao desconhecido. Só o esmerado talento náutico de Colombo tornou possível concluir com êxito a missão. Ele optou por colocar o rumo da bússola diretamente do Haiti para a Espanha, o que contrariava tudo que fizera na vinda.

Tremendas tempestades e verdadeiros vendavais acolheram as duas frágeis embarcações. A situação chegou a ficar desesperadora entre os dias 4 e 7 de fevereiro. Era o auge do inverno

e o Grande Almirante, sem o saber, havia pego os ventos das Bermudas, violentíssimos ainda hoje, se bem que ninguém acredite muito no tal "Triângulo" que faz desaparecer até aviões a jato supersônicos.

A 13 de fevereiro, outro temporal fez com que a *Pinta* desaparecesse e perdesse contato com a *Nina*. Somente cinco dias depois, com a normalização do tempo, e um lindo céu de "briga-deiro" despontando, a atual nave capitânea avistou terra e, aproximando-se, lançou âncora. Pelos habitantes locais o Almirante soube que estava na ilha de Santa Maria nos Açores. Mais uma vez ele havia vencido. Traçara seu rumo e nem as seguidas intempéries o afastaram da rota.

O governador da ilha, um português de nome João de Castanheira, fez ver ao Almirante que os Açores eram interditos a qualquer nau espanhola, e nem mesmo as explicações do genovês, suas espantosas notícias da descoberta de novas terras, fizeram-no recuar. Reembarcaram todos e, na manhã de 23 de fevereiro, deixaram o arquipélago português para a pátria que estava tão perto. Novas tempestades, novos castigos celestiais, novas preces e a inquebrantável fé e devoção de Colombo. Mas, desta vez, tão gigantescas, que os estragos na *Nina* foram de tal monta que foi impossível ao Almirante manter a linha reta oeste-leste que o levaria ao seu exato ponto de destino.

Ao meio-dia de 3 de março, avistaram novamente terra e, ao cair da tarde, o Almirante reconheceu o ro-

chedo de Cintra, onde ele por tantas vezes estivera a espreitar o mar e o horizonte. Ali estava a embocadura do seu velho rio Tejo e ele, numa decisão imprevista e inopinada, determinou que fosse feita a manobra para a entrada no grande rio lusitano. A *Nina* jogou âncora junto ao cais de Lisboa às nove horas da manhã seguinte. Acontece que Colombo era passível de prisão em terras portuguesas. Graças à intervenção de Bartolomeu Dias, o “inventor” do Cabo da Boa Esperança, que era um ídolo em sua pátria e que veio pessoalmente a bordo, os problemas foram contornados e ficou acertado que Colombo seria recebido em terra dentro de sua dignidade de Grande Almirante do Mar Oceano, com toda pompa e circunstância a cujos feitos lhe outorgavam o direito.

E assim foi feito. Dentro de alguns dias Colombo foi recebido pelo rei D. João II, com todas as honras e com a expressão de seu júbilo e congratulações pelas descobertas do “grande navegador”. Porém não faltou a D. João uma ponta de ironia quando lhe agradeceu por descobrir terras que se situavam dentro da zona de soberania da Guiné, logicamente portuguesas, o que, no dizer do monarca, “mais tarde poderá ser decidido por meios diplomáticos”. D. João fez questão igualmente de mandar reparar todos os estragos da *Nina*.

Dez dias Colombo passou em Lisboa e, em 13 de março, largou pelo Tejo com toda pressa de ganhar território espanhol. O Almirante nutria fundadas esperanças de chegar antes da

Pinta, que ele nem sabia onde se encontrava, para que fosse o primeiro portador da mais importante notícia do século junto aqueles que o financiaram.

Em realidade a *Pinta*, desgarrando-se em pleno vendaval do Atlântico, cruzara os Açores pelo norte e tocara terra nas proximidades de Vigo, quase na fronteira de Portugal com Espanha. De lá velejara para o sul em busca de seu porto original, alcançando Palos pouco depois da *Nina* afazer sua entrada triunfal, ao meio-dia do dia 15 de março de 1493, 32 semanas após sua partida e 17 anos após as ondas lançarem na Península Ibérica o homem que, invertendo Castro Alves, abriu a porta “dos teus mares”.

Colombo vivia o auge de sua existência, o ponto culminante da trajetória de sua vida, um triunfo que o recompensava de todos os sofrimentos e esforços dispendidos no passado mas que, infelizmente, não compensarão as amarguras que um ingrato futuro ainda lhe reservava.

Ele afirmava categoricamente que, ao invés do Japão ou da China, alcançara as Índias. Estava piamente convencido deste fato e, o que é pior, morrerá ignorando que descobrira um novo continente. E, assim como o Grande Almirante, todos na Espanha passaram a acompanhar o que ele afirmava.

Durante duas semanas Colombo descansou em Cádiz. Depois fez uma entrada colossal em Sevilha, onde foi recebido como herói e maior homem do século. De cidade em cidade as mes-

mas festas, homenagens, honrarias. O que maior espanto causava em todas aquelas populações era o aspecto dos seis indígenas que ele trouxera, e que conseguiram sobreviver apesar dos pesares.

A chegada do Almirante em Barcelona, a belíssima capital catalã, e onde estavam os reis, deu-se a 12 de abril de 1493. Toda a corte, personalidades, diplomatas estrangeiros, convidados especiais, o aparelho estatal em sua plenitude achava-se nas portas da cidade para o acolher fervorosamente. Ao chegar ao Alcázar, uma brilhante recepção o esperava. Colombo atravessou o longo salão a passos largos e, chegando diante de Fernando e Isabel, ajoelhou-se curvando a cabeça respeitosamente. O rei determinou que ele se levantasse, ele beijou as mãos da rainha, sua fada, com os olhos marejados de lágrimas, e o soberano convidou-o a sentar-se ao lado do infante D. Juan. A seguir o arauto real passou a ler uma proclamação relatando os feitos daquele genovês que entrara na história para nunca mais sair. Barcelona, que agora, 500 anos passados, em felicíssima escolha, em 1992 será sede das Olimpíadas Universais, saberá, não temos a menor dúvida, recordar com acentuado e redobrado júbilo aquele dia.

O Grande Almirante do Mar Oceano ainda faria mais três viagens às "Índias", na última das quais regressou à Espanha, em novembro de 1504, e tomou conhecimento da morte de sua protetora a rainha D. Isabel I. Como aconteceu com inúmeros e brilhantís-

simos vultos históricos que o precederam, e acontecerá com muitos outros que o sucederão, Cristóvão Colombo morreu esquecido e pobre, no dia 20 de maio de 1506, na cidade de Valladolid. Somente seu irmão Bartolomeu, que com ele velejou em várias ocasiões, seu filho mais velho Diego, que também com ele esteve em terras americanas, o filho menor Fernando, e poucos veteranos companheiros de aventuras assistiram aos funerais. Falecia com 55 anos mas aparentando muito mais.

Mas não foi só o mundo que gravou sua ingratidão eterna a este fabuloso homem, negando-lhe o nome ao continente que ele descobrira. É inadmissível para nós hoje, 500 anos depois, aceitarmos que um florentino de muito menor talento, e que só navegou por estas bandas bastante depois de Colombo, pela simples razão de manter boas relações com um cartógrafo alemão, fizesse com que este imprimisse numa carta geográfica global o curioso nome "Terra América", palavras latinas que, por fatalidade cruel, rendendo uma inadequada homenagem ao cidadão Américo Vespúcio, entraram no glorioso continente do Novo Mundo como Pilatos entrou no Credo.

Na realidade, também nosso Brasil é ingrato para com o Almirante do Mar Oceano, o descobridor da "América", o desbravador herói dos mares, obstinado por vencer em prol da humanidade.

Enquanto figuras e personagens sem tanta ou nenhuma expressão histórica

ostentam pomposamente seus nomes nas placas de algumas das principais artérias e logradouros da capital cultural de nosso país, o nome de Cristóvão Colombo, que qualquer criança carioca ou brasileira repete com facilidade quando indagada a respeito, encontra-se obscuramente colocado numa pequena e abandonada ruela de subúrbio.

E, no entanto, numa demonstração de rara grandeza, na capital cultural da maior potência do mundo, onde igualmente Colombo nunca colocou os pés em suas viagens, que também não

faz parte de *la Hispanidad*, e onde 95% dos logradouros públicos têm indicação numérica, lá está, para que todos os viajantes de todas as partes do planeta que para lá convergem vejam e admirem, a *Columbus Avenue* e o *Columbus Circle*, no centro da ilha de Manhattan.

Talvez seja chegada a hora, com razoável antecedência, de corrigirmos certas absurdas injustiças e engajarmos-nos irremediavelmente nas grandiosas comemorações deste meio milênio da epopéia do Novo Mundo!



HUGO JORGE DE BRITO CHAVES. Tenente-Coronel do Exército, pertence à turma da AMAN de 19.12.53. Bacharel em Direito pela UFRJ, dedica-se a atividades profissionais jurídicas, a partir de sua transferência para reserva, em 1984. Foi professor de História do Brasil e História Universal na Faculdade de Filosofia de São Gabriel, RS, de 1970 a 1973, e professor de Teoria Geral do Estado na Faculdade de História de Santiago, RS, disciplina da qual se fez titular, pelo Ministério da Educação (Documenta n.º 280, de abril de 1984). Conferencista em diversas cidades do Rio Grande do Sul e em diversos órgãos do Rio de Janeiro, abordando, principalmente, temas de História do Brasil e História da França.



A TECNOLOGIA MILITAR — REPERCUSSÕES DA GUERRA DO GOLFO(*)

José Carlos Albano do Amarante

Este artigo registra a participação do autor na parte expositiva do simpósio "As Lições da Guerra do Golfo Pérsico", patrocinado pelo CPAEx/ECEME, em junho de 1991.

A matéria analisa as repercussões da tecnologia militar na Guerra do Golfo, provoca a reflexão do leitor e extrai ensinamentos para uma melhor compreensão sobre os possíveis rumos do País, no contexto de um mundo incerto, mutante e adverso.

INTRODUÇÃO

O período histórico contemporâneo experimenta uma mudança de ritmo denunciado pelo final de uma era. A humanidade dá os primeiros passos na Idade Tecnológica, caracterizada pelos sintomas iniciais de crescimento exponencial da capacidade de realização técnica do homem.

Como não podia deixar de ser, a tec-

nologia militar vem acompanhando essa notável evolução, ora como agente motriz, ora como beneficiária. E, como consequência natural desse processo, a tecnologia molda e condiciona a arte da guerra, interferindo nas técnicas de combate de forma cada vez mais intensa e dominante.

PRINCIPAIS FUNÇÕES BÉLICAS, SOB O ENFOQUE APLICAÇÃO DA TECNOLOGIA

Procurando entender como os avan-

(*) Selecionado pelo PADECEME

cos tecnológicos podem proporcionar melhores condições para o combate, é de todo conveniente utilizar uma visão holística e funcional. Assim, considera-se como principais funções bélicas, sob o enfoque aplicação da tecnologia: o *Sensoreamento* (S), com a finalidade de obtenção de informação sobre a ameaça; a *Comunicação, Comando, Controle e Informação* (C3I), com a finalidade de gerenciamento da informação para a tomada de decisão e sua implementação; e a *Atuação* (A), com a finalidade de execução da decisão e neutralização da ameaça.

Entendendo-se como funciona o corpo humano, pode-se compreender o funcionamento do “corpo bélico”.

Nosso corpo interage com o meio ambiente através de cada sentido, cujo grau de nobreza está diretamente relacionado com a distância de percepção de fenômenos.

Dois sentidos, assim, se realçam: a *visão*, que é excitada pelo campo visível do espectro eletromagnético, uma faixa muito estreita compreendida entre o infravermelho e o ultravioleta; e a *audição*, que é estabelecida por perturbações de baixa frequência, no nível de pressão ambiente, envolvendo do sensor auditivo.

A visão é o sentido que inspirou a evolução tecnológica militar e o atual estado de arte da guerra. Ela abriu a janela eletromagnética para a exploração tecnológica no combate moderno.

O C3I constitui-se no meio de comunicação dos sensores com o cérebro, no processamento da informação pelo órgão de comando e na emissão

de ordens para funcionamento do atuador, com vistas ao cumprimento da tarefa concebida. Por tão perfeito, o corpo humano controla, automaticamente, a intensidade e a forma de operação dos atuadores — braço, perna, língua e outros.

É semelhante ao funcionamento de um “corpo bélico”, nos seus mais variados níveis — do combatente individual, passando por sistema de armas, por brigadas, até atingir o escalão de forças combinadas.

Imagine-se um infante com um fuzil. Para cumprir o seu papel em combate, ele vai, necessariamente, fazer uso das três funções bélicas fundamentais (S — C3I — A) ao disparar a arma contra o inimigo.

Na busca da automação, um sistema de armas procura executar todas essas funções, fazendo a busca, a detecção e a identificação de alvos, tomando a decisão do disparo e guiando o atuador até a neutralização da ameaça.

Numa visão simplificada da operação de uma brigada, a cavalaria faz o papel dos “olhos”; o Estado-Maior, apoiado pelas comunicações, faz o do C3I e a Infantaria, Artilharia e Engenharia fazem o dos atuadores.

Deixa-se, ao leitor, uma concepção de operação de forças combinadas, sob o enfoque das funções bélicas fundamentais.

EVOLUÇÃO DAS FUNÇÕES BÉLICAS COM O APOIO TECNOLÓGICO

Para uma avaliação mais acurada da evolução das funções bélicas com base

no progresso tecnológico, são considerados quatro conflitos significativos ocorridos ao longo dos dois últimos séculos: as *Guerras Napoleônicas* (1794/1815); a *Primeira Guerra Mundial* (1914/1918); a *Segunda Guerra Mundial* (1939/1945) e a *Guerra do Golfo Pérsico* (1990/1991).

Evolução dos Sensores

Como desde os primórdios, as guerras napoleônicas ainda continuavam a se valer da audição e da visão como “sentidos bélicos”. A visão tinha sua capacidade ótica ampliada pelo uso de lunetas. Quanto à audição, é famosa a recomendação dos comandantes aos infantas por ocasião da batalha para as ações de reforço: “avancem na direção do troar dos canhões” (Jansen). O som proveniente da linha de tiro denunciava facilmente a localização do centro de gravidade das forças inimigas, uma vez que o alcance dos canhões daquela época montava a irrisórios mil metros.

Na Primeira Guerra Mundial, o avião ampliou sensivelmente o campo de visão e a invenção da fotografia possibilitou, pela primeira vez, a gravação da informação.

Na Segunda Guerra Mundial, o sonar empregado em operações navais fez ampliar o alcance do sensoramento auditivo. Mas foi o radar eletromagnético que descerrou as cortinas de exploração de outras faixas do espectro eletromagnético, ampliando o conceito de visão óptica para visão eletromagnética. A engatinhante tecnologia abria

o campo visual para varrer a faixa das microondas. Os ingleses, na Batalha da Inglaterra, devem a vitória a esse notável avanço tecnológico. A chave para o progresso exponencial da função sensoramento havia sido encontrada.

A Guerra do Golfo confirma a exploração ampliada do campo eletromagnético para produzir extensa gama de equipamentos de sensoramento, atuando em crescentes faixas do espectro eletromagnético e varrendo o ultravioleta, o visível, o infravermelho, as microondas e a radio-freqüência. Os exemplos são muitos: radar *doppler*; detetor de radiação eletromagnética (microondas, ondas milimétricas, laser, infravermelho, ultravioleta); veículo remotamente pilotado (*Spy, Pioneer*); óculos de visão noturna (por intensificação de luz residual e por imagem térmica); equipamentos eletro-ópticos; sensor por imagem térmica; designador a laser; telêmetro a laser; receptor de alerta-radar; helicóptero de reconhecimento; avião de reconhecimento e vigilância — para alvos aéreos (*Awacs*) e para alvos terrestres (*J-Stars*); satélite fotográfico (*Photint: Kh-11, Kh-12*); satélite para detectar comunicações radiofônicas e telefônicas (*Magnum, Chalet*); satélite para detectar sinais de radar (*Ferrets*); satélite para detectar mísseis balísticos (*Dsp*) e satélite para discernir movimentos de tropa (*Lacrosse*).

Evolução dos Equipamentos de C3I

O C3I vem experimentando um pro-

cesso evolutivo idêntico ao do sensoramento.

Nas guerras napoleônicas, o então revolucionário meio de comunicação e controle adotado pelo espírito criativo de Napoleão foi o emprego do Estado-Maior acrescido de um serviço de "ordens". O oficial de ligação, responsável por esse serviço, atuava como um mensageiro capacitado a modificar o conteúdo de uma ordem em face da realidade do campo-de-batalha.

Na Primeira Guerra Mundial, a telefonia e o telégrafo vieram prestar uma contribuição significativa para as comunicações, sem entretanto provocar alterações sensíveis na estrutura do Estado-Maior.

Na Segunda Guerra Mundial, a radiofonia trouxe reflexos profundos nas comunicações, aumentando a distância e o número de pessoas atingidas pela divulgação da informação. O espectro eletromagnético começava a ampliar suas contribuições para a evolução das funções bélicas, atingindo também o C3I.

Novamente, como ocorreu com os sensores, a Guerra do Golfo foi o palco de enorme explosão nos meios de C3I. Esse fato foi tão importante, que a arte da guerra presenciou o início de um processo de reformulação estrutural e operacional do Estado-Maior. Agora, os sensores instalados em aviões, satélites e veículos remotamente pilotados podem transmitir instantaneamente informações para os Estados-Maiores nos diversos níveis. Os múltiplos dados podem ser acumulados, tratados e atualizados em computadores e ser apresentados, em tempo real, para to-

mada de decisão. Este processo é acelerado pelo uso do computador na exploração de jogos de guerra, permitindo a simulação de desenlaces prováveis das batalhas. Em baixos tempos de reação, os atuadores podem conhecer a decisão a ser implementada.

São exemplos de equipamentos de C3I: o computador (microeletrônica); a rede de transmissão de dados (*modens*); o avião de C3I — para interceptação aérea (*Awacs*) e para ação terrestre e naval (*J-Stars*); o monitor de televisão com fibra óptica e intensificador infravermelho; o satélite de comunicação (*Intelsat*) e o satélite para navegação (*GPS*); o centro de C3I para processamento e exposição de dados em tempo real; e os *modens* para intercomunicação de centros de C3I em diversos níveis.

Evolução dos Atuadores

E quanto aos atuadores, aqueles meios disponíveis em combate para a neutralização das ameaças?

Nas guerras napoleônicas, os atuadores ainda eram rudimentares. O maior poder de fogo era conferido à Artilharia de alma lisa, que atirava sem precisão até distâncias de um quilômetro. A Cavalaria constituía importante atuador, mantido em reserva pronto para ser empregado para a decisão do combate.

Na Primeira Guerra Mundial, um importante avanço tecnológico se fez sentir. A metralhadora mudou a feição do combate, fazendo com que o poder de fogo preponderasse sobre o movi-

mento. Isso veio originar a Guerra de Trincheiras. Outros atuadores dessa época foram: a Artilharia de alma raiada (com uma precisão sensivelmente melhorada e batendo alvos a distâncias de até seis quilômetros), o submarino e o foguete.

Na Segunda Guerra Mundial, o principal atuador convencional foi o carro de combate — que já havia aparecido timidamente na Primeira Guerra Mundial — vindo a conferir uma enorme mobilidade ao combate e dando origem à Guerra de Movimento, caracterizada pela famosa *blitzkrieg* alemã. Além disso, a tecnologia militar produziu o míssil balístico, os aviões de caça e bombardeiro, o lançador múltiplo de foguetes e a força aeroterrestre. A bomba atômica representou um poder de fogo de enorme capacidade letal, e contra a qual não se dispunha de proteção.

Na Guerra do Golfo, um rol enorme de equipamentos vem, mais uma vez, caracterizar o crescimento exponencial tecnológico; os mísseis — anti-míssil (*Patriot*), anti-radiação (*Harm*), anti-carro (*Hellfire*, *Maverick*), de cruzeiro (*Tomahawk*), e ar-superfície (*Asm-30 laser*); as bombas — de onda de choque (óxido de etileno líquido), penetrante (para alvos enterrados), e anti-rodovia; o lançador múltiplo automático de foguetes (*Astros*, *Mlrs*); a artilharia 155mm auto-propulsada (40km); o avião multifunção (caça e bombardeiro) com aviônica para combate noturno e em qualquer tempo (*F-15*, *F-18*); o avião “invisível” ao radar de microondas (*F-117A*); o helicóptero de ataque (*Apache*); o veículo

de combate de infantaria (*Bradley*); e os equipamentos de guerra eletrônica, para negar, ao inimigo, a livre utilização do espectro eletromagnético — interferidores e dissimuladores.

INFLUÊNCIA DA TECNOLOGIA NA CARACTERÍSTICA DA GUERRA

É um fato histórico que cada inovação tecnológica em atuadores se defronta com uma contramedida que nega a vantagem obtida (Fuller, MR jan/91 pp 67). Essas contramedidas têm tomado a forma de táticas diferentes, mais proteção, crescente poder de fogo ou maior mobilidade (Coroalles, MR Jan/91 pp 67). Assim é possível constatar, nas guerras analisadas, uma alternância de predomínio entre movimento e poder de fogo.

Duas características, entretanto, mantêm uma tendência monotônica. A precisão do fogo tem crescido com a evolução tecnológica, provocando, conseqüentemente, uma redução na densidade das forças combatentes distribuídas no teatro-de-operações.

As guerras napoleônicas eram caracteristicamente guerras de choque das tropas de infantaria com grande densidade de forças. Seu movimento, se bem que reduzido face aos meios disponíveis, preponderava sobre o errático poder de fogo da Artilharia.

Já na Primeira Guerra Mundial, a metralhadora mudou a feição do combate, fazendo o poder de fogo preponderar sobre o movimento. O resultado foi uma guerra de trincheiras, onde se

realçou o papel do arame farpado e da pá. Aquela preponderância também contribuiu para o aumento da dispersão das forças oponentes no campo-de-batalha.

Na Segunda Guerra Mundial, o carro de combate foi o atuador básico da *blitzkrieg* alemã. Apareceram unidades motorizadas e mecanizadas. O avião aumentou a velocidade do combate e, junto com as forças aeroterrestres, possibilitou o envolvimento tridimensional, quando acoplado ao movimento de pinça de forças terrestres. Foi, tipicamente, uma guerra de movimento. A redução da densidade das forças combatentes foi ainda maior.

Na Guerra do Golfo, em presença à avalanche tecnológica, o Iraque se quedou imobilizado a uma distância inofensiva em relação às forças aliadas. Foi uma guerra de *standoff* — manutenção do adversário a distância — em que o poder de fogo preponderou sobre o movimento, provocando uma dispersão máxima das tropas dentro das restrições físicas do teatro-de-operações.

Por outro lado, o recente conflito rompeu uma tendência histórica. Até a Segunda Guerra Mundial, o fogo sempre vinha contribuindo para o êxito da manobra. Na fase terrestre da Guerra do Golfo, os papéis se inverteram, e a manobra concorreu para a eficácia do fogo, forçando à concentração das forças iraquianas para fazer frente ao movimento envolvente dos aliados.

REPERCUSSÕES DA GUERRA DO GOLFO

Ao fazer a análise de um conflito, deve-se estar atento para o perigo das generalizações. Cada conflito possui peculiaridades, que são grandemente definidas pelas próprias condições de conformação. A nosso ver, a Guerra do Golfo foi configurada por duas condicionantes fundamentais.

Em primeiro lugar, o conflito foi estabelecido entre uma coligação de países do primeiro mundo contra um único país do terceiro mundo, provocando destarte um enorme desequilíbrio tecnológico de meios disponíveis aos competidores.

Em segundo lugar, após a constatação dos avanços exponenciais dos meios de combate, resultante da análise descrita anteriormente, pode-se verificar que a humanidade está ingressando na Idade Tecnológica e que a Guerra do Golfo foi o primeiro conflito característico desse novo período de evolução da espécie humana. Esses “maravilhosos” sistemas de armas, que desfilaram na vitrine tecnológica do Golfo, são produtos de primeira geração da Idade Tecnológica. Eles serão vistos como produtos do tipo *ford-de-bigode* dentro de vinte a trinta anos.

Levando em consideração essas condicionantes, pode-se refletir sobre ensinamentos operacionais e tecnológicos passíveis de serem colhidos da análise dessa guerra.

Forças Combinadas

Foi a primeira vez que funcionou, na sua plenitude, uma operação de forças combinadas, calcada na doutrina da *Air-Land Battle* (Batalha Ar-Terra) e caracterizando um excelente nível do gerenciamento no Estado-Maior aliado. Surge, então, um questionamento compreensível, arguindo se não foi a moderna tecnologia que possibilitou esse sucesso gerencial.

Supremacia Eletromagnética

Antes dos embates iniciais, os aliados já haviam levantado minuciosamente o sistema de defesa antiaéreo iraquiano, a distribuição de suas tropas, a localização e a qualidade dos órgãos de C3I, dos centros de pesquisa e desenvolvimento e das fábricas. Para tanto, o uso de sensores, atuando no espectro eletromagnético e instalados em aviões e satélites, foi de fundamental importância. Além disso, franceses e ingleses, por terem sido fornecedores, tinham o conhecimento prévio das frequências de operação dos radares iraquianos.

Do dia D em diante, a operação eletromagnética continuou. Agora, a ação foi desencadeada por atuadores de guerra eletrônica, interferindo nas comunicações, neutralizando sistemas de defesa, procurando garantir um predomínio aéreo inicial, com vistas à anulação de pontos vitais de defesa e do sistema logístico. A supremacia eletromagnética aliada transformou o Iraque num contendor cego, surdo e mudo...

Aparece, assim, um novo conceito doutrinário para comparação do poder de combate relativo de dois oponentes: o equilíbrio, a superioridade ou a supremacia eletromagnética. Note-se que esse novo fator de desequilíbrio do campo-de-batalha já havia feito uma tímida estréia por ocasião da Guerra das Malvinas, em 1982.

Supremacia Aeroespacial

O resultado combinado da supremacia eletromagnética e da superioridade aeroespacial inicial (1.930 aviões, 650 helicópteros de combate e mais de 40 satélites aliados *versus* 500 aviões e 120 helicópteros de combate iraquiano) foi, de imediato, a redução drástica da capacidade de defesa antiaérea e a anulação do poder aéreo do Iraque. No médio prazo, o sistema logístico iraquiano foi desbaratado. Como consequência da supremacia eletromagnética, a inicial superioridade se transformou rapidamente em supremacia aeroespacial, transformando o Iraque num contendor imobilizado...

Para comparação do poder de combate relativo de dois oponentes, o conceito doutrinário referente ao poder aéreo sofre uma evolução, incluindo o espacial. Agora, a comparação deve procurar identificar o equilíbrio, a superioridade ou a supremacia aeroespacial. Note-se que, nos primeiros confrontos da Idade Tecnológica, o satélite tem desempenhado funções de sensoramento e de C3I. Nos confrontos futuros, poderemos assistir também ao seu emprego como atuador.

Envolvimento Quadridimensional

A evolução do conflito, abrangendo as operações terrestres, deu margem ao surgimento de um conceito amplificado de envolvimento. O envolvimento tridimensional, surgido na Segunda Guerra Mundial, e que era proveniente de movimentos terrestres do tipo pinça, acoplados a ações aéreas e/ou aeroterrestres, cresceu, chegando a considerar, também, o domínio do espaço eletromagnético. O resultado foi o envolvimento quadridimensional estabelecido pelos aliados, que inibiu o poder militar de *Saddam Hussein* e que reduziu o Iraque a um contedor cego, surdo, mudo, imobilizado e desprovido de vontade de lutar...

A consequência natural foi a rendição incondicional iraquiana.

Estratégia Aliada

O enfoque doutrinário no campo da Estratégia foi impactado pelas novidades tecnológicas introduzidas pelas forças aliadas. Em primeiro lugar, o conceito de concentração estratégica deve ser ampliado para abranger a "concentração estratégica espacial", uma vez que a reunião estratégica de meios para o combate não mais abrange tão somente as forças terrestres, navais e aéreas. No recente conflito do Golfo, uma quantidade apreciável de satélites espiões norte-americanos (mais de 40), no período que antecedeu o dia D, foi concentrada em órbitas adequadas para o sensoramento eletromagnético do Iraque.

Em segundo lugar, se formos analisar a manobra estratégica militar, sob o enfoque doutrinário atual (Bueno), vamos concluir que ela se deu em duas fases:

- primeira fase: Campanha Aérea;
- segunda fase: Campanha Terrestre.

Entretanto, devido à ativação simultânea de meios aéreos e espaciais, pode-se visualizar, sob um enfoque doutrinário atualizado, que a manobra estratégica militar se desenrolou em:

- primeira fase: Campanha Aeroespacial;
- segunda fase: Campanha Terrestre.

O objetivo da Campanha Aeroespacial era inibir o C3I, imobilizar a Força Aérea e enfraquecer a defesa antiaérea.

Devemos estar conscientes de que o futuro pode nos reservar campanhas puramente espaciais.

Coordenação e Logística

Outros aspectos de menor ressonância mas, nem por isso, de subalterna relevância, podem ser destacados.

Foi realmente impressionante a capacidade de coordenação aliada, envolvendo atividades de cerca de 435 mil combatentes, provenientes de 28 países e falando 15 idiomas diferentes. Indubitavelmente, a tecnologia avançada viabilizou esse cometimento. Um exemplo pode ser extraído do emprego de computadores. Está difundido mundialmente o uso do idioma inglês em computação. É evidente que esta pa-

dronização tecnológica facilita o trabalho integrado de diferentes países. Por outro lado, a padronização militar proporcionada pela OTAN contribuiu de maneira significativa para a coordenação e operacionalidade das forças aliadas.

Quanto à logística militar, é preciso reconhecer que a especificidade técnica, a complexidade e diversidade de equipamentos de S-C3I-A impõem uma reformulação doutrinária. Os cinco escalões de manutenção precisam ser repensados. O investimento para o Exército realizar o quarto e quinto escalões de manutenção, em toda a extensa gama de materiais proporcionados pela C&T, atinge valores proibitivos. Além disso, é dúbia a capacidade da Força Terrestre em manter-se atualizada, em termos técnicos e de recursos humanos, para realizar sozinha tal empreitada. Quando o país possui uma indústria de defesa, como foi o caso dos aliados e é o caso brasileiro, as empresas produtoras de materiais de emprego militar devem ser mobilizadas, tanto na paz quanto na guerra, para contribuir com a logística militar. Não foi à toa que a televisão mostrou, nas areias do deserto, técnicos civis realizando a integração final de bombas para aviação. Para complicar ainda mais o esforço gerencial em combates da Idade Tecnológica, a relação homem de apoio/combatentes tende a crescer significativamente, como consequência da complexidade e diversidade dos meios militares.

Guerra da Idade Tecnológica

A Guerra das Malvinas, em 1982, pode ser considerada como uma *avant-première* de um conflito da Idade Tecnológica. Entretanto, o pequeno porte desse conflito transferiu, para a Guerra do Golfo, o privilégio de ser o marco inicial da nova era, razão pela qual as características operacionais ainda não estão bem analisadas e definidas. Mesmo assim, pode-se constatar: a rapidez de manobra; o sincronismo e flexibilidade das ações; a “precisão cirúrgica” dos atuadores com elevado agregado tecnológico; os contornos de uma nova logística militar, e a busca da automação nas funções S-C3I-A.

Em síntese, o grande ensinamento operacional pode ser resumido em: A gestão eficaz do complexo C&T-militar foi o fator determinante da vitória aliada.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Geração de Tecnologia Militar

O processo evolutivo descrito indica claramente que, longe de haver um esgotamento da capacidade geradora técnica do homem, a tecnologia militar caminha de forma resoluta no limiar da Idade Tecnológica. De fato, Barnaby aponta que, em 1986, mais de 500 mil cientistas, em todo o mundo, trabalhavam somente em pesquisa e desenvolvimento de novos materiais militares e de tecnologias de suporte, consumindo para isso cerca de US\$

100 bilhões anuais. Isso significa que cerca de vinte por cento dos melhores cientistas e engenheiros do mundo atuavam no campo militar. Considerando apenas cientistas associados à pesquisa de ponta, a percentagem seria ainda maior.

Por outro lado, uma análise mais aprofundada leva a constatar que o processo evolutivo está apenas no começo

e que a tendência, nitidamente, é a automação do combate privilegiado as funções bélicas S-C3I-A. Esse direcionamento fica claro se examinarmos o planejamento do Departamento de Defesa dos EUA para o desenvolvimento de tecnologias críticas nos próximos quinze anos. O quadro abaixo descreve a aplicabilidade dessas tecnologias críticas nas funções bélicas.

APLICAÇÕES GENÉRICAS	FUNÇÕES BÉLICAS	APLICAÇÃO ESPECÍFICA
1 - Mat. semicondutores e microeletrônica	S	11 - Sensores passivos
2 - Produtibilidade de Softwares		12 - Radares sensíveis
3 - Fotônica	C3I	13 - Processamento de sinal
4 - Materiais Compostos		14 - Tratamento de dados
5 - Computação paralela		
6 - Inteligência artificial e robótica		
7 - Simulação e modelamento	A	15 - Dinâmica dos fluidos computacional
8 - Ambientação de sistemas de armas		16 - Controle de assinaturas
9 - Supercondutividade		17 - Propulsão c/tomada de ar
10 - Potência EM		18 - Projéteis hipervelozes
		19 - Materiais de alta densidade energética
		20 - Biotecnologia

É interessante comparar as tecnologias críticas militares americanas com as tecnologias de ponta relacionadas como prioritárias pelo governo brasileiro para o esforço nacional de inserção no mundo desenvolvido. Essas tecnologias de ponta, constantes da Po-

lítica Brasileira de Ciência e Tecnologia — 1990/95, embora de aplicabilidade na área civil, apresentam um grande recobrimento com as tecnologias críticas militares americanas. O rol a seguir lista o elenco nacional, mostrando o relacionamento de cada

tecnologia com diversas contidas na relação militar americana: informática (1, 2, 5, 6, 7, 13, 14, 15); novos materiais (4, 9); química fina (19); biotecnologias (20) e mecânica de precisão.

Assim, deve-se perceber que, se em uma conjuntura de guerra fria, os desenvolvimentos tecnológicos militares possibilitavam explorações civis, em um cenário de distensão, os avanços para aplicação civil podem contribuir para a evolução dos materiais de defesa. Essa constatação pode ajudar para o estabelecimento de uma estratégia de obtenção de tecnologia militar no atual quadro mundial de transição.

A Guerra do Futuro

Uma avaliação prospectiva das características da guerra do futuro, utilizando como ingredientes os produtos expostos na vitrine tecnológica da Guerra do Golfo e a aplicabilidade e os objetivos das tecnologias críticas, conduz a algumas constatações:

- o míssil passa a adquirir um papel cada vez mais importante, como atuador de alta letalidade, precisão e inteligência crescente. A tendência é o míssil do tipo *fire-and-forget* (atire-e-esqueça);

- o carro-de-combate pesado, devido à sua pequena mobilidade, transformou-se em alvo fácil para os mísseis anticarro. É possível que os carros-de-combate percam peso, ganhem mobilidade e procurem reduzir a assinatura eletromagnética;

- o helicóptero, pela mobilidade e

poder de fogo, ganha espaço como instrumento de reconhecimento e ataque;

- os sistemas de armas tendem a possuir meios de navegação, de detecção de ameaça, de auto-defesa e, evidentemente, de emprego eficaz do armamento principal;

- a integração automática dos meios de C3I entre os diferentes níveis de comando é obtida;

- ocorre o surgimento de novos sistemas de vigilância e de aquisição de alvos;

- prevalência do uso de novas tecnologias militares com objetivos defensivos, inspirada na política americana de Iniciativa de Defesa Estratégica, conhecida como Guerra nas Estrelas;

- a dimensão eletromagnética é ampliada, passando a contribuir, por exemplo, para o emprego de atuadores de pulsos de energia concentrada na faixa laser;

- o satélite passa a ser também empregado como atuador utilizando arma eletromagnética;

- o espectro eletromagnético é varrido por equipamentos empregados nas três funções bélicas S-C3I-A, e passa a exercer um domínio total na guerra;

- a tecnologia proporciona o combate em profundidade, com identificação, designação e destruição do inimigo, usando munições inteligentes e seletivas.

Em um futuro longínquo, pode-se ter a visão ideal de um campo-de-batalha automático, onde as funções bélicas S-C3I-A experimentam uma integração total e efetiva. A informação colhida pelos sensores de vigilância e aquisição de alvos é transmitida auto-

maticamente pela rede de comunicações para análise pelo sistema de computação, que seleciona as armas apropriadas e as direciona contra o alvo sem qualquer envolvimento humano. Os primeiros passos nessa direção foram dados pelo Sistema Antiaéreo, adaptado para Antimíssil, *Patriot* que é tipicamente um rudimentar sistema automático de primeira geração.

A assertiva acima pode sinalizar a admissão da ocorrência de uma futura guerra de robôs. Entretanto, embora visualizemos o campo-de-batalha automático, ele se constitui tão somente em um limite superior idealizado e inatingível, uma vez que a guerra é um processo de desentendimento extremo, que apresenta como componentes essenciais o risco da morte e a aceitação do sacrifício na defesa de interesses vitais da sociedade.

Em consequência, o homem dela sempre participa.

BRASIL — O QUE FAZER?

O cenário prospectivo ora descrito privilegia, evidentemente, os países desenvolvidos, principais atores do processo tecnológico. Entretanto, o foco de nossas preocupações e cuidados deve estar voltado para o Brasil e a maneira pela qual ele deve agir numa conjuntura mutante e adversa.

No campo tecnológico militar, o Brasil é um dos líderes do escalão intermediário, tendo atingido, na década de oitenta, um nível que causou preocupações e reações nos países do primeiro escalão. As dificuldades ora

vivenciadas são decorrentes, grandemente, das ações coercitivas daqueles países. Associado a esse quadro atitudinal adverso, o mundo experimenta um processo de distensão político-militar, que reduz a possibilidade de um grande conflito e, por via de consequência, diminui a demanda de materiais bélicos.

E é exatamente essa conjuntura de distensão, “aparentemente” não hostil aos países emergentes, que enseja aos países desenvolvidos uma oportunidade ímpar para estabelecer uma política de estratificação do poder. As estratégias empregadas promovem o aumento do fosso científico-tecnológico, o incremento da fragilidade econômica dos países do terceiro mundo e o convencimento das sociedades locais de que somente eles, desenvolvidos, devem possuir Forças Armadas (Teoria Macnamara). Assim, pode-se depreender que os percalços ora experimentados pelas Forças Armadas Brasileiras devem continuar e, talvez, ser ampliados. Destarte, cresce em nossas mentes a arguição do que deve ser feito para atenuar o impacto de conjuntura tão adversa.

Na área da tecnologia militar, deve-se selecionar atitudes com referência aos materiais de interesse disponíveis e não disponíveis pelas Forças Armadas.

Inicialmente, acreditamos ser muito importante a busca do aprestamento operacional com o equipamento que possuímos. O pessoal combatente necessita estar adestrado e em condições de emprego. Somente nessas circunstâncias, as Forças Armadas desempe-

nam o seu verdadeiro papel dissuasório. Um canivete manuseado com destreza, habilidade e vontade, causa mais respeito do que um revólver nas mãos de um atirador sem pontaria e desmotivado.

No que concerne ao material de emprego militar necessário e não disponível, podemos adotar uma estratégia indireta, calcados nos ensinamentos do sempre atual mestre chinês Sun Tsu. Para tanto, devemos agir em duas frentes: Frente de Resposta Rápida, e Frente de Maturação Lenta.

Frente de Resposta Rápida

Considerando o esgotamento do segundo ciclo industrial militar e uma fase de recursos orçamentários escassos, esta frente tende a ser discreta, beneficiando apenas os materiais estritamente necessários para garantir um aprestamento operacional mínimo aceitável e focalizando mudanças e adaptações no parque industrial militar.

O primeiro ciclo, que se estendeu desde a fundação da Casa do Trem, em 1762, até a Revolução de 1964, era caracterizado por fábricas pertencentes às Forças Armadas. No segundo ciclo, que vem de se encerrar com a Guerra do Golfo, o incremento da participação civil ensejou o aparecimento de inúmeras empresas nacionais dedicadas à produção de material bélico. O crescimento dessas empresas e da participação brasileira no mercado mundial suscitou fortes reações, que estão promovendo a quase falên-

cia de importante segmento do nosso parque industrial militar.

O novo ciclo industrial militar deve ter, como pilares de sustentação, a empresa estatal revigorada e a participação do capital estrangeiro, mediante, principalmente, do mecanismo de *joint-ventures* com empresas bélicas européias.

O correto esforço governamental de privatização deveria ser seletivo. Ao invés de extinguir, indiscriminadamente, a participação estatal na produção, deveria se valer desse esforço para tão somente apequená-la. Com isso, o governo teria mais disponibilidade e flexibilidade no sentido de atuar apenas em áreas estratégicas, como é o caso da indústria de defesa. A *Imbel* e a *Embraer* são exemplos marcantes de empresas necessitadas de vigoroso apoio do governo.

Por outro lado, a Guerra do Golfo deu oportunidade aos Estados Unidos de dominarem o mercado de armamento no Oriente Médio. A Europa, embora aliada, não está usufruindo de grandes vantagens no pós-guerra e procura outras opções num quadro de redução de mercado. Ela pode encarar o Brasil como uma válvula de escape, buscando um alternativo acesso, politicamente menos restritivo, ao mercado mundial, através de companhias brasileiras. Essa oportunidade ensejaria, ao Brasil, um acesso mais rápido a tecnologias disponíveis — não precisaríamos reinventar certas rodas — e proporcionaria maior robustez à empresa nacional.

Frente de Manutenção Lenta

Essa frente constitui-se no principal esforço para garantir um posicionamento mais firme, competente e efetivo do Brasil no cenário tecnológico militar dos anos 2000. Essa frente deve perseguir a capacitação tecnológica militar acoplada à capacitação tecnológica de âmbito nacional, uma vez que ambas possuem interesses comuns. Como foi mostrado anteriormente, as tecnologias críticas militares possuem elevada capacidade de aplicação civil. Elas são de uso duplo. Essa característica oferece à Nação uma oportunidade ímpar para unir os esforços de toda a comunidade científico-tecnológica nacional, civil e militar, na perseguição do objetivo comum da capacitação tecnológica, tijolo essencial para a construção de uma sociedade moderna.

Assim, essa frente poderia ser sintetizada em:

- avaliar as necessidades operacionais para um futuro mediato e longínquo, que poderiam, por exemplo, beneficiar a defesa antiaérea e tecnologias em ambiência amazônica;
- identificar tecnologias críticas não disponíveis que sejam atrativas para atender às necessidades operacionais;
- avaliar o potencial científico-tecnológico nacional existente ou fomentável, em particular o militar, para trabalhar nas tecnologias identificadas;
- selecionar as tecnologias críticas possíveis de serem obtidas com a ativação do potencial científico-tecnológico;
- integrar as tecnologias críticas selecionadas ao Plano Brasileiro de Ciência e Tecnologia.

Concluindo, devemos enfatizar que, se o presente é difícil e incerto, investir em Ciência e Tecnologia é acreditar e apostar no futuro.



O Cel QEM/CDEM JOSÉ CARLOS ALBANO DO AMARANTE foi declarado Aspirante a Oficial do Quadro de Material Bélico em 1963. Em 1971 formou-se Engenheiro Químico no Instituto Militar de Engenharia. Possui o Curso de Pós-Graduação em Engenharia Nuclear da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É Mestre em Ciências em Engenharia Química pela COPPE-UFRJ, M. Sc em Engenharia Mecânica e Ph.D. em Aeronáutica e Astronáutica pela Universidade Stanford, EUA. É diplomado pelo Curso

de Direção para Engenheiros Militares e pelo Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, ambos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). É Professor Titular do IME e participou em inúmeros projetos no campo de foguetes e mísseis. Atualmente, é Gerente Militar do projeto do Sistema de Míssil Solo-Solo MSS 1.2 e Assistente do Secretário de Ciência e Tecnologia.



AOS FUTUROS COMANDANTES DE OM(*)

Armando Luiz Malan de Paiva Chaves

Reprodução da palestra proferida no Estágio para Comandantes de 1991 (EPCOM/91), realizada no Quartel-General do Exército, Brasília, em 21 de outubro de 1991.

INTRODUÇÃO

Ao se receber a nomeação para um Comando, que é a *Missão*, já estão, bem definidos, o *Que*, o *Quando*, o *Onde* e o *Para Que*.

A nossa contribuição pretende, apenas e se tanto, auxiliá-los a planejar e executar o *Como*.

O EXERCÍCIO DO COMANDO

Começemos pela comparação ampla da função de Comando, Direção ou Chefia (Cmndo/Dir/Ch) de organização militar com a variedade das demais funções de oficial superior do Exército Brasileiro.

Em nossa avaliação, o exercício de Cmndo/Dir/Ch de OM é a missão mais gratificante e mais difícil da carreira militar.

É a mais gratificante por ser objetivo de vida profissional, sinalizado desde os primeiros passos do cadete: "Ides comandar, aprendei a obedecer."

Também o é por colocar à prova toda nossa formação, na medida em que os valores, conhecimentos, habilitações e experiências desenvolvidas são aplicados em sua maior dimensão e responsabilidade.

O Comandante é o líder, respeitado pelo conhecimento, pela isenção e oportunidade de suas decisões, pela disciplina que impõe a partir de seu exemplo, pelo procedimento social e familiar, que deve constituir constante

(*) Selecionado pelo PADECEME

referência para os comandados. *Se a palavra convence, o exemplo arrasta.*

O comandante carrega a grande responsabilidade de assegurar que sua OM constitua uma célula sadia e reprodutiva, no grande corpo que é o Exército: instrumento de defesa da Pátria. Pela instrução e adestramento, que lhe cabe planejar e fiscalizar, seus comandados devem conservar e renovar, a cada ano, a capacidade de cumprir a missão expressa da organização militar. É uma grande e difícil responsabilidade que, mal cumprida ou mal conhecida, leva, com razão ou sem razão, a suspeição de nossa necessidade e utilidade freqüente, nos dias de hoje, em veículos de opinião.

O comandante enfrenta o grande desafio de administrar, não por ser uma atividade de complexidade de difícil apreensão, mas por não ser prioritária nos currículos de nossa profissionalização. Muitos de nós só se deparam com a administração ao chegarem ao cargo para o qual estão aqui e agora se preparando. Administrar e planejar e gerir dinheiro, sempre escasso para nossas avaliações de necessidades. É alimentar bem os comandados. É cuidar dos estoques de tudo o que é consumido e empregá-los judiciosamente. É adquirir a melhor qualidade pelo menor preço. É fiscalizar, ininterruptamente. É zelar pelo imenso e valioso patrimônio imobiliário e material colocado, pela nação, à nossa utilização e guarda. É ser dona-de-casa, educador, comerciante, e quantas profissões mais que poderiam ser citadas...

Indiscutivelmente, a missão é difí-

cil. Há de ser por tal motivo que pensadores emprestam ao comando as belezas, a inspiração, a criatividade e o virtuosismo de arte.

NOSSA EXPERIÊNCIA DE COMANDO

Iniciamos agora a contribuição de nossas experiências.

Liderança

O comandante, na afirmação de sua liderança:

- olha nos olhos de seus comandados, em todas as situações, esteja ele isolado ou em formatura. Os olhos, disse o poeta, são as janelas da alma. É por eles que o comandante pode, a qualquer hora e à distância, manter o vínculo afetivo com os subordinados, fazê-los sentirem-se homens, e não bonecos, transmitir-lhes sua determinação, perscrutar-lhes a incerteza, o medo, a desconfiança, ou a adesão, a fé, a fortaleza de espírito;

- respeita, promove e exige a dignidade do homem, em qualquer atividade, qualquer que seja o nível hierárquico, evitando críticas e reprimendas públicas, quando não essenciais à disciplina, proscrevendo castigos corporais, dosando corretivos e sanções para fazer justiça e propiciar a reabilitação;

- busca, incessantemente, o equilíbrio: em seus atos, no vestir, na atitude física, na postura mental aberta às idéias, nas emoções controladas, na cortesia do tratar, na humildade e mo-

déstia que humanizam o chefe e re-
põem as distâncias hierárquicas em
suas reais dimensões;

- ensina a assunção de responsabili-
dades aos escalões subordinados,
assumindo-as todas, em afirmação os-
tensiva e continuada, que lhe dará au-
toridade para exigir, de cada um, que
exerça a parcela delegada;

- exercita a adesão de vontades e
a solidariedade ao trabalho coletivo,
amando para ser amado por seus ho-
mens, servindo com dedicação que não
conheça ausências, mostrando-se aos
subordinados como um simples elo de
continuidade na perenidade da insti-
tuição.

Instrução e Adestramento

Segurança

Em sua responsabilidade intransfe-
rível pela instrução e o adestramento,
a atenção do comandante estará ativada
e motivada, continuamente, pela segu-
rança, em suas duas vertentes.

A primeira é a segurança do
aquartelamento:

- a guarda do quartel, seu corpo-
da-guarda e os postos que a constituem
devem ser visitados e inspecionados
com freqüência pelo próprio coman-
dante. Por ali passam, nos serviços de
escala, os tenentes, graduados e sol-
dados, em sua maioria. Os cuidados
com a conservação e limpeza das ins-
talações constituem os primeiros indí-
cios do cabal entendimento da missão
do militar, já que tratar bem de locais
usados por todos e destinados a vigiar
em proveito de todos é referencial da

responsabilidade por ambos os bens
públicos: o patrimônio material e a se-
gurança;

- também na guarda é possível ava-
liar o aproveitamento na instrução, em
razão da amostragem de homens de
diferentes subunidades, em diária re-
novação. Ordem unida, continências,
honras e sinais de respeito, uniformes
e equipamentos individuais, limpeza
e manuseio do armamento, preparação
para a entrada em combate, resistên-
cia à fadiga, iniciativa, desembaraço,
ação-de-comando, são exemplos do
que o comandante pode verificar, em
local por onde passa, obrigatoriamente,
pelo menos duas vezes por dia;

- a guarda é, também, a fração fun-
damental da segurança do quartel, pois
existe para o alerta permanente que
seus postos proporcionam. Se o co-
mandante não tiver a confirmação sem-
pre renovada de que a campanha de
alarme funciona regularmente, qual-
quer que sejam o oficial-de-dia e os
graduados de serviços, não poderá
eximir-se de culpa, se a guarda falhar.
*O chefe é responsável por tudo o que
se faz ou se deixa de fazer;*

- outros componentes da segurança
do quartelamento são os Planos de
Alarme e de Defesa. É indispensável
examiná-los, para verificar se são con-
sentâneos com a topografia, as edifi-
cações e arruamentos, os meios dispo-
níveis e as ameaças. Todos constituem
variáveis que vão se modificando sem
nos apercebermos. O quartel dos
Dragões da Independência, quando co-
mandei, estava isolado no cerrado; hoje
tem, à sua frente, o quartel do 11.º
GAAAE. Se o Plano de Defesa não foi

ajustado, é evidente que não mais se aplica;

- uma vez constatado que os Planos estão atualizados, devem ser ensaiados, em condições variadas de horários, dias da semana, períodos de instrução e até de meteorologia. Só assim o chefe terá a tranquilidade de espírito de não vir a sentir-se responsável pelo que se deixou de fazer.

A segunda vertente da segurança é a segurança nas atividades de instrução e administrativas.

O bem supremo da vida, que o soldado põe em risco no combate, ele o entrega ao discernimento da decisão do chefe, que aí enfrenta sua mais paradoxal responsabilidade.

Na paz, na preparação para a guerra, não existe o paradoxo.

O homem se entrega vivo e são para aprender a combater, e vivo e são deve continuar.

Assim:

- os preceitos de segurança são eficazes e estão competentemente codificados. Obedecidos, os acidentes reduzem-se a incidências mínimas, em quantidade e gravidade. Sua desobediência ocorre porque há imperícia, há imprudência, há negligência, os tão conhecidos termos usados para diluir, na impunidade, a culpa pelos prejuízos à vida, à saúde e a tão mal defendida fazenda nacional;

- o apelo à impunidade decorre da tolerância para com responsáveis diretos, que se omitiram na obediência a normas de segurança. Mas sua omissão decorre da omissão maior, muito mais grave, daquele que tem o dever de exigir, incansavelmente, seu cum-

primento, sancionando, educativamente, as infrações, antes que ocorram os acidentes: o comandante;

- as inspeções prévias à utilização de qualquer material-armamento, viatura ou um simples cantil guardado há três meses na arrecadação do subtenente — têm normas cuja observância deve ser seguida. Não ocorrerão acidentes com o armamento que for utilizado sob estrita obediência às normas de segurança, exigidas, cobradas, repetidas, em todas as situações, até se incorporarem como reflexos, ainda assim, vigiados. E puna-se exemplarmente o infrator. Assim, com os motoristas, com os lavadores de bandejas do rancho, com o responsável pelas caldeiras da cozinha, com o sargento do pelotão de obras que manda o soldado subir ao telhado sem as cautelas recomendáveis. *Educar para a Segurança é educar para a guerra, é educar para a vida, para a família, para a comunidade, para um Brasil mais civilizado.*

Instrução e Adestramento dos Quadros

Outro tema genérico para reflexão do comandante é a instrução e o adestramento dos quadros.

Em nossa modesta visão, as rotinas de um exército de paz têm-nos levado a repetir nos quartéis, a cada ano, com pouquíssimas correções de rumo, a formação do reservista. Mesmo nos períodos de adestramento básico e avançado, os quadros continuam voltados para o soldado. E pouco acres-

centam à sua própria profissionalização.

Ora, são os quadros, em sua maior ou menor permanência e por seu profissionalismo, que constituem o arcabouço da Força Armada, que devem sustentar a aptidão indormida para sua destinação.

A formação do reservista incute-lhe reflexos básicos para sua mobilização, mas, quando esta ocorrer, terá de passar por severo treinamento e reciclagem, adaptando-se a novos materiais e técnicas. E, em Exército de paz, muitas classes se perdem, por graça de Deus, ao ultrapassarem a idade de convocação.

É, portanto, aos profissionais de carreira e temporários que devemos dedicar nosso maior empenho, na instrução e no adestramento, mormente em Exército pobre, que precisa eleger prioridades para recursos escassos. E a instrução de quadros é menos dispendiosa que a da tropa.

A instrução de quadros não é a palestra monocórdia em sala de aula.

É o estudo de uma situação simples, na carta e no caixão-de-areia.

É o manejo e o tiro da metralhadora .50.

É a ida ao campo de todos os sargentos, para a recordação do giro-do-horizonte, da designação de objetivos, da observação de condução do tiro de Artilharia.

É o tenente sendo exigido a fazer o estudo-de-situação e dar a missão aos subordinados, à vista do terreno.

É a fileira de oficiais marchando com o mesmo garbo da tropa emassada

e fazendo muito bem o movimento da espada.

É a turma de aprovisionamento sabendo o que é vale e ciclo de ração.

É o subtenente praticando a escolha de sucessivas áreas de trens da subunidade e a localização de suas viaturas cobertas das vistas aéreas.

Experimentem ir a fundo na verificação do profissionalismo de nossos quadros, e verificarão como pode estar frágil o arcabouço de nossa Força.

Se o recruta não aprendeu a rastejar, paciência!

Que rasteje mal. Mas seu sargento terá de ser verificado quanto à aptidão para conduzir a progressão do GC, ao conhecimento dos comandos de manevrabilidade e de tiro da arma automática.

O tenente temporário ganha o mesmo que o de carreira e tem de aprender a comandar seu pelotão, ensinado pelo capitão.

A mensagem, o conselho e, até, o desafio, naturalmente condicionado às diretrizes de seu comandante superior é: *Total dedicação ao recruta até o final da instrução de qualificação. A partir daí, ele passa a ser mero figurante de uma peça de teatro, em que os atores são os profissionais.*

Competições de Instrução

É repetitivo dizer a soldados profissionais que a guerra é um confronto de vontades, que chega ao fim com vencedor e vencido.

A preparação da Força Armada para a guerra envolve, portanto, *pari passu* com a instrução e o adestramento, o

exercitar de vontades para vencer. Em nosso Exército, adotamos muitas práticas de fortalecimento de vontades para superar o medo, a fadiga, o desconforto: são pequenas vitórias que valorizam o homem a seus próprios olhos e reforçam sua auto-confiança.

É necessário, entretanto, que este crescimento, alcançado através da superação, pelo indivíduo, de suas próprias fraquezas, seja aplicado no confronto com outros indivíduos, para injetar o espírito de luta e a vontade de vencer outro adversário que não o próprio indivíduo.

Além das competições desportivas, de grande efeito educativo, mas de abrangência limitada aos que têm aptidão ou pendor, as competições de instrução, pouco exploradas, proporcionam a oportunidade de exercitar o espírito de luta de todos os comandados. Quando organizadas para envolverem, na disputa, frações constituídas, trazem o benefício complementar de pôr à prova o exercício da liderança pelos oficiais e graduados participantes.

Um programa de competições de instrução, entre frações constituídas, distribuídas por todo o ano, com exigências ajustadas a progressão da instrução e do adestramento, não é difícil de se fazer, não acarreta despesas e produz excelentes resultados, tanto no que diz respeito à verificação da aprendizagem como no referente à motivação para a disputa e ao exercício da liderança.

Alguns exemplos de competições de

instrução, por frações constituídas, em seqüência ao longo do ano:

- desmontagem e remontagem do armamento individual;
- ordem unida (sem e com arma, com e sem comando);
- pista de cordas e corrida através de campo;
- tiro com armamento individual;
- orientação;
- entrada em posição e tiro de armamento coletivo;
- estudo-de-situação e cumprimento de missão, com solução de incidentes e realização de tiro real (de preferência pelos quadros).

O Conhecido que não Deve ser Esquecido

A ordem unida e a educação física são insubstituíveis como vetores da disciplina, da coesão e do moral.

Em nossas dimensões geográficas, as marchas motorizadas devem constituir substrato de nossa operacionalidade.

A economia de munição, obtida através da qualidade, da instrução preparatória e do uso intensivo de todos os recursos de simulação (subcalibres, redutores e aparelhagens específicas), deve constituir preocupação constante do comandante.

Comunicações, a Arma do Comando. Não há boa decisão sem informação, não há informação sem comunicações, não há comunicações sem a sinergia do equipamento rádio ou fio com o homem em excelente nível de treinamento para operá-lo, em obediência à disciplina de exploração —

qualquer que seja seu posto ou graduação. Outros meios — mensageiros, bandeirolas e sinais — também devem ser empregados na instrução, como preparação para a eventualidade de colapso dos meios eletro-eletrônicos.

Administração

Como já dissemos, há de ser o maior desafio do comandante, pela pouca experiência que, em geral, acumulou nesta atividade. Buscando contribuir para ampliá-la, no escasso espaço disponível, resolvemos correr risco de imperfeição na síntese em matéria tão vasta, dando-lhes, a guisa de roteiro, quatro conceitos gerais, depois desdobrados nos diferentes setores em que procuramos abarcar toda a abrangência da administração de uma OM.

O primeiro conceito decorre da missão: comandar.

Numa conceituação singela e profunda, *comandar é dar ordens e fiscalizar sua execução.*

O primeiro procedimento é fácil de ser executado: qualquer um é capaz de dar ordens. O segundo é o essencial na ação de comando, particularmente nas ações administrativas: fiscalização, incansável, criativa, educativa, construtiva, implacável, de total abrangência, estudiosa e indutiva, para engajar cada subordinado a exercê-la, no espaço de suas atribuições.

O segundo conceito refere-se ao inimigo.

Em tempo de paz e na vida administrativa da OM, *o inimigo é o desperdício, gerado pelas fraquezas funcionais que o promovem: incompe-*

tência, desídia, irresponsabilidade, impunidade e congêneres.

Parece-nos que a conceituação dispensa comentários adicionais.

O terceiro conceito define o terreno.

É o espaço do quartel, com todos os seus componentes: edificações, arruamentos, pátios, jardins e locais de exercício. *Em tempo de paz, o quartel é o campo-de-batalha do comandante.*

Axiomática, não necessita demonstração.

Necessita convencimento, entranhamento, impregnação, para a reação conseqüente de esquadrihar, costumeiramente, cada metro quadrado, coberto ou descoberto, pavimentado, ladrilhado, telhado, mobiliado, gramado ou de terra batida daquele campo-de-batalha administrativa, ou a guerra estará perdida.

No gabinete do comando, a cadeira do comandante e a daquele que despacha não devem ser confortáveis!

O quarto conceito, finalmente, não poderia deixar de ser o que trata dos meios, mais especificamente os materiais, já que os humanos e imobiliários foram objeto dos conceitos anteriores. *Os meios materiais são a única variável da administração que depende direta e exclusivamente do comandante.*

A afirmação é, propositadamente, polêmica e provocativa.

Depende do comandante a tabela de distribuição de material de expediente, que consigna a dotação de uma borraça por trimestre, quando a dele dura mais de ano. Depende do comandante mandar que o feijão fique de molho 24 horas, se isto é necessário para tê-

lo macio depois de cozido. Depende do comandante mandar trocar as telhas quebradas e acabar com as goteiras.

O comandante é o homem da solução, não é o relator de problemas. É o homem da responsabilidade, e não aquele que transfere a carga para outros ombros: o FOMEX, a Subsistência ou a Comissão de Obras.

Se for esta sua postura de administrador, os meios se multiplicarão, os problemas encolherão e a responsabilidade interromperá sua interminável peregrinação à procura de quem a assumira, dentro e fora do quartel.

Esquemáticamente, podemos distribuir a administração por quatro setores: o das instalações, o dos serviços, o das finanças e o do patrimônio.

Instalações

Podemos grupá-las nas de uso geral e uso específico.

De uso geral são as do comando e estado-maior, das subunidades, de instrução e quejandas. Nelas, a ação de comando se faz presente através das exigências de limpeza, ordem e conservação que desenvolvam e consolidem uma consciência de responsabilidade por parte dos usuários.

Exemplificação sumária:

- todos os banheiros secos, cheirando a limpeza, sem vazamento em torneiras e chuveiros, sem marcas de ferrugem em azulejos e vasos;

- alojamentos com a roupa-de-cama sempre bem apresentada (as fronhas sujas indicam os usuários que não tomam banho: devem lavá-las depois

do expediente, esperando que sequem para só então terem o repouso merecido);

- em cada armário, de uso pessoal ou funcional, só deve existir, e arrumado, o que é útil (é assim que se extirpam as cafuas, os monturos de inutilidades dos subtenentes relaxados, os depósitos de materiais inservíveis descarregados, os esconderijos para furtos e roubos);

- combate a vidraças quebradas, substituindo-as às custas do responsável;

- controle, segurança e manutenção preventiva do armamento (esta, exija-se, feita pelo detentor, e não pelo cabo armeiro), verificados também, em incertas, após o toque de ordem, para constatação do cumprimento de norma que impõe a comunicação de sua regularidade, no final do expediente.

Algumas sugestões sobre o que exigir, nas instalações de uso específico:

- as cozinhas só convencem sobre a qualidade e higiene da alimentação quando não se encontra nelas: gordura acumulada nas superfícies, moscas, restos de comida, águas empoçadas e tudo mais que o bom-senso condena;

- os paióis têm um oficial responsável, que deve saber tudo sobre eles: controle de umidade e temperatura, estoques e idades das munições, guarda e segurança diurna e noturna;

- oficinas e garagens freqüentadas, exclusivamente, pelos que nelas trabalham, com eficiente controle sobre feramental, suprimentos e equipamentos recolhidos para reparação.

Serviços

Os de escala são executores de numerosas atividades de guarda e conservação. É importante que o comandante verifique, sem regularidade, seu funcionamento, em particular fora do expediente. Que dizer daquele que nunca inspecionou sua OM entre o toque de silêncio e a alvorada? Poderá confiar que não existam irregularidades costumadamente praticadas, capazes de gerar ocorrências graves?

O serviço de aprovisionamento é foco potencial para a falta de exatidão e, até, para procedimentos dolosos. O controle dos estoques deve ser verificado com oportunidade, para evitar surpresas como a de, em inspeção de serviço da Subsistência Regional, o comandante não saber como é feito. A entrega de gêneros perecíveis é outra atividade que fornecedores e pessoal que os recebe precisam saber que o comandante controla. E não deixem de, vez por outra, aparecer no rancho e provar a comida das panelas...

O almoxarifado lhes mostrará como funciona o suprimento de uso comum: estoques de fardamento, às vezes inadequados à distribuição, que podem ser recolhidos a depósito ou trocados; de material de limpeza e de expediente, insuficientes ou em excesso; armamentos e outros equipamentos, aguardando recolhimento ao órgão de apoio, para manutenção, injustificadamente; sucata e material inservível, descarregado, que pode ser alienado para fazer dinheiro e desocupar espaço.

O Serviço de Saúde é uma atividade complexa em OM isolada, pela respon-

sabilidade de atender também à família militar. Mas, em qualquer delas, é um ponto que merece o desvelo do comandante, pelo que representa de garantia, quando funciona bem, e de riscos, quando funciona mal.

Finanças

Nesse campo, os especialistas darão sua contribuição abalizada e mais atualizada do que a nossa. Mas há conselhos genéricos que podem melhorar a aplicação dos recursos disponíveis:

- diz-se que comprar bem é uma arte. Que seja. Para nós, em administração de OM, é responsabilidade intransferível do comandante, mesmo que exercida com ajuda dos auxiliares — fiscal administrativo, tesoureiro, aprovisionador e almoxarife. É uma questão de determinação, bom-senso, respeito pelo dinheiro público e engajamento pessoal em sua criteriosa aplicação;

- é importante conhecer os fornecedores: o contato pessoal é prova de consideração, estimula a adesão e abre oportunidades para negociações que podem redundar em redução de custos;

- antes de comprar, acionem os órgãos de apoio, com paciência e persistência: sempre se consegue economizar;

- é útil anotar alguns empenhos para, posteriormente, pedir a apresentação da mercadoria entregue.

Patrimônio

Sob este título, entenda-se tudo o que representa valor material, exigí-

vel de constar do acervo permanente da OM, de entrar em carga ou, quando de consumo, de registro temporário: edificações, rede elétrica, munição, picaretas, vassouras, combustível, peças de viaturas e a grama dos jardins constituem patrimônio, porque custaram o dinheiro da nação, empregado para propiciar condições de cumprimento de nossa destinação constitucional. São bens públicos, confiados à nossa guarda, sob a responsabilidade primeira do comandante.

Manter atualizado o controle do patrimônio é tarefa ingente, que só pode ser bem executada se os responsáveis pela escrituração estiverem motivados para o cumprimento do dever de cidadã e de militar.

Muito mais difícil é incutir, em todos os comandados, a consciência para a preservação do patrimônio em cada nível de responsabilidade: nenhum tiro disparado, na formação do atirador, se não trouxer benefício compatível com o custo para a união; nenhum litro de combustível consumido sem uma prévia verificação da necessidade do serviço que a viatura vai prestar; nenhum coturno novo atravessando charcos, numa simples instrução básica de progressão, quando existem os usados, na reserva do subtenente, guardados exatamente para isso.

Aí está o grande desafio, o maior de todos os desafios que esperam o comandante; administrar; multiplicar recursos; tirar dos meios o maior rendimento e prolongar-lhes a vida útil; despertar consciências; modificar comportamentos, em síntese, educar e comprometer todos os comandados

com a guarda, o bom uso e a preservação do patrimônio nacional.

CONCLUSÃO

Chegamos ao fim da matéria, do tempo e, possivelmente, da disposição de atenção dos ouvintes.

O estágio prossegue com a participação dos diferentes órgãos da alta administração do exército, que aposta nos novos Cmt/Ch/Dir para renová-lo em sua atividade-fim, dando cada vez maior expressão à instituição ligada, indissolúvelmente, pela história, no presente e no porvir, aos destinos da nação.

No exercício do comando, o objetivo profundo a ser conquistado deu-o Osório, em magistral síntese, de todos conhecida:

É fácil a missão de comandar homens livres.

Basta apontar-lhes o caminho do dever.

O caminho é a educação; a responsabilidade; o exercício da vontade; a camaradagem; o respeito pelo bem público e pelo semelhante — superior, igual ou subordinado; a autoconfiança, que encoraja a coragem; a lealdade e a honra.

Em resumo, a realização profissional e íntima, o somatório de méritos e insucessos, a avaliação do comando medir-se-ão, inexoravelmente, por sua mais preciosa resultante: o valor moral da tropa.

Um comandante quer, sabe e faz.

Um bom comandante faz querer, faz saber e faz fazer.



ARMANDO LUIZ MALAN DE PAIVA CHAVES é General-de-Exército, Chefe do Departamento de Material Bélico do Exército. Principais tópicos do seu "Curriculum Vitae": Aspirante-a-Oficial em 31.12.48, última promoção em 31.07.90. Condecorações Nacionais recebidas: Ordem do Mérito Militar (Grã Cruz); Ordem do Mérito Naval (Comendador); Ordem do Mérito Aeronáutico (Comendador); Ordem do Mérito Judiciário Militar (Alta Distinção); Medalha Militar (Ouro com passador de Platina); Ordem do

Mérito Judiciário do Trabalho (Comendador). Condecorações Estrangeiras recebidas: Ordem del Libertador San Martin (Argentina, Comendador); Ordem de Bernardo O'Higgins (Chile, Comendador); Ordem Militar de Avis (Portugal, Comendador). Principais funções como oficial superior e oficial general: Instrutor da ECEME; Membro da MMBIP; Assistente-Secretário do Ministro do Exército; Comandante do 1º RCG, "Dragões da Independência"; Chefe do EM do CMP e 11ª RM; Assessor do Ministro Chefe do SNI; Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República; Comandante da 5ª Bda Cav Bld, da 6ª Bda Inf Bld e da 1ª RM. Diretor de Motomecanização



TEMAS AMAZÔNICOS(**)

Ney Coe de Oliveira

São quatro temas desenvolvidos pelo autor no âmbito de suas atividades discentes, na Fundação Getúlio Vargas e outras instituições de ensino, inclusive na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (caso do terceiro tema — seminário promovido em outubro de 1991). Aborda assunto que se transformou em *best seller* das elocubrações mundiais deste final de século.

MITOS SOBRE A AMAZÔNIA

O grande inimigo da verdade é, quase sempre, não a mentira, mas o *mito*, que é atraente, propagante, persuasivo e persistente.

Mas, o que é *mito*?

Etimologicamente, procede do grego (*mythos*), que significa *fábula*: uma narrativa de significação simbólica, frequentemente ligada à cosmogonia (ciência que trata da origem e evolução do universo), se referindo, quase sempre, a deuses encarnadores das forças da natureza e/ou de aspectos da condição humana. Por analogia, é uma representação de fatos ou de personagens reais, mas exagerada ou transfigurada

pela imaginação popular, pela tradição, pela retórica empolgada de certos escritores etc. Entretanto, trata-se simplesmente de idéia sem correspondência na realidade, uma concepção ilusória, elaborada, ou aceita, por pessoas ou grupos sem preocupações de análise crítica, representando-lhes uma verdade ou certeza que, com facilidade, é transmitida com boa fé e persuasão.

Não só os antigos cultivavam mitos. Também hoje, fins do século XX, a humanidade os cultiva, não apenas em sua filosofia de vida prática, mas, até, em áreas do conhecimento técnico e científico. Por exemplo, que *mitos* se cultivam sobre a Amazônia? Devem ser muitos, certamente... Colecionamos alguns, porém, que recolhemos literalmente de publicações desses úl-

(**) Selecionado pelo CPrep/ECEME

timos anos, constituindo certas expressões belas figuras de retórica, como:

“A Amazônia é uma biblioteca para as ciências humanas, o maior laboratório mundial de farmácia e um pêndulo regulador do clima; é assunto que envolve o destino do Globo Terrestre” *Thomas Lovejoy*, ex-vice presidente da *World Wildlife Foundation*, 1989);

“Para a humanidade, a tragédia da destruição da Amazônia seria o mesmo que a tragédia da destruição de Veneza” (*Fulco Pratesi*, Câmara de Deputados de Roma, 1989);

“A Amazônia é responsável pela sobrevivência da espécie humana” (Debate no Senado Americano, 1989);

“A devastação (da Amazônia) é inaceitável e constitui a maior tragédia da história” (*Time Internacional*, em 18/09/89);

“Propõe-se um Tribunal Internacional que julgue o governo brasileiro pelos crimes de *etnocídio* e *ecocídio*” (“Grupo dos Cem”, México, 1989);

“É vergonhoso o estupro da Amazônia pelo Brasil, comparável ao *apartheid* sul-africano” (*Bangkok Post*, em 10/03/89);

“Um holocausto ambiental está varrendo a Amazônia” (*The New York Times*, em vários artigos de 89);

“O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia” (*François Mitterand*, 1989);

“O Brasil deve delegar parte de seus direitos (sobre a Amazônia) aos organismos internacionais competentes” (*Mikhail Gorbachov*, 1989);

“A Amazônia é o pulmão do mundo” *Houston Post*, em 23/03/89 e muitos outros);

“A floresta de Rondônia estará destruída em 1990, a de Mato Grosso em 1989, a do Pará em 1991 e a do Acre em 1993” (previsões feitas em Set/1982 por *Philip Fearnside*, pesquisador americano do INPA, Manaus);

“Cerca de 25% da Floresta Amazônica já foi derrubada até 1988” (*Dennis Mahar*, economista do Banco Mundial, 1988);

“É a Amazônia que absorve todo CO₂ do mundo” (“Il Popolo”, de Roma, 1989);

“Os solos da Amazônia são maravilhosos: em se plantando, tudo dá” (Discurso de Paraninfo na UFRJ, 1989);

“A Amazônia não presta para ser explorada; deve, assim, ser deixada apenas como grande produtora de O₂” (Associação Mundial de Ecologia, 1990);

“A Amazônia é o deserto verde mais compacto e homogêneo que existe” (*Rupert Cutler*, presidente da *Defenders of Wildlife*, 1990);

“Na Amazônia só se deveriam introduzir plantas nativas” (*Rupert Cutler*, presidente da *Defenders of Wildlife*, 1990);

“Só a internacionalização pode salvar a Amazônia” (“Grupo dos Cem”, México, 1989);

“Deveria ser proibida qualquer imigração para a Amazônia: sua ocupação está decretando seu fim” (“Grupo dos Cem”, México, 1989);

“A destruição da Amazônia seria a destruição do mundo” (Debate no Parlamento Italiano, 1989);

“Não são propícias as condições da Amazônia para o homem: altas tem-

peraturas, chuvas o ano todo, maioria de seus solos inundados" (Ecologistas Ingleses, 1990);

"As queimadas na Amazônia atingem sempre e irremediavelmente a mata virgem" (Ecologistas Ingleses, 1990);

"A Amazônia só comporta duas atividades: a agropecuária e a indústria madeireira" (Discurso de Deputado em Mato Grosso, 1989);

"É a indústria madeireira amazônica que abastece o mundo" (Jean Perrou, Paris, 1989);

"Só se deveria permitir na Amazônia o extrativismo; qualquer outra atividade pode prejudicá-la" (Certos ecologistas brasileiros, 1990);

"A Amazônia deve ser intocável, pois constitui-se no banco de reservas florestais da humanidade" (Ecologistas alemães, 1990);

"O melhor investimento na Amazônia é deixá-la como está: não deve ser tocada" (Ecologistas alemães, 1990);

"Como São Paulo se enriqueceu trocando florestas por café, a Amazônia se enriqueceria se trocasse suas florestas por pastos e bois" (ex-Reitor da Univ. Federal de Uberlândia, MG, 1989);

"A topografia amazônica não presta para o gado comum, mas é excelente para o búfalo, cuja proteína alimentaria o mundo" (M. Musthafah, Técnico do Governo da Índia, 1989);

"A floresta amazônica produz 25 % do O₂ da Terra" (Reportagem Americana de 1972);

"Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles (bra-

sileiros), mas de todos" (Senador A. Gore, USA, 1898);

"Populações indígenas são massacradas... A ocupação da Amazônia é filha da ditadura" (Luiz Inácio Lula da Silva, em "Cara Amazzônia", Milão, Itália, Nov/1989);

"Uma devastação (na Amazônia) que fere não apenas a qualidade, mas a própria continuação da vida em nosso planeta" (Folco Quilici, cineasta italiano, Milão, 1989).

Estas e outras teses semelhantes são "verdades" para consumo de certos segmentos da sociedade, aqui e no exterior.

Essas pessoas parecem não ter compromissos sérios com o estudo e a crítica de certos assuntos, ou esses compromissos são mais de natureza econômica, política ou ideológica, ou são apenas pessoas iludidas. É matéria para uso de seus interessados, de facciosos, de desconhecedores do assunto, de ingênuos etc. Aliás, a humanidade sempre gostou de "crenças"... É possível até que certos exageros e arroubos oratórios sejam fruto de indignação insopitável provocada por tantos alarmismos sobre o tema amazônico.

Conclusões:

- Os chamados "verdes" ou ambientalistas estão falando mais do que os cientistas;

- devemos evitar os extremos: os ecologistas ingênuos e os xenófobos (que não admitem opiniões sensatas do exterior);

- não se esquecer de que os mecanismos naturais de regeneração ecológica tornam a natureza mais resistente do que se imagina;

- na verdade, a história da humanidade se confunde com a tentativa de controle e uso das forças e virtudes da natureza;

- não se deve contrapor, em termos ideológicos, desenvolvimento e Ecologia, pois a pior cegueira tem sido a ideológica, que não deixa o homem pensar;

- a Ecologia, como ciência multidisciplinar, ainda está no começo; requer-se muito mais estudo para a avaliação da complexidade e diversidade da natureza;

- o pior problema é a pobreza (para não dizer a miséria), que leva um povo a destruir seu patrimônio natural, pois ninguém muda de vida se não tiver alternativa;

- a Amazônia é muito grande e diversificada; nenhuma preferência deve ter caráter exclusivista, pois a diversidade amazônica é notória, inclusive por seus vários ecossistemas, relevo e solos;

- certas afirmações sobre a Amazônia (e a natureza, em geral) poderão dar boa poesia, mas não boa ciência;

- na prática, mantém-se o princípio de que cada pessoa tem uma opinião, antes mesmo de ter uma convicção ou, ainda, de que freqüentemente falta mais prudência ou bom senso, para não dizer senso comum (se é que o chamado "senso comum" seja o mais comum dos sentidos...).

AMAZÔNIA PULMÃO DO MUNDO?

Veja-se, antes de qualquer outra consideração, como "nasceu" este curioso mito de "Amazônia Pulmão do Mundo".

O biólogo alemão *Harald Sioli* (do Instituto *Max Planck*, Alemanha Ocidental) em entrevista de Nov/1971 respondia a um repórter americano: "A floresta amazônica deve fixar (absorver) em torno de 25% do CO₂ (gás carbônico ou dióxido de carbono) da atmosfera terrestre."

Na reportagem (que se difundiu e empolgou os ecologistas), o repórter trocou CO₂ por O₂ (oxigênio): o equívoco (ou ignorância) do repórter transformou assim os 25% de CO₂ em 25% de O₂... e a Amazônia passou a ser o "Pulmão do Mundo", bela retórica que delicia hoje grande parte dos ecologistas, daqui e de fora.

Provavelmente, esta figura retórica ("Amazônia Pulmão da Terra") queira significar que "a Terra respira pela Amazônia". Mas esta analogia é uma tolice, uma infeliz figura de seu autor: o pulmão só presta benefícios se consumir O₂ e expelir CO₂ (produto da queima orgânica do ser vivo). O benefício da Amazônia, como de qualquer floresta, é exatamente o inverso: fixa CO₂ e libera O₂. Aliás, *Harald Sioli* queria caracterizar a importância das florestas amazônicas precisamente pelo fato de elas absorverem (fixarem) cerca de 25% do CO₂ da atmosfera, o que na verdade deve estar abaixo de 9%, se considerados os da-

dos da FAO, então desconhecidos por Sioli.

Assim, o autor desta contraditória figura deveria ter dito: "Amazônia Filtro do Mundo."

Confrontando-se os dados da FAO (*Year Book of Forest Products*, 1970), temos apurados;

a) são 37 milhões de km² da superfície da Terra recobertos por florestas; b) pouco menos de 9% desta extensão mundial florestada é brasileira (incluindo-se aqui toda a Amazônia), tocando assim ao Brasil cerca de 3,3 milhões de km² florestados.

Ora, supondo-se (apenas como exercício de raciocínio) que os 100% de O₂ da Terra fossem produzidos somente pelo total florestado (37 milhões de km²), que "pulmão" é esse (a Amazônia e o resto do Brasil) que estoca na Terra cerca de 9% de todo O₂? Que "pulmão" viveria com apenas 9% de O₂, se não vive sequer com 25%?

Por outro lado, sabe-se que apenas durante o dia (pela fotossíntese) as plantas sintetizam a matéria orgânica (absorvendo mais CO₂ e liberando mais O₂), enquanto que, à noite, dá-se fenômeno inverso, embora tanto à noite como de dia as plantas respirem, isto é, consumam O₂. Em resumo: no ciclo de 24 horas, há certa compensação ou equilíbrio dos dois processos, ou seja, não há normalmente excedente de O₂, pois o que é produzido de dia (sob a ação solar) é consumido à noite, salvo no caso das plantas novas e em crescimento, o que entretanto não ocorre (em escala sensível) na floresta amazônica, já madura, cheia, em equi-

líbrio secular e até senilizada, embora haja sempre alguma renovação (não ponderáveis) em seus claros e periferias, mais expostos à luz solar.

Com frequência, os apologistas da produção excedente de O₂ (da floresta amazônica) confundem maior ou menor volume de O₂ com maior ou menor grau de pureza do ar atmosférico (maior ou menor concentração de poluentes).

Constata-se, inclusive, que 1m³ de ar das pradarias gaúchas ou do pantanal matogrossense tem o mesmo volume de O₂ que 1m³ de ar atmosférico do interior da floresta amazônica. Além disso, não se pode esquecer que os milhões de animais e microorganismos que vivem na Amazônia também respiram, isto é, consomem O₂ e expellem CO₂, além da própria fermentação da enorme massa de resíduos orgânicos (que se depositam em seus solos), consumidora de O₂ e libertadora de CO₂.

Mas a Amazônia não fornece O₂ para outras regiões da Terra? Na verdade, se altas correntes aéreas deslocam porções rarefeitas de O₂ da Amazônia para outras regiões do Globo, em compensação outras altas correntes aéreas deslocam para a Amazônia porções rarefeitas de O₂, procedentes de outras partes do Mundo. Trata-se, pois, de transferências recíprocas ou mútuas, não se caracterizando a idéia de que a Amazônia "alimenta" o mundo de oxigênio, admitindo-se entretanto sua significativa contribuição climática.

Cientificamente comprovado, isto sim, é que as algas marinhas e os fi-

toplanctons, que vivem e se desenvolvem aos milhões nos mares do planeta, são os grandes responsáveis pela produção e acúmulo de O_2 na atmosfera terrestre.

Eles, sim, constituem não só o grande filtro dos mares e do ar atmosférico, como o grande abastecedor de O_2 da Terra.

Há teorias que defendem o princípio de que grande estoque de O_2 da atmosfera teve origem na dissociação da molécula d'água (H_2O) por meio das irradiações de natureza ultravioleta. Entretanto, as evidências fósseis e geológicas indicam que o O_2 teve mesmo origem nos oceanos, que continuam a reciclá-lo e fornecê-lo.

Finalmente, não há um único cientista no mundo simpático à tola figura retórica de "Amazônia Pulmão do Mundo" que, talvez, possa ser apenas uma expressão poética para ingênuos ou desprevenidos...

OBSERVAÇÕES SOBRE O TEMA "AMAZÔNIA"

Embora a Constituição de 1946 tivesse destinado (pelo prazo de 20 anos consecutivos) 3% da renda tributária da União à execução de um plano de valorização da Amazônia, na verdade isto quase nunca foi cumprido. Trata-se de um fato (nada lisonjeiro) que nos deve servir de advertência. A razão é simples: não havia planos definidos em que investir... que, efetivamente, só começaram a ocorrer a partir de 1953.

Às págs. 36/44 do 2º volume do trabalho "A Amazônia Brasileira" (EPGE/FGV, 1990), relacionam-se várias iniciativas sobre a valorização ou desenvolvimento da Amazônia, tais como:

- criação da "Sup. do Plano de Valorização e Estruturação da Amazônia": 1953 (Governo Getúlio Vargas);

- construção da Belém—Brasília: 1955/59 (Governo Kubitschek);

- plano "Operação Amazônia": década de 60, em que se criaram: o BASA, a SUDAM, a SUDHEVEA e a SUFRAMA (Governo Castello Branco);

- criação da "Zona Franca de Manaus": Fev/1967;

- "1º Plano Nacional de Desenvolvimento" (1º PND) 1970/74, em que se desenvolveram: o Programa de Integração Nacional (PIN), a Transamazônica, a Cuiabá—Santarém, a Porto Velho—Rio Branco, o Proterra, Projeto Radam etc. (Governo Médici);

- com o 2º PND, 1975/79, criaram-se: a Polamazônica (15 pólos selecionados), o Projeto Carajás, a Albrás, a Alcoa, a Alunorte, o Projeto Jari, as centrais elétricas de Tucuruí, Samuel, Balbina etc. (Governo Geisel);

- posteriormente, além do término ou continuação de certos projetos, houve pequenas e eventuais ações pela Amazônia, caracterizando-se descontinuidade ou abandono, salvo a evolução de certos empreendimentos da iniciativa privada e da CVRD, além da estrada de ferro Norte-Sul (Tocantins—Maranhão). Houve, entretanto, profunda alteração no quadro político-administrativo da Amazônia, de que

resultou a criação de novas unidades federadas: Acre (15/04/62), norte de Mato Grosso (11/01/77), Rondônia (22/12/81) e, mais tarde, Tocantins, Amapá e Roraima (25/10/88).

Assim, não obstante se tenha feito muita coisa pela Amazônia a partir de 1953, os resultados não foram os esperados, pelo menos em termos gerais, isto é, com benefícios sensíveis para aquelas populações todas. O problema principal foi (e será ainda por muito tempo) o mesmo de sempre: são várias e distintas amazônias, grandes distâncias que dissociam as partes, inúmeras necessidades, recursos insuficientes, certo descontrole nos investimentos, certos planos ambiciosos e, não raro, certa desídia pela continuidade do trabalho iniciado.

É evidente que qualquer plano de desenvolvimento (em particular planos e programas para a Amazônia) deve considerar uma série de obstáculos ou fatores adversos, entre os quais se pode citar:

- necessidade de uma discussão aberta e franca, com a participação competente de representantes da população interessada;
- extensão e diversidade da Amazônia;
- dificuldades de transportes e comunicações, que caracterizam o grande divórcio entre as partes integrantes, inclusive intermunicipais;
- insuficiência de recursos para tanto investimento;
- sua rarefeita e difusa população, de maioria pobre, rude, e sem meios de fazer-se ouvir;
- descontinuidade de execução de

planos ou programas regionais, não só pela escassez de recursos, mas ainda pelas mudanças de autoridades e conseqüente desinteresse por planos ou programas de seus antecessores;

- debilidade numérica ou incapacidade representativa das bancadas legislativas desses Estados amazônicos junto ao Congresso Nacional;
- escassez relativa de elites, de capital local, de mão-de-obra especializada, de instrução geral e de saúde etc.;
- ausência de determinação ou vontade política dos Poderes Centrais (sobretudo Executivo e Legislativo) para modificar o *status quo* de região que lhe está muito distante e de pouca "resonância"...

Teme-se, assim, que novas iniciativas tenham o mesmo fim de tantas outras. Mais do que teorias e abstrações, impõem-se preliminarmente certos cuidados práticos, como:

- não se pode tratar da Amazônia como um todo, mas por partes: o que é bom para uma região não é necessariamente bom para outras;
- não bastam linhas gerais de ação (muitas já conhecidas e até experimentadas); são necessários planos e ações concretos, bem definidos, dentro de prioridades e possibilidades, isto é, realísticos e viáveis;
- dimensionar-se propósitos, planos e programas no tempo e no espaço, a começar pela idéia de que a maioria dessas realizações só pode visar a resultados a médio e longo prazos, ainda que difícil quantificar no caso o médio e longo prazo;
- imaginar-se as dificuldades de aceitação (consenso) de planos e pro-

gramas que nem sempre atendam à critérios, preferências ou interesses regionais (políticos, econômicos ou ideológicos) submetidos a divergências, controvérsias, disputas etc.;

- avaliar-se a possível retomada (corrigindo, ajustando, recuperando ou aperfeiçoando) de certos programas anteriores, mal sucedidos, mal encaminhados ou simplesmente abandonados;

- compatibilizar recursos e etapas de execução, para não se incorrer nos "hábitos" da descontinuidade, característicos de nossa administração tradicional;

- tratando-se da Amazônia, poucos creem na eficácia de planos audaciosos ou ambiciosos, mas em projetos realísticos, factíveis, eficazes, reajustáveis, progressíveis e, sobretudo, de resultados, se não antecipadamente certos, pelo menos muito prováveis e duradouros;

- é oportuno lembrar-se de que o Poder Público (Governos Estaduais e Federal), mais do que empreendedor, deve ser indutor da iniciativa e da participação privadas; se há tarefas e investimentos que só podem ser feitos pelos Governos (inclusive Municipais), há empreitadas que deveriam ser deixadas à iniciativa privada, aliás, processo normal nos regimes democráticos;

- por último, a experiência e as frustrações do passado deveriam presidir o estudo, a discussão, a elaboração e a execução desses planos, projetos ou programas.

O BRASIL NA ECO-92

Não cremos que, em nome do Brasil, sua Delegação Oficial se apresente à Conferência Mundial da Eco-92 como "piedosa e solitária ré", batendo o *mea culpa* pelos impactos ambientais que tem sofrido o Brasil em suas tentativas de desenvolvimento.

Ao contrário, reconhecendo seus males ambientais, deveria apresentar-se, senão como "vítima", pelo menos dentro da situação característica de condições de "ausência" de desenvolvimento, ou seja, de um país submetido a condições de desenvolvimento perverso, de pobreza e desigualdade sócio-econômica.

Deve-se mostrar que o Brasil fez o que, em suas condições peculiares, lhe era possível fazer: sofrer os impactos ambientais de uma política de desenvolvimento possível ao 3º Mundo.

Seu pior problema é a pobreza (para não dizer a miséria) de grandes segmentos seus, o que leva um povo a destruir seu patrimônio natural, pois ninguém muda de vida se não tiver alternativa. Até os antigos já diziam: *Primum vivere, deinde philosophari...* ("Primeiro viver, depois pensar..."). E isto não é banalidade ou desculpa: é a realidade, crua e nua.

Na verdade, a realidade brasileira não pode situar-se fora do contexto mundial, onde se identifica (no 1º mundo) um estilo de vida e de desenvolvimento que se mostrou ecologicamente predatório, socialmente perverso e politicamente injusto: poluição atmosférica e dos mares, "efeito estufa" e "chuva ácida", destruição do ozô-

Na verdade, sem uma cooperação efetiva e honesta dos países do 1º Mundo, os do 3º Mundo ficariam impossibilitados, de um lado, de executar programas ambientais de longo alcance e, de outro, de implantar alternativas

de desenvolvimento sustentável, pois o pior problema é a pobreza (para não dizer miséria) que leva um povo a destruir seu patrimônio natural, já que ninguém muda de vida se não tiver alternativa.



NEY COE DE OLIVEIRA — é licenciado em Filosofia e Pedagogia, pelo Instituto Salesiano de Filosofia e Pedagogia (São Paulo, SP — 1936/39), e em Matemática pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de São Bento (PUC/SP — 1943). Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma, Itália — 1946/50), possui o Curso de Química do Mackenzie College (São Paulo, SP — 1940/42) e é diplomado pela Escola Superior de Guerra (Rio de Janeiro, 1954). Possui três livros e mais uma dezena de

monografias e artigos publicados no Brasil e na Itália. Subdiretor Administrativo da EPGE/FGV desde dezembro de 1971, foi diretor da Escola Superior de Propaganda e Marketing (1974/75), Assessor do CNPq (1974/76) e do Centro de Estudos e Planejamento do Conselho de Segurança Nacional (1955), Subchefe do Gabinete do Ministério de Viação e Obras Públicas, tendo o então Coronel Rodrigo Octávio Jordão Ramos como Ministro. Tem palestras proferidas na ECEME, ESG e Instituto Rio Branco, entre outras instituições.



AS DUAS FACES DA GLÓRIA (**)

Claudio Moreira Bento

Trata-se de uma resposta bem fundamentada a colocações de William Waak, em livro lançado pela Editora Nova Fronteira (1985), relativas à atuação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) em território europeu.

Em 22 de agosto de 1922, fará 50 anos a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em apoio à cruzada dos Aliados em defesa da Democracia e da Liberdade mundial contra o nazi-fascismo. Como decorrência o Brasil enviou, para o teatro-de-operações europeu, a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que lutou no NW da Itália para libertá-la, junto com cerca de 20 divisões de onze países, americanas e inglesas em especial, mas inclusive italianas livres.

A imprensa brasileira acompanhou de perto, nos Apeninos e no vale do rio Pó, a epopéia dos pracinhas brasileiros, através dos correspondentes de guerra Rubem Braga, Joel Silveira, Egídio Squeff, Rui Brandão, José B. Leite, Alberto D. Abranches, Francisco Hallowell (inglês da BBC), Thar-

silo Nilke, Horácio Sobrinho, e dos cinegrafistas Fernando Fonseca e Adalberto Cunha. Eles produziram valiosa documentação sobre a FEB, na qual registram o bom desempenho do combatente brasileiro e sua notável adaptabilidade àquela campanha. Rubem Braga, por exemplo, escreveu uma valiosa e aguda observação que atesta a grandeza do comandante da FEB, sobre o qual escrevemos: "J.B. Mascarenhas de Moraes — significação histórica" (RIHGB, Jul/Set 1984), por ocasião do seu centenário, comemorado no IHGB.

Escreveu Rubem Braga sobre o episódio de tentativa de renúncia de Mascarenhas, em dezembro de 1944, após sofrer injusta pressão do general dos EUA comandante do IV Corpo de Exército: "foi bom que ele ficasse. Com o seu Estado-Maior dividido, os

(**) Selecionado pelo CPrep/ECEME

inevitáveis desentendimentos (ou difíceis entendimentos) com o comando aliado, a displicência com que o Rio atendia aos pedidos da FEB, os ciúmes e prevenções da retaguarda e as durezas da guerra, só um homem da energia, da respeitabilidade e paciência do General Mascarenhas poderia levar a campanha até o fim, como ele fez com êxito”.

A estes relatos da imprensa brasileira somam-se: a alentada documentação oficial da FEB reunida no Arquivo Histórico do Exército; a documentação levantada pelo Coronel Ruas Santos no *Tesaurus da FEB* e reunida, em parte, na Associação Nacional de Veteranos da FEB (ANVFEB) na rua das Marrecas — Rio. Toda ela consagra, como motivo de orgulho nacional, a participação militar correta e bem-sucedida da FEB e como ela, com galhardia, superou as adaptações doutrinárias (mudança da doutrina francesa para a americana), tecnológicas (radiofonia, motorização e mecanização com suas complexas implicações logísticas e operacionais), ecológicas (adaptação à montanha e à neve) e psicológicas (distância da pátria, enquadramento por exército da maior potência industrial e enfrentamento de soldado com fama de ser o melhor do mundo etc.).

Passados 40 anos, um colega dos correspondentes citados, William Waak, após pesquisa na Europa “com a preocupação de cotejar a versão oficial e laudatória da FEB com o relato de alemães e americanos”, publicou

o polêmico livro *As duas faces da glória*.¹

O livro trouxe interessantes contribuições: sobre a 232.^a Divisão de Infantaria alemã, que fez frente à FEB nos Apeninos; sobre a preocupação louvável e satisfeita do General Mascarenhas de que a FEB, na expressão popular, não viesse a ser usada como “bucha de canhão pelos Aliados”; que foi em Monte Belvedere, que dominava Monte Castello, que o comandante alemão, veterano comandante de Corpo de Exército na batalha de Estalingrado, e então comandante da 232.^a DI alemã, concentrou todo o esforço defensivo da ampla frente que lhe coube defender, por ser Belvedere o pivô da defesa do Apeninos.

Dá a resistência enorme que os alemães ofereceram aos americanos em Monte Belvedere e aos americanos e brasileiros em Monte Castello, que só caiu após o 5.^o ataque aliado e desfechado pela FEB, quando Monte Belvedere já havia sido conquistado pela 10.^a Divisão de Montanha dos EUA. Do contrário, ataques frontais americanos e brasileiros, sem nenhuma possibilidade de surpresa, continuariam a ser mal-sucedidos.

A obra *As duas faces da glória* é denominada, por muitos veteranos, “A outra face da glória”, por conter referências predominantemente negativas atribuídas à FEB. Referências negativas que colocadas isoladas como o foram, ao que parece por mágoa política do autor contra algumas lideran-

1 WAAK, William, *As duas faces da glória*. Rio de Janeiro Ed. Nova Fronteira, 1985.

ças da FEB que o seriam da Revolução de 64, agridem o soldado brasileiro que lá foi lutar e que deu o melhor de si como soldado do 3.º mundo, vindo de um país essencialmente agropecuário. Soldado lançado prematuramente em ação, conforme reconhece William Waak e denunciou o próprio Marechal Mascarenhas, após a Conferência do Passo de Futa, e que, após hercúleo esforço de adaptação doutrinária, tecnológica, ecológica e psicológica, lutou, venceu e fez boa figura, ao lutar, só ou em aliança, contra valorosos soldados do 1.º mundo com mais de quatro anos de experiência naquela guerra e naquele teatro-de-operações.

As críticas de W. Waak incidem nos ataques a Monte Castello, que resistia fortemente, conforme justificamos com os elementos que ele próprio forneceu, por ser flanqueado pelo ponto mais forte da defesa alemã, Monte Belvedere. As críticas que publicou atribuídas ao comportamento do soldado brasileiro provocaram grande indignação, particularmente entre os "brasileiros humildes lançados sem treinamento na guerra e pelos quais durante sua pesquisa passou a nutrir grande simpatia", segundo escreveu. Muitos desses veteranos afeitos às letras responderam-lhe, por escrito, em artigos diversos.

Essas respostas devem ser levadas em conta, quando da leitura de *As duas faces da glória*, obra que, penso, denigre o perfil militar do brasileiro revelado em nossas lutas internas e externas em quase cinco séculos — lutas predominantemente vitoriosas e em grande parte responsáveis pelo deline-

amento, definição e manutenção de um Brasil de dimensões continentais. Constatar é obra de simples verificação da movimentada História Militar do Brasil até 1945.

Os erros e falhas atribuídos ao combatente brasileiro e apontadas por Waak, com apoio em relatórios americanos, são comuns na guerra, a todos os exércitos e em todos os tempos. Para constatar basta por exemplo ler-se a obra *História de um Soldado* (Rio, Bibliex, 1958, 2v), escrita pelo Tenente-General Omar Bradley, traduzida pelo atual Coronel Luiz Paulo Macedo de Carvalho, no qual aquele chefe focaliza, de observatório privilegiado, a invasão da Europa pela Normandia. "Na guerra os erros e falhas, bem como a mentira, são como terra", em razão das condições de confusão, extrema tensão, medo e temor de perda da vida ou de mutilações etc. Daí a expressão comum nos meios militares mundiais: "Ganha a guerra quem erra e falha menos."

Assim sendo, a leitura de *As duas faces da glória* não pode ser feita isolada, por quem está empenhado em descobrir a verdade e atuar como juiz do Tribunal da História. Ela deve ser lida e comparada com os testemunhos dos correspondentes de guerra citados, que representaram a Imprensa Brasileira junto à FEB, junto com artigos de veteranos da FEB sobre a obra em foco, e junto com a alentada bibliografia nacional e estrangeira sobre o final da batalha dos Apeninos. Isto para que, com imparcialidade e isenção, sejam retirados para a posteridade brasileira

os ensinamentos que a obra de William Waak em realidade contém.

Atitude contrária será um exercício de cívico-masochismo brasileiro. Continuar a usá-la como arma política e, agora, como instrumento de interesses nacionais e internacionais escusos, visa a desacreditar, e até a desmoralizar, as Forças Armadas do Brasil, constitucionalmente o braço armado do povo brasileiro para a defesa, *in extremis*, de seus legítimos interesses.

Em realidade, até hoje não deparamos com versão oficial que afirme que a FEB teve papel decisivo ou predominante na Itália. Ela cumpriu muito bem a missão que lhe coube, com muito mais vitórias do que insucessos, estes reconhecidos, humildemente, por seu comandante, em relato oficial, e ocorridos na fase que o próprio W. Waak reconheceu que a FEB "foi lançada na guerra sem o treinamento e preparo" que tiveram as divisões dos EUA, por exemplo.

O reestudo, de parte de Waak, de toda a bibliografia da FEB, com ênfase na face positiva que ele ficou a dever

em *As duas faces da glória* e, agora, com sua experiência na Guerra do Golfo, talvez o leve a pedir até desculpas aos veteranos da FEB, de igual forma que o fizeram Oficiais R-2 que a integraram e que produziram polêmico relatório, com base em falsas perspectivas — pedido público de desculpas feito em comóvente e histórica reunião no Clube Militar, em presença de numerosos veteranos da FEB, oficiais e pracinhas.

Assim Waak, brasileiro de direito, que muitos veteranos julgaram tratar-se de um europeu naturalizado, teria a oportunidade de se incorporar à nacionalidade brasileira de fato e, assim, reverenciar, na FEB, a memória dos soldados brasileiros que, em quase cinco séculos, em lutas internas e externas, ajudaram com seus sacrifícios, vigílias, sangue e vidas, a forjar a nacionalidade que hoje o acolhe.

Aí então ele vestiria a camisa do Brasil, como tão bem o fizeram seus colegas correspondentes de guerra que acompanharam a FEB.



CLÁUDIO MOREIRA BENTO — Coronel da Reserva do Exército, foi designado para o serviço ativo, como Diretor do Arquivo Histórico do Exército — A Casa da Memória Histórica do Exército. Possui, além dos cursos militares regulares, o do Analista A da Escola Nacional de Informações e o de pesquisador das Forças Terrestres Brasileiras. É membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, integra a Academia Brasileira de História, a Sociedade Brasileira de Geografia, o Instituto dos Centenários e o Instituto

Bolivariano do Rio de Janeiro. Foi o coordenador da construção do Parque Histórico Nacional dos Guararapes e atualmente, preside o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul. Dirigiu o Departamento Cultural e a Revista do Clube Militar (Jun 86 - Jul 88).



GUERRA ELETRÔNICA — O episódio Traíra poderia ter sido evitado? (*)

James Correa Caldas

Com base no episódio Traíra, o autor põe em foco a importância da Guerra Eletrônica na defesa da integridade da Amazônia.

INTRODUÇÃO

Aproximadamente às doze horas do dia 26 de fevereiro de 1991, terça-feira, um grupo de 34 homens, supostamente pertencente às FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) atacou, com fogo de armas automáticas, um destacamento do 3º PelEspFron/1º BtlEspFron (3º Pelotão Especial de Fronteira do 1º Batalhão Especial de Fronteira). Do episódio, três soldados foram mortos e nove ficaram feridos. Os guerrilheiros ainda levaram transceptores rádio, munição, uniformes e armamento leve que estavam em poder dos soldados brasileiros.

(*) Selecionado pelo PADECEME

O ataque foi realizado por três colunas, as quais incursionaram através do Rio Traíra empregando táticas militares. Uma ocupou posição na margem colombiana do rio, enquanto as outras duas progrediram pela selva na direção do acampamento.

Deflui-se do ocorrido que os guerrilheiros planejaram a operação com certo requinte, incluindo um minucioso reconhecimento da área, prevendo rotas de fuga e um conhecimento detalhado da rotina dos soldados brasileiros.

O cenário do episódio é dominado por uma floresta densa, banhada por rios e igarapés encachoeirados. Nesse ambiente, torna-se difícil a condução de uma operação militar sem um adequado suporte de comunicações rápidas e confiáveis.

GUERRA ELETRÔNICA

A operação em tela foi precedido conforme já mencionado, de intensos reconhecimentos na área. Nessas ocasiões, provavelmente, os guerrilheiros fizeram largo emprego do rádio para efetuar suas ligações.

As ligações rádio foram feitas, em grande parte, com equipamentos civis, na faixa de frequência de 3 a 30MHz e, certamente, utilizando a modulação SSB (*Single Side Band*). Pode-se afirmar, ainda, que as comunicações rádio dos guerrilheiros eram feitas em claro ou empregando códigos bastante rudimentares. Com respeito à proteção das emissões rádio, pode-se afirmar, com grande dose de certeza, que os agressores não empregaram as CCME (contra-contramedidas eletrônicas), sejam os procedimentos ou tecnologias, já que os equipamentos civis são desprovidos desses recursos.

Percebe-se, portanto, que as forças clandestinas estavam completamente vulneráveis à ação de Guerra Eletrônica, que poderia: localizar os emissores; monitorar as comunicações; acompanhar os deslocamentos; levantar possibilidades, vulnerabilidades e intenções; impedir o uso do rádio, mediante ações de interferência, e dificultar a coordenação das forças hostis, através de ações de dissimulação eletrônica bem planejadas, prática utilizada no desembarque da Normandia (IIGM) pelos Aliados e, recentemente, na invasão do Iraque pelas forças terrestres da coalizão, lideradas pelos EUA.

As possibilidades da Guerra Eletrô-

nica são incomensuráveis, bastando, tão somente, que o oponente empregue as ondas de rádio. Os equipamentos emissores de ondas eletromagnéticas, particularmente transmissoras de rádio e radares, possuem uma "assinatura eletrônica", tal qual uma impressão digital. É de se supor que uma força mal-adestrada no emprego de meios de comunicações rádio (transmitindo mensagens em claro e longas, usando palavreado típico, sem qualquer codificação, sem o emprego de procedimentos e tecnologias de CCME) forneça grande quantidade de informações pelo rádio, que, se interceptadas, poderão revelar toda a sua ordem de batalha, e, mesmo, o seu plano de operação.

MEDIDAS ELETRÔNICAS DE APOIO (MEA)

As MEA compreendem, entre outras, ações de interceptação, monitoração e localização eletrônicas. Elas constituem o reconhecimento eletrônico que, à semelhança das patrulhas de reconhecimento, estendem os seus ouvidos além da linha de contato e linha de fronteira e auscultam e escutam as emissões adversárias.

A presença de sensores de comunicações no País, voltados para a atividade de MEA, monitorando toda a faixa de HF (High Frequency — 3 a 30MHz), 24 horas por dia, poderiam perceber toda e qualquer ameaça contra o território ou o patrimônio nacional. Naturalmente que, por trás dos equipamentos, há de se ter equipes com

analistas, que sejam especialistas em Guerra Eletrônica, conheçam o idioma do oponente e tenham suficiente preparo para produzir inteligência do sinal a partir das interceptações eletrônicas.

Os sensores para realizar as ações de MEA devem localizar-se em posições estratégicas que lhes permitam interceptar as emissões de interesse em boas condições. A região amazônica, muito cobijada no momento, deve receber atenção especial nesse particular, a fim de que outros episódios, como o de Trafra, não se repitam.

Sensores em plataformas aéreas são muito eficientes, pois possibilitam a interceptação eletrônica a distâncias mais longas, podendo-se dizer, de antena a antena, porquanto os acidentes do relevo não interferem na ligação terra-avião.

EMPREGO DA GUERRA ELETRÔNICA

Equipamentos de Guerra Eletrônica em instalações fixas, veiculares, portáteis ou em plataformas aéreas, monitorando emissões em qualquer área, podem, a partir de um tempo "T", organizar um banco de dados e, assim, acompanhar todos os passos de um possível oponente.

Por mais adestrada e mais bem doada em meios de comunicações que seja, uma força guerrilheira não consegue dissimular suas intenções após certo tempo de emprego do rádio. As mensagens via rádio, nesse nível, são auto reveladoras. A radiografia das ati-

vidades guerrilheiras será facilitada se os órgãos interessados organizarem um banco de dados do oponente, a partir de hábitos, rotinas, tipo e origem dos equipamentos, doutrina e outros dados afins.

A simples monitoração de uma rede-rádio adversária permitirá ao analista descobrir: como está organizado o seu sistema de comando; quem é o seu Cmt; onde estão as suas principais instalações, e qual a sua direção e a velocidade de deslocamento.

Os próprios radioperadores possuem modos de falar que os individualizam. Associando os operadores com os equipamentos dotados de assinatura eletrônica, pode-se identificar os pessoal e, por conseguinte, o órgão que está por trás de determinado transceptor rádio. A partir da identificação de um oponente, bem como das suas intenções, é possível neutralizar suas ações, pela interferência eletrônica ou pelos métodos tradicionais do fogo e do movimento.

CONTRAMEDIDAS ELETRÔNICA (CME)

As CME constituem a parte ofensiva da Guerra Eletrônica. Com elas pode-se, por exemplo, interromper as ligações rádio de uma força ou, mesmo, realizar uma dissimulação eletrônica que, se for imitativa, pode provocar um verdadeiro caos no sistema de comando adversário.

Na selva, entretanto, são bastante limitadas, uma vez que as folhagens absorvem grande parte da energia ir-

radiada pelos transmissores. Além do mais, uma ação de interferência, se mal planejada, pode denunciar seu autor e se tornar uma arma contra ele próprio, como efeito bumerangue.

Em plataformas aéreas, as ações de interferência terão alguma eficácia, mas seu emprego nessas condições apresenta, também, algumas restrições.

MEIOS

O Brasil dispõe de meios para produzir inteligência a partir de interceptações eletrônicas?

A resposta é sim.

Com algumas limitações, essa atividade pode ser feita desde já. Basta que o País se apóie nas estações móveis e fixas de alguma rede de monitoragem do atual Ministério da Infra-Estrutura. Os postos seriam posicionados em vários pontos do território nacional, particularmente próximo à fronteira norte. A médio prazo, o País terá, entretanto, que adquirir equipamentos mais modernos e mais confiáveis, que possam vasculhar o espectro eletromagnético de forma ágil, precisa e seletiva.

Para atender à atual conjuntura, uma solução seria instalar estações de monitoragem na fronteira norte, com ênfase nas cidades de Rio Branco, Tabatinga, Vila Bittencourt, São Gabriel da Cachoeira e Boa Vista. A coordenação regional dessas estações poderia ser feita de Manaus. O mesmo raciocínio poderia ser estendido para a parte meridional do país. A coordenação do sistema, como um todo, se-

ria feita em Brasília, que também teria sensores com grande sensibilidade e antenas adequadas para, se possível, interceptar mensagens de qualquer ponto do território nacional.

CONCLUSÃO

O assunto não se esgota neste modesto ensaio. Muito ainda pode ser dito, feito e aprendido. Existem sérios desafios a vencer, particularmente com respeito à aquisição de equipamentos, treinamento de pessoal e o desenvolvimento de uma mentalidade voltada para a produção do conhecimento por meio da interceptação eletrônica.

O Brasil dispõe de um patrimônio de valor inestimável, que é a região amazônica. A Comunidade internacional está, qual tenciona fazer com a Antártica e já o fez com a África, pronta para partilhar a região e assumir, cada qual, um quinhão. A Guerra Eletrônica, se for tratada com prioridade e bem gerenciada, pode, com um mínimo de recursos, face ao nobre objetivo, contribuir sobremaneira para que o maior santuário da natureza permaneça nas mãos do seu verdadeiro dono.

E por que a Guerra Eletrônica pode contribuir de forma tão relevante na solução de outros contenciosos tipo Traíra? Porque é consensual nos dias atuais que mais de 50% das informações produzidas na paz, em situação de crise e na guerra, decorrem da Guerra Eletrônica. Cabe então a pergunta: por que esperar que ocorram outros Traíras?



JAMES CORREA CALDAS, Tenente-Coronel da Arma de Comunicações. Possui os seguintes cursos: AMAN (1970), Básico Pará-quedista (1973), Mestre de Salto (1974), Estágio Básico de Salto Livre (1976), EsAO (1979), ECEME (1986), Guerra Eletrônica na Alemanha (1988) e nos EUA (1991). Exerceu as seguintes funções: Instrutor da Escola de Comunicações (1977/1978 e 1981), Cmt da 7ª Cia Com (1982/1983), Membro do EMG da 7ª RM/7ª DE (1987/1988). Atualmente é Instrutor do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica (CIGE).

Quem trabalha pela segurança do país tem que ter mais tranquilidade.

Quem trabalha tanto pela segurança do país sabe que a qualquer momento pode contar com a agilidade e eficiência do GBOEX. Planos de saúde, seguros ou pecúlio, faça o seu

com a maior empresa de previdência privada da América Latina, ao lado das Forças Armadas há 78 anos. Na hora de pensar no futuro, a experiência do GBOEX é a sua segurança.

GBOEX. CONFIANÇA NO PRESENTE, SEGURANÇA NO FUTURO.



**GRÊMIO
BENEFICENTE**



AMAZÔNIA — GEOPOLÍTICA DO CONFRONTO E GEOESTRATÉGIA DA INTEGRAÇÃO(**)

Therezinha de Castro¹

Trata-se de mais uma contribuição para o debate da questão amazônica. Através dela, tradicional colaboradora, que retorna às páginas de *A Defesa Nacional*, apresenta novos dados para reforçar alguns aspectos que não podem ser esquecidos na defesa dos interesses nacionais em relação à cobiçada região.

INTRODUÇÃO

A Amazônia se caracteriza por um conjunto de fenômenos correlacionados entre si, conferindo à área certa unidade. É caracterizada, sobretudo, pela Geografia

Física complementando-se com as Geografias Humana, Econômica e Política.

Fisiopoliticamente, no Brasil, está dividida entre os Estados do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá e Tocantins, limitando-se internacionalmente com a Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia.

Numa avaliação conjunta espaço-homem, a Amazônia Global se carac-

(**) Selecionado pelo CPrep/ECEME

¹ Participou do Simpósio sobre "A Amazônia Brasileira" promovido pelo Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército, realizado de 7 a 10 de outubro de 1991 na ECEME.

AMAZÔNICA — GEOPOLÍTICA DO CONFRONTO E GEOESTRATÉGIA DA INTEGRAÇÃO

teriza pela população rarefeita conforme o quadro que se segue:

Amazônia	km ²	Hab/km ²
Brasileira	4.871.500	1,46
Peruana	764.200	1,32
Colombiana	504.600	0,17
Boliviana	391.600	0,46
Venezuelana	175.700	0,12
Equatoriana	128.700	1,30
Guianense	215.000	3,43
Surinamense	143.000	2,31
Franco-Guianense	81.000	0,64
Total	7.275.000	1,24

Embora na Amazônia Global todos os países se apresentem despovoados, o fator é bem mais acentuado no Brasil por englobar cerca de 70% de sua área.

Excetuando-se a Guiana Francesa, o complexo fisiopolítico se associa no

Pacto Amazônico ou Tratado de Cooperação Amazônica. Instrumento de simples cooperação, o Tratado assinado em 3 de julho de 1978 não promoveu, decorridos mais de dez anos, o desenvolvimento harmônico regional, visto que os países signatários, com seus ecúmenos estatais afastados, têm diretrizes difundentes para o Pacífico, Caribe e Atlântico, concluindo-se, pois, que a bacia fluvial não exerceu aí ainda o papel precípua nas comunicações regionais, mantendo apenas as populações ribeirinhas, sem promover a ocupação dos espaços interdiários.

Integrando o complexo brasileiro, a Amazônia se constitui num todo natural denominado Região Norte, envolvendo-se em 45,4% do território nacional. Forma, com a Região Centro-Oeste, nossa área geopolítica neutra, marginalizada e subdesenvolvida, que o quadro seguinte vai ilustrar:

Região	Área (km ²)	População (p/1.000)	População (p/km ²)	No Território Nacional
Norte	3.867.886	10.039,8	2,6	Área Subdesenvolvida (64%)
Centro-Oeste	1.952.749	9.184,7	5,7	
Nordeste	1.548.672	42.822,1	27,6	Área em Desenvolvimento (18%)
Sudeste	924.935	65.558,9	70,9	Área Desenvolvida (18%)
Sul	577.723	22.762,3	39,4	
Total	8.511.965	150.673,8	17,6	(100%)

IBGE — Estimativa População — 1990

Dentro do aspecto contrastante, a Amazônia se constitui na maior região

natural do Brasil e na menos povoada; como área marginalizada forma, com

a Região Centro-Oeste, a segunda maior do país, o núcleo subdesenvolvido da Federação.

Em face da problemática, a Lei 1.806 de 1956, extrapolando os limites políticos dos Estados da Região Norte, criou a chamada "Amazônia Legal", envolvendo a região de transição do Maranhão até o meridiano de 44 graus, bem como o norte dos Estados de Goiás e Mato Grosso, até o paralelo de 13 graus; ocupa, no conjunto, 58% do território Nacional.

Uma vez transferidos esses 58% do território brasileiro para a Europa, nele poderiam ser incluídos 15 países: Portugal, Espanha, França, Bélgica, Holanda, Alemanha, Áustria, Suíça, Hungria, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Albânia, Itália, Inglaterra e Irlanda.

Pelas proporções desse gigantesco e exuberante cenário ou mundo a parte, a Amazônia é tema de vasta e polimorfa literatura. É, no entanto, ainda muito mal conhecida, tendo por isso, internacionalmente, uma imagem distorcida.

CARACTERIZAÇÃO

Fisicamente, a Região Norte ou Amazônia se caracteriza por extensa depressão de terras equatoriais formando vasta planície, situada entre o Maciço das Guianas e os primeiros degraus do Planalto Central. É dividida pelo equador terrestre, que deixa a menor e mais acidentada parte ao norte, mas dotando o conjunto de um clima quente-úmido bem regular, donde a pe-

quena diferença entre os meses mais quentes e os mais frescos.

O Amazonas, eixo principal da bacia, é o maior rio do mundo, vindo depois o Mississipi-Missouri e o Nilo. Percorrendo 7.025km, desde o Pico Huagro até o Atlântico, surge no Peru a partir das águas formadas pelo degelo andino. Nasce a 4.000 metros de altitude e, segundo o Instituto Amazônico da UNESCO, distando apenas 120km do Pacífico. É, pois, quase que um canal natural bioceânico que, ao entrar no Brasil, pela cidade de Tabatinga, já corre numa planície de 82 metros acima do nível do mar, faltando 3.200km para chegar ao Atlântico. É, até Iquitos, no Peru, permanentemente navegável em 3.580km.

Recebe mais de 500 afluentes, representando uma via permanente de navegação com cerca de 19.000km, número que se poderá multiplicar várias vezes, levando-se em conta a existência de furos e igarapés, pequenos cursos d'água que, durante as enchentes, unem entre si os lagos e rios, bem como os paranás, pequenos braços de rios que contornam ilhas.

O Amazonas apresenta profundidades que variam dos 20 aos 130 metros e largura que vai dos 96km, na embocadura com o rio Negro, até 1,5km, no estreito de Óbidos.

O volume normal de águas é avaliado em 80.000m³, dando-lhe a categoria de primeiro do mundo em caudal, correspondendo sua vazão à de todos os rios do Planeta. Com sua calha quase paralela ao equador, recebe afluentes dos dois hemisfério da Terra onde as estações se alternam. Sofre,

Assim, o fenômeno da interferência, que nada mais é do que a compensação anual que se estabelece entre as enchentes dos tributários que vêm do norte e os do sul, onde se formam cachoeiras. Daí o seu potencial hidroelétrico estimado, pelo IBGE, no quadro que segue:

Bacias	Potencial Hidroelétrico (energia firme em NW/Ano)
Afluentes da Margem Esquerda-norte do Amazonas	7.770
Afluentes da Margem Direita-sul do Amazonas	28.393
Amazônica (Total)	36.163
Rio Xingu	10.454
Rio Tapajós	9.610
Rio Madeira	8.170
Rio Tocantins	12.660

Recebendo águas dos Andes, dos afluentes e das correntes aéreas úmidas, a rede fluvial amazônica tem todas as características para se transformar no caminho natural de maior valor econômico e social.

A associação climática, topográfica e hidrográfica dotará a área de vasto conjunto florestal, que, além de não envolver todo o complexo amazônico, não é contínuo e se alterna com matas

ciliares, campinas nas várzeas e campos nativos de grande extensão. Por outro lado, todas as eras geológicas se acham aí representadas em quase todos os seus estágios, embora nas várzeas predomine o cenozóico, o período mais moderno.

A multiplicidade de fenômenos se reflete na variedade dos pontos de interesse sobre a Amazônia, despertando paixões científicas, projetando a área aos apetites internacionais. Donde a profecia na frase do discurso que Getúlio Vargas proferiu em Manaus, a 10 de outubro de 1941, quando afirmava que a Amazônia deveria “encerrar um capítulo na História da Terra e iniciar um capítulo na História da Civilização”. Assim sendo, a utilização dos recursos amazônicos é um autêntico desafio, quer por suas condições peculiares, quer pela heterogeneidade de seus ecossistemas, múltiplos, únicos e diferenciados.

INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR

Neste fim de século, o mundo internacional descobriu que havia um mundo amazônico, enquanto começava a desvendar o mundo antártico. O eixo Leste-Oeste já dava sinais de que iria falir. Começavam a se delinear eixos Norte-Sul, nos quais o setentrião desenvolvido, industrializado, via que só poderia sobreviver às custas de uma região meridional subdesenvolvida, simples fornecedora de matérias-primas. Os 1º, 2º e 3º mundos, numa reviravolta geopolítica, formavam a

dualidade — uma no norte e a outra no sul. Aos poderes terrestre-marítimo-aéreo vinha se juntar o aeroespacial. Os satélites passavam a vasculhar áreas que pudessem vir a alimentar, com suas prodigalidades, a era de um novo ciclo geopolítico.

Implanta-se então toda uma indústria da mistificação, atribuindo à Amazônia o qualificativo de “pulmão do mundo” e pretensas queimadas na região como responsáveis por buracos na camada de ozônio. Passava daí para o humanitarismo faccioso de que o civilizado espoliava a cultura indígena. Tudo neste mundo primitivo deveria ser conservado para o bem do mundo civilizado, com a Amazônia transformada no patrimônio da humanidade. Daí à internacionalização seria um passo, refletindo a geopolítica do confronto transferida do eixo Leste-Oeste para o Norte-Sul.

Conquistada mas não colonizada, a geoestratégia atual da Amazônia consiste no fato de que é a metade do território brasileiro, legalmente delimitado, que não pode mais sobreviver divorciado da comunhão nacional, condenada como área marginalizada.

E se é fato que o direito da força pode se sobrepor à força do direito, e que só poder controla o poder, temos que nos ater ao fato de que é a desnacionalização o elemento principal que alimenta os apetites internacionalistas. Apetites alimentados por fatores exógenos, mascarados pela dívida externa e pressões ecológicas.

De “inferno verde”, a Amazônia transformou-se no “eldorado”, e este, tão rico quanto despovoado, é, na atua-

lidade, nossa imensa área geopolítica neutra praticamente carente do poder estatal. Urge, assim, a integração da Amazônia ao processo produtivo do país, numa ocupação efetiva, ordenada, adequada e inteligente, fugindo sempre do comportamento invariável e monolítico, que nos faça incorrer no erro de destruir primeiro para reconstruir depois.

OMISSÕES E INTROMISSÕES

Governos e governos se sucedem. O plano federal tem sido pródigo na criação de órgãos e elaboração de planos que ficam no papel engolidos pela burocracia de Brasília. E dizer-se que um dos objetivos para a criação, em 1960, da nova capital brasileira, foi o de servir como plataforma de lançamento para a conquista e povoamento desse interior marginalizado!

As intromissões externas são reflexos das omissões internas. Que o digam: o PDA (Plano de Desenvolvimento da Amazônia), cuja falta de prontidão se atrela à grandiosidade, e o SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), que superintende desenvolvendo pouco.

Paralelamente, se sucedem projetos e mais projetos do exterior, que começaram a se acentuar a partir de 1850, quando os Estados Unidos, aproveitando-se do fato de estar o Brasil envolvido nas questões do Prata, procuraram fazer com que o nosso governo tornasse livre a navegação no Amazonas. Ao se iniciar o século XX, o “Bolivian Syndicate”, com capitais

ingleses, alemães e estadunidenses, quase consegue instalar um “quisto” de colonização estrangeira na vulnerável região acreana. As intromissões continuaram quer através do Instituto da Hiléia Amazônica, planejado em 1948 pela UNESCO, organismo da ONU, como do Instituto Hudson, com seu projeto de grandes lagos que transformariam o núcleo central da Amazônia num “mar interior”.

Em 1990, caberia à NASA lançar o projeto “Amazônia Global — Missão do Planeta Terra”, elaborado por 551 técnicos e 168 instituições. Dele participaram apenas dois cientistas brasileiros e o INPE (Instituto de Pesquisas Espaciais). O INPA (Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas) nem foi consultado. E, no entanto, existe para a área o Código Amazônico, conjunto de normas disciplinando a ação do poder público na área, e obrigando a consultas ao governo e população locais.

Conseqüentemente, para evitar as omissões e intromissões urge que se efetive o plano de zoneamento ecológico e econômico da Amazônia de moderna colonização, saindo-se do papel e do discurso para a prática de uma realidade.

PESQUISAS E “ACHISMOS”

Coube a Alexandre Henrique Guilherme, o Barão de Humboldt, realizar a primeira expedição científica à Amazônia, em 1802, região que descreve em seu livro *Viagem às Regiões Equatoriais do Novo Continente*

(1799-1804). Devemos a ele o emprego da palavra “Hiléia” para designar a Amazônia e a semente para futuras cobiças internacionais, ao considerá-la como o celeiro do mundo.

A partir de então, surgiria vastíssima e polimorfa literatura, embora, na realidade, o mundo amazônico continue tão marginalizado quanto desconhecido. Por isso, o muito que se inventa contamina não só o exterior quanto o Brasil, onde “ecologistas”, ligados ao setor político, à mídia internacional, aos meios artístico e de comunicação, tomam como lema o fato de que o floresta amazônica está desaparecendo, que os índios estão sendo dizimados, para lançar o brado de que é preciso “salvar a Amazônia”.

Precisamos salvar sim a Amazônia, livrando-a dos descréditos, dos “achismos”, suprimindo a carência de cientistas brasileiros, e impedindo o sucateamento das instituições de pesquisa que lutam para sobreviver no local, entre os quais a EMBRAPA, o Instituto Nacional da Amazônia e o internacionalmente conhecido Instituto Emílio Goeldi, completando no ano de 1991 seus 125 anos de experiências.

Os mitos e falácias sobre a Amazônia só podem ser desmistificados através de pesquisas sérias sobre suas riquezas e potencialidades. Assim, o zoneamento geoeconômico e ecológico da região terá que determinar as áreas de preservação, as de utilização de recursos naturais, as de utilização convencional, as reservas indígenas, respeitando-se os multivariados ecossistemas. Os programas deverão ser flexíveis, para que se possam estabele-

lecer metas e ações quando forem adquiridas experiências e cimentados os conhecimentos.

Inexistindo um exército de cientistas nossos, não podem ser contestadas as afirmações tendenciosas dos “achismos” ou da “indústria do meio ambiente”, constituída por pessoas que se hospedam em hotéis “cinco estrelas” da região, para, depois de rápido “doutoramento”, lançarem teses difamatórias. São esses os “doutores” aos quais, ao se lhes perguntar o que é o “buraco negro” de que tanto acusam a Amazônia de formar, por certo hão de responder, tal como a piada do aluno mal informado, de que é o lugar onde se vende o “pó branco”, já que a região de fronteiras abertas e desprotegidas entrou também para a rota do narcotráfico.

O grande desafio para com esse nosso espaço exposto, que compromete o corpo da Federação, é o de atacá-lo de frente como problema geopolítico e geoestratégico, e não unicamente ecológico e indigenista como estão querendo os “achistas”. A utilização dos recursos amazônicos é tão necessária quanto um ajuste na política indigenista de respeito aos seus valores de cultura, sem contudo jamais abdicar da unidade e soberania nacional.

Cabe aqui, pois, esse trecho retirado do *Jornal do Brasil* (3 de novembro de 1974): “A população da Amazônia é sem dúvida muito rarefeita, mas a área não está vazia. Porque não têm sido consultados aqueles que trabalham na Amazônia, que vivem seus problemas além de pensá-los, que encaram a Amazônia não como algum império

recém-conquistado, mas como uma zona que, apesar de tão abandonada, soube manter, através dos séculos, suas características brasileiras, sua cultura brasileira?”

A Amazônia é patrimônio nacional, pois vem mantendo, por mais de três séculos, a cultura brasileira. Deve, assim, ser confirmada como uma terra onde o brasileiro de lá (branco, negro, índio ou mestiço) não continue a ser escravo da natureza e muito menos de estrangeiros. Não nos esqueçamos, sobretudo, de que a Amazônia é uma bola colorida de borracha que o Brasil carrega acima da cabeça, deslumbrando a muitos países que não possuem um balão tão vistoso.

AÇÃO E REAÇÃO

A cobiça internacional vem procurando manter a Amazônia no atraso. Nada de ação... só conservação. Temos que reagir para agir.

Não se pode pensar em desenvolvimento sem transporte e energia. Sem Balbina, tão combatida, Manaus estaria hoje no escuro, a mercê das lamparinas ou gastando petróleo, bem mais caro como energia.

Para que a Amazônia não se desenvolva, muito vem concorrendo os que divulgam que, com as hidroelétricas, iremos prejudicar a floresta e aos índios. A hidroelétrica de Monte Belo (ex-Kararaô), foi combatida por vários organismos internacionais, porque iria deslocar daí 300 índios. No entanto, esses mesmos órgãos não se manifestaram quando Furnas, construída no

sul, desalojou 30.000 pessoas, e a Barragem de Assuan engoliu monumentos históricos do Egito e modificou o ecossistema em parte do Mediterrâneo.

A região requer, para a conservação efetiva de seu meio ambiente, da colaboração técnico-científica e financeira tanto nacional quanto internacional. Não podendo mais abdicar da complementação das infra-estruturas energéticas e nem das de transporte e comunicações. E, no entanto, como ameaça a tudo isso, contamos com o repúdio de Bush, Presidente dos Estados Unidos, quanto à ligação da Amazônia ao Pacífico e Caribe, através do prolongamento da BR-364 e BR-174.

Embora o grupo japonês Nakasone tenha sido desencorajado por Bush quanto aos custeios do empreendimento, a importância da BR-364 está no fato de que unirá o Acre ao Pacífico, através do porto de Calláo no Peru. Além disso, proporcionará a interligação de seis municípios acreanos à capital Rio Branco, ainda praticamente isolada e sem acesso terrestre durante quase todo o ano. Em face de nossas diretrizes geopolíticas difundentes em direção à Ásia ou costa oeste dos Estados Unidos, uma vez totalmente construída, a BR-364 reduzirá em milhares de quilômetros as distâncias que separam a Amazônia do Oceano Pacífico, permitindo, em contrapartida, o escoamento da produção agro-silvo-pastoril brasileiro de forma competitiva e eficiente. Atualmente, levada essa produção ao porto de Santos, tem ainda que percorrer 25.000km para atingir Yokoama no Japão. Se for embarcada no porto peruano de Calláo

a distância cairia para 17.000km.

A continentalidade de Manaus, muito distante dos portos oceânicos, poderá vir a ser atenuada pela BR-174. Partindo da capital amazonense atravessando Roraima, permitiria o escoamento de produtos locais via portos da Venezuela e, também, do Caribe.

No Pará, estado mais desenvolvido da Amazônia, onde já foram detectadas grandes reservas minerais do país, o problema da ingerência internacional não é tão grande quanto a que ocorre nos estados interiorizados. O que se nota aí é a ausência do Governo Federal, quer na manutenção de rodovias já construídas, quer no atacar o problema da hidrovía Araguaia-Tocantins (2.800km), que dará um porto à também continental Brasília, beneficiando o escoamento, entre outros produtos, de parte da soja, prejudicada com o boicote via Pucallpa-Calláo, da BR-364. Tal hidrovía, dentro do aspecto geopolítico, seria o elemento de integração entre os Estados de Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Maranhão e Pará, envolvidos na Amazônia Legal.

Obras como essas se impõem, em face do bloqueio econômico aos nossos produtos como fato real e ameaçador.

Ainda no Pará, onde a Belém—Brasília contribuiu para o desenvolvimento regional, e a Transamazônica foi fundamental para a ocupação do Estado, Tucuruí funciona como a maior hidroelétrica. Assim, no Pará, a reação contra a ação substituiu o problema do índio pelo fundiário, em especial na região do Bico do Papagaio.

onde o problema foi gerado pela imigração dirigida, especialmente de nordestinos, dentro da temática de "dar ao homem sem terra do nordeste a terra sem homens da Amazônia". Aí o papel desagregador, que vem provocando mortes, é exercido pela Igreja. A mesma Igreja que através do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), órgão ligado à CNBB, animou o setor internacional, via Movimento dos Jovens Católicos da Áustria, para que fosse criado o parque indígena binacional (Brasil—Venezuela) a ser ocupado pelos ianomamis.²

Curiosamente o interesse da CNBB foi só para com o ianomamis, cerca de 9.000 pessoas vivendo em tribos rivais de 50 a 120 índios nômades. Índios que vivem numa área rica em ouro, diamante, estanho, zinco, cobre, chumbo e urânio. O pretense sentimento preservacionista de cultura ignorou inúmeras outras tribos que o quadro seguinte localiza:

Área	População Aproximada
Nordeste Amazônico	14.500
Roraima e Norte do Amazonas	26.000
Amapá e Norte do Pará	5.000
Alto Solimões	20.000
Javari	3.200
Juruá-Jutai-Purus	7.200
Sudeste do Pará	4.900
Acre	8.200
Rondônia	5.700
Total	97.700

Em se tratando ainda do problema indigenista, é interessante a comparação de que os cerca de 100.000 índios da Amazônia ocupam 10% do país, chegando essas áreas a quase 800.000km², enquanto os 800.000 índios dos Estados Unidos possuem apenas 165km².

Onde encontrar a causa contra toda e qualquer ação que envolva o desenvolvimento da Amazônia? Basta lembrarmos que o Brasil se classifica como a décima economia do mundo; isso apesar de ser país subdesenvolvido, pois apenas 18% do país para tal contribui. Não será, pois, muito difícil imaginar o que seremos quando os 64% do país, marginalizados e subdesenvolvidos, compoem a Amazônia e o Centro-Oeste, forem devidamente explorados, integrando-se ao corpo da nação.

Não podendo contar com a ajuda estrangeira, temos ainda que neutralizá-la em suas investidas reacionárias. Afastar os apátridas é outro meio de ação, para levarmos com os meios de que dispomos a civilização até a Amazônia. Temos que integrar para não entregar!

Repelindo toda e qualquer idéia de bloqueio econômico a pretexto da proteção ambiental, temos que ter em mente que a Amazônia representa mais da metade do território brasileiro. In-

2 O primeiro passo para a realização desse perigoso "quisto" de "balcanização" da Amazônia foi dado por Collor a 15 de novembro de 1991, ao criar do nosso lado a reserva com 94.000km², área maior que a do Estado do Rio, do que Portugal e três vezes maior que a da Holanda e Bélgica.

clui a maior floresta equatorial do mundo e também 12 milhões de hectares de várzeas e terras férteis. Possui, no mínimo, 50% do potencial hidroelétrico do país, com 25.000km de rios navegáveis. Em seu seio se abriga a maior província mineral do mundo, habitada por pouco mais de 10 milhões de pessoas.

Preservar quando possível, sim; conservar, não! A Amazônia não é só área a ser preservada, de fauna e flora a serem protegidas, esquecendo-se o homem que lá está. Procuram ignorar os “ecomaniacos” que a melhor qualidade de vida para a região deve estar também entre as prioridades. A Amazônia tem que participar da civilização, não pode ficar simplesmente transformada num jardim ecológico guardando museus indígenas.

CONCLUSÃO

Enquanto a Geoestratégia apresenta três Poderes — o Terrestre, o Marítimo e o Aéreo, já tendendo para o Aeroespacial, a Geopolítica se baseia em outros três. O Real, envolvendo tudo aquilo do que se dispõe efetivamente no momento; em nossa dinâmica territorial, são justamente aqueles 18% constituídos pelas regiões Sul e Sudeste. O Poder Latente, é o que está reservado e do qual podemos nos valer, englobando o Nordeste em desenvolvimento e o Centro-Oeste e Amazônia subdesenvolvidos. O terceiro é justamente o Poder Prestígio, que as outras nações atribuem à nossa em função do que podemos vir a contar

com base no Latente. Concluindo-se, assim, que é o fator econômico a causa principal da pretensa defesa ecológica e preservação da cultura indígena. A causa econômica é o fator precípua de toda reação internacional contra a ação nacional em prol do desenvolvimento da Amazônia.

Há trinta anos atrás, a Amazônia nada mais era do que uma região que, apesar de possuir a maior bacia sedimentar do Globo, não possuía petróleo, carecia de minérios, e sua vasta floresta sem nenhuma perspectiva, não sendo economicamente viável em função da heterogeneidade, ou seja, grande quantidade de espécies, porém largamente disseminadas, contrastava então com as florestas frias e temperadas, com menor variedade porém dotadas da homogeneidade, com espécies agrupadas, oferecendo melhor meio de exploração.

No momento em que a Geoestratégia se engajava no Poder Aeroespacial, e que o espaço aéreo passava a ser explorado racionalmente, os satélites vasculharam a Amazônia, revertendo sua situação. Enquanto se constatava grandes reservatórios de minérios, a floresta já permitia ser explorada. Assim, a Amazônia conquistada pelos portugueses no século XVII, integrada ao espaço político brasileiro nos séculos XVIII e XIX, era finalmente descoberta pelo Mundo no século XX.

Descoberta pelo mundo, passa-se a divulgar o princípio de que deveria ficar intocada e a floresta conservada. Até as enzimas de ervas medicinais, que só nos Estados Unidos nos rendiam milhões de dólares, deveriam ser sus-

pensas; a fauna conservada. O IBAMA passava a exercer pressão policial; enquanto sob pressão internacional e ignorância do problema, o governo suspendia os subsídios agrícolas, sob a alegação de que a atividade contribua para o desmatamento.

A Amazônia não é só floresta. Na vasta área sedimentar as terras firmes, mais antigas, completam-se com as várzeas mais recentes. Nessas várzeas, 30 milhões de hectares, graciosamente adubados pelos rios, podem se transformar em 60% da atual fonte agrícola brasileira.

Em respeito ao complô internacional, não se deve financiar a agricultura e muito menos a pecuária, omitindo-se de que há na Amazônia, livres de florestas, 70 milhões de hectares de campos naturais. A publicação do IBGE *Tipos e Aspectos do Brasil*, dedica várias páginas ao estudo desses campos naturais, os melhores, entre os melhores do mundo, para a criação de búfalos.

Na foz do Amazonas, Marajó (50.000km²), maior do que a Bélgica (30.510km²) e pouco mais da metade do território português (92.072km²), apresenta-se com dualismo marcante. A área de campos naturais nesta ilha com 23.000km² é maior do que todo o território do Líbano (10.452km²), ocupando uma área que é a metade da Suíça (41.293km²). Foi justamente em Marajó que começou a criação do gado *vacum* em eras coloniais, estendendo-se, posteriormente, sem que se precisasse ofender a floresta, para os campos naturais do Baixo Amazonas e

campinas do extremo norte, hoje dentro do Estado de Roraima.

Carente no passado, a Amazônia é hoje, comprovadamente, grande reservatório mineral e concorrente em potencial de outras áreas do mundo, em exploração por *trusts* internacionais de empresas de países do hemisfério norte. A entrada, agora, da Amazônia no mercado mundial desestabilizaria sobremodo esses *trusts* de grupos internacionais. Pela identidade econômica entre a Amazônia e a Península da Malásia, hoje "balcanizada", torna-se aqui importante a comparação. Fomos, no início deste século, exportadores de 80% da borracha (latex da seringueira) do mundo. Esse *boom* da borracha começou a despertar a Amazônia! Eis que os ingleses levam sementes da seringueira e plantam-nas em bosques na Malásia, tirando-nos a primazia, com sua produção sistemática. Finda-se o nosso século, e a mesma concorrência que os seringais sistemáticos da Malásia fizeram aos nativos da Amazônia tem hoje um retorno. É que nesta mesma Malásia, onde as minas, exaustivamente exploradas, já começam a declinar, tem na Amazônia um concorrente em potencial, com o minério em alguns lugares à flor da terra.

Na História o passado está sempre presente. A Península da Malásia foi presa fácil na era do colonialismo. Presa fácil dos interesses internacionais, e geoestrategicamente dividida em países e mais países. Um exemplo é o do Mianma (que substituiu a secular Birmânia em 1989), rica região mineral em exploração. A desnaciona-

lização, o mosaico étnico que caracteriza essa área asiática, facilitou e permite, ainda hoje, que se pratique a “balcanização”.

A “balcanização” já se começa a delinear na nossa Amazônia, implantando-se lá os apartheísmos de reservas indígenas, que serão estados dentro de nossa Federação, facilmente manejados pela ação exterior. O objetivo de Rondon de converter para civilizar, transforma-se hoje no subverter para manobrar. Na África do Sul condena-se o apartheísmo dos “homelands”; aqui, defende-se, impõe-se. Impõe-se o “quisto” ianomami que o Brasil confirmou do seu lado, em novembro de 1991, para complementar os 8,3 milhões de hectares que a Venezuela destinava aos mesmos índios. Embora Miterrand haja proclamado, em 1989, que a soberania não poderia servir de pretexto para agressões ecológicas, talvez tentando preservar a sua Guiana, os 17,7 milhões de hectares de suposta nação ianomami entre o Brasil e a Venezuela hão de ferir, por certo, tal princípio, pois se constituem na semente da “balcanização” da Amazônia.

E, se na Malásia o perigo da “balcanização” se constituiu no mosaico étnico, na Amazônia o ponto de apoio se encontra no vazio demográfico.

É justamente esse vácuo de desnacionalização que gera a cobiça da internacionalização. É neste pobre espaço demográfico, de população urbana que se concentra em pólos descontínuos, mas de solo extremamente rico, que se procura invocar a incapacidade de gerir para se internacionali-

zar. E a cobiça se sustenta na premissa verdadeira de que o mundo de hoje só tem para explorar o fundo do mar, o pico das montanhas e a Antártica. E essa cobiça internacional, sustentada por uma tecnologia que a Amazônia não tem, é que condena o homem predador, que se o faz é pela situação precária em que vive. Cobiça internacional que ataca o garimpeiro que polui os rios por não ter tecnologia, mas, curiosamente, vem deste mesmo Primeiro Mundo cobiçador, o material poluidor dos rios. Ninguém deve ignorar que são a Inglaterra e a Alemanha os fornecedores deste mercúrio poluidor.

O garimpeiro é outro elemento devastador da Amazônia, segundo a MÍDIA internacional. Via de regra ele não é um marginal e, muitas vezes, nem é rival dos índios. Por outro lado, se nesta classe existem bandidos, esses também são encontrados nas cidades grandes, bem longe da Amazônia, inclusive em países que, no Primeiro Mundo, se dizem civilizados. Atribuir ao garimpeiro a destruição da floresta é outra balela internacional. Sabemos que grande número deles se concentra em Rondônia, para onde a riqueza mineral levou muita gente. E a Geografia nos ensina que não se encontra nesse Estado o habitat da floresta amazônica, permitindo que o próprio Exército mantenha aí um Batalhão Mecanizado.

A Ordem Unida Internacional é, pois, a de “balcanizar” a região para melhor poder controlá-la. E, para isso, concorre a atual Constituição Brasileira, que, se cumprida na questão referente aos “quistos indígenas”,

inviabilizará três Estados da Amazônia. Passará a ser reserva indígena 68% do Estado de Roraima, 65% do Acre e 48% do Amazonas.

E, se o índio convive com o garimpeiro, é ainda bastante discutível a validade da preservação da cultura indígena. No Brasil, o índio é símbolo nacional. Assista-se *O Guarani* de Carlos Gomes ou leia-se *Iracema* de José de Alencar, para citarmos apenas dois exemplos. Aqui o índio é herói... nos Estados Unidos é bandido nos famosos filmes de *bang-bang*. Não nos consta que, nos Estados Unidos, se tenha destacado um índio como o Marechal Rondon. O Brasil é país da miscigenação, onde três grupos étnicos se uniram para expulsar o invasor holandês do Nordeste. Encontramos, no Brasil, índios servindo em batalhões de fronteira, vivendo bem melhor do que em suas tabas, e que não desejam mais voltar para elas. Encontramos ainda índios de gravadores em punho, máquinas fotográficas etc. (produtos de cultura primeiromundista) que vão a Brasília em nome de suas tribos, sem que saibamos se por elas lhes foi delegado algum poder. Índios que frequentaram universidades, que hoje pretendem, da FUNAI, e não na FUNAI, defender causas que já desconhecem. Índios que, como o cacique Raoni, fazem turismo pelo mundo, e em especial na Europa, ciceroneados por roqueiros, como o Sting, para desmoralizar o Brasil. Índios que, como o Cacique Juruna, eleito Deputado Federal pelo Estado do Rio, nada fez, a não ser cair no ridículo; não conduzido ao cargo preferiu ficar com

a civilização de Brasília, e talvez nem saiba mais onde fica a sua tribo, ou essa mesma não o queira receber.

Dentro, pois, deste contexto de subversão de valores, urge determinar se o índio verdadeiro quer viver sem contacto com a civilização, numa reserva apartheidista que o Ministro da Aeronáutica, Sócrates Monteiro, definiu como "um jardim zoológico às avessas".³

O complô internacional defende só o índio da Amazônia Brasileira. Ignora-o, pelo menos por enquanto, na Amazônia fora do Brasil, bem como outros espalhados pelo restante de nosso território, ou em outros países. Ignora e até persegue o caboclo, descendente do índio que cometeu o "pecado" de ser fruto da miscigenação com o branco. O caboclo é outro acusado de destruir a floresta. Mas, enquanto os Estados Unidos derrubaram 80% de suas áreas verdes, na nossa Amazônia, desde 1500 aos nossos dias, o desmate se encontra na cifra dos 8,5%. Resulta disso que, enquanto o estadunidense desfruta de melhor meio de vida, o homem da Amazônia jaz na miséria.

Enquanto as reservas indígenas "balcanizam" a Amazônia, a perseguição ao caboclo complementa a contento o processo de esvaziamento dessa área. Já é grande a fuga do interior, e Manaus concentra 75% da população estadual.

Enquanto o governo federal não ataca o problema dentro do enfoque geopolítico, as Forças Armadas pro-

3 Programa João Soares — 11:30 no SBT — setembro de 1991.

curam abrir af a sua frente, dentro do contexto geoestratégico do Projeto Calha Norte. Mas o Projeto, infelizmente, não atinge as proporções gigantescas que querem atribuir aos "quistos" indígenas. Ocupa 14% do território nacional e 24% da Amazônia Brasileira, na calha norte do Amazonas, em área de fronteira. Área de fronteira, faixa onde os países que formam o Pacto Amazônico estão de costas uns para os outros. Procura proteger a área onde praticamente inexistente a demarcação física de nossas fronteiras, onde é deficiente a colocação de marcos, cuja distância média deve ser de 50 em 50 quilômetros e que, em certos pontos, não nos permite enxergar de 50 em 50 centímetros. O Projeto ocupa-se da intensificação de campanha para a recuperação de marcos limítrofes.

Marcos Limítrofes do Brasil

País Amazônico	Extensão de Fronteira (km)	Nº de Marcos
Colômbia	1.634	80
Venezuela	2.199	1.409
Guiana	1.606	134
Suriname	593	60
Guiana Francesa	730	7
Total	6.771	1.690

No cômputo geral o Brasil tem 15.710km de fronteiras terrestres, e, só na região amazônica, onde o Brasil

mais se alarga e a população se rarefaz, possuímos quase a metade de nossos limites internacionais. Este vácuo de fronteira estará, pois, sendo preenchido pelo Projeto Calha Norte, mostrando que as Forças Armadas se envolvem numa gama enorme de atribuições, muito embora o seu orçamento ocupe, na classificação mundial, o 159º lugar, quando até mesmo o Peru, país amazônico, se encontra na frente.

Entre os objetivos do Projeto Calha Norte se inclui o de transformar nossas fronteiras-faixa (despovoadas) em linha (povoadas); de incrementar a colonização acelerando a produção de energia, a infra-estrutura viária e estimular pólos de desenvolvimento econômico. Em seu conjunto visa a transformar essa área marginalizada, de zona geopolítica neutra, em ecúmeno estatal.

Fixando nossas fronteiras na região, o objetivo do Projeto Calha Norte é o de impedir a entrada de guerrilheiros e traficantes em nosso território. Af, a presença do narcotráfico é facilitada em função da instalação de garimpeiros das mais variadas nacionalidades, quando a ação guerrilheira é possibilitada pela presença na Colômbia do MR-19, na Venezuela do Bandera Roja, e no Peru do Sendero Luminoso.

O Projeto Calha Norte se constitui num tripé e tomou por base a Exposição de Motivos nº 018/85 do então Conselho de Segurança, do Governo Sarney, em face de eventuais conflitos fronteiriços entre países vizinhos e a conjuntura instável do Caribe.

Na atualidade o nosso *punctum dolens* se encontra na Amazônia, que requer o aumento de nossa presença e o controle cerrado sobre missões religiosas e credos místicos. Na visão do CEBRES (Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos), a geoestratégia deve se ater na criação de dois Territórios — o do Alto Solimões e o do Rio Negro; isto para integrar a área problemática conhecida como a “Cabeça do Cachorro”, que os portugueses nos garantiram pelo *uti possidetis*, delimitando-a com três fortes no século XVIII — o S. José de Maralitanas

(1759), S. Gabriel (1763) e Tabatinga (1766).

Com nossa economia estagnada, a tarefa será árdua. Mas terá que ser feita, pois é obrigação da nossa geração legar o Brasil como um todo aos nossos descendentes, tal como o recebemos de nossos antepassados. A área é ciclópica e os recursos a isso destinados são bastante limitados. Sabemos que o passado estará sempre presente em nossa História, para prepararmos o futuro, que nos brindará conservando para os brasileiros esse patrimônio que é todo nosso.



THEREZINHA DE CASTRO — Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Conferencista de Geopolítica na ECEME e ECEMAR. Professora de História do Colégio Pedro II. Entre suas obras destacam-se: “Rumo à Antártica”, “Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil”, “Geopolítica: Princípios, Meios e Fins” e outras.



A QUESTÃO DE LIMITES BRASIL-GUIANA (**)

Walter Pinheiro Guerra

Matéria extraída de palestra proferida, pelo autor, no Instituto de Geografia e História de Minas Gerais.

Todos acompanhamos o desenrolar dos acontecimentos, quando a Grã-Bretanha, na pouco distante crise anglo-platina, surgida nas Malvinas, acabou por triunfar sobre as armas argentinas. A posição do Brasil perante o conflito, tornou-se delicada. Manteve neutralidade quanto às operações bélicas. Contudo, no que tange à ação diplomática, alinhou-se aos demais países do continente, na condenação à atitude da Inglaterra.

Além da solidariedade continental, há outro aspecto que vem de um longínquo passado, quando, também nós, sofremos pressões políticas, emanadas daquela nação européia. Esse mesmo passado é repleto de incidentes diplomáticos, em que nossos chanceleres

agiram com prudência, obstinação e inteligência.

É o tempo em que aquela nação era a rainha dos mares e dona do mundo. Vem, desses arredados tempos, a raiz de outra questão a agitar parte do continente sul-americano. Refiro-me à pendência Venezuela—Guiana, relativa à região do Essequibo.

Passaram-se os anos. Houve uma defervescência no rumoroso processo, que está agora, por vir à tona. Em parte, isso se deve ao cidadão anglo-germânico *Robert Hermann Schomburgk*, cuja atuação foi prejudicial tanto ao Império do Brasil, quanto à pátria do Bolívar.

Conhecedor de sua atuação naquelas paragens, confesso que lhe devotava admiração e respeito, nunca me fur-tando em citar-lhe o nome e suas atitudes, em alguns escritos sobre o

(**) Selecionado pelo CPrep/ECEME.

Território Federal de Roraima. Tinha-o na conta de um destemido explorador e sertanista. Ultimamente, porém, empenhado em que me encontro em revelar minha vivência na 1.^a Comissão Brasileira de Limites (setor norte), passei por desconcertante decepção.

O ídolo tinha pés de barro, despenhando da altura em que o colocara. Compulsando a magnífica obra do Embaixador Teixeira Soares, *História da Formação das Fronteiras do Brasil*, vim a saber quem foi, realmente, *Robert Hermann Schomburgk*, nada mais que um audaz aventureiro, cuja nefasta atuação, sob a égide da Inglaterra, ocasionou perdas territoriais ao Brasil e à Venezuela.

No século XVII, a região hoje conhecida como Guiana, juntamente com o Suriname de nossos dias, pertenciam à Holanda, assim como os territórios de Demerara e Berbice. Constituíam uma colônia única, tendo por capital *Stabroek*, a Georgetown de agora.

Durante a Revolução Francesa, a Holanda foi ocupada pelas tropas revolucionárias gaulêsas. As possessões pertencentes aos Países Baixos, desde então, passaram à jurisdição francesa. A Inglaterra, porém, considerou-os como “territórios ocupados”.

No Tratado de Paz de Viena, em 1814, as colônias de Essequibo, Demerara e Berbice, “por compra”, passaram à soberania inglesa, restando, à Holanda, apenas o Suriname.

Nesses movimentos históricos, situa-se a gênese da controvérsia que ainda hoje perturba a paz de nosso continente.

Aquilo que eufemisticamente

chamou-se “compra” daqueles territórios, provocou dúvidas nos meios diplomáticos da época. Nada mais foi que uma ocupação *manu militari* pura e simples. Mera cortina para encobrir os reais intentos da Rainha Vitória. Ao abocanhar essa parte do território sul-americano, a grande e toda poderosa Inglaterra englobou a região do Essequibo, que fora posse da Venezuela, desde os tempos da GranColômbia.

Achando-se a Guiana incluída na *Commonwealth* britânica, é certo que a Inglaterra lutará para que a Guiana não sofra o desmembramento requerido pela Venezuela.

Quanto ao Império do Brasil, por volta de 1842, perdeu extensa faixa de fronteiras na região do Pirárá, não sem incidentes. Um dos artífices desse desmembramento foi nada menos que o nosso já conhecido *Robert Hermann Schomburgk*, que surgiu na história por volta de 1835 e 1836.

Credenciado pela Real Sociedade de Geografia de Londres para proceder a estudos e levantamento da vasta região indevidamente incluída nos domínios britânicos, *Schomburgk* meteu mãos à obra, com o fito único de entender, ao máximo, a soberania de S. M. britânica.

Antes dele, porém, em 1812, *Charles Waterton* andou por aquelas plagas, chegando até ao Forte de S. Joaquim e ao fortim do Pirárá. Desconfiados com as repetidas incursões de *Schomburgk* e outros ao território nacional, nossas autoridades, como o brigadeiro Soares de Andréia, ordenou ao comandante do Forte de S. Joaquim, Capitão

Ambrosio Alves, que o intruso se abstivesse de ultrapassar nossa fronteira.

Cinicamente, em 1839, *Schomburgk* retornou à região do Pirára, onde encontrou um destacamento montando guarda ao fortim ali existente. Até que, em 1840, o Capitão José de Barros Leal, novo comandante do Forte de S. Joaquim, intimou a retirada do território do reverendo *Thomas Youd*, que ali fora colocado em 1838, pelo indefectível *Schomburgk*.

Sem levar em conta os acidentes geográficos, tal como o faziam os geógrafos portugueses, não se pejou o intruso em plantar marcos fronteiriços de forma indiscriminada. Logo após, teve de retirá-los por ordem superior, diante do protesto do governo brasileiro.

Para a Inglaterra, que o apadrinhara, valia tudo. Foi mais além. Chegou ao cúmulo de inventar uma linha imaginária que recebeu seu nome: *Linha Schomburgk*! Não trepidou igualmente em trocar sua nacionalidade prussiana pela inglesa. Como prêmio ao seu servilismo, foi autorizado a usar o título de "Sir". Por um prato de lentilhas, numa repetição da passagem bíblica, abriu mão de sua pátria de origem, comprado que fora, pelo pomposo título.

Referida linha geodésica com seu nome figurou como válida até 1895. Nunca levou em conta os direitos dos países limítrofes Brasil e Venezuela. Na ânsia de atender ao insaciável apetite inglês, chegou mesmo a forjar mapas, mediante os quais pugnava pelos interesses de sua nova pátria.

No que diz respeito ao Brasil, foi

de uma audácia sem conta. Em 1838, instalou na região do Pirára o já mencionado pastor *Youd*, que, entre outras coisas, estava ensinando aos nossos pacatos índios Macuxis a gritarem, alto e bom som, *God Save the Queen...*

Além de violentarem a crença religiosa dos indígenas, que, tal como gregos e romanos, possuem um infundo panteon de divindades, pretendiam impor-lhes um monoteísmo que não conheciam e não lhes interessava. Porfiavam por fazer deles fiéis súditos da Rainha Victória, então no trono. Para atender às reivindicações territoriais, os índios eram movimentados como peças de xadrez, bastando deslocá-los para determinadas áreas. Alegavam que eram tribos independentes, ocupando territórios igualmente independentes. Passavam eles, então, a ocupantes dos mesmos, a beneficiar a Inglaterra, em seu jogo político.

Na realidade, padeciam da mesma imutável situação de párias da sociedade, ou filhos bastardos da nação. Vendo que não atingia seus inconfessos propósitos quanto ao Brasil, virou-se para a Venezuela, mais precisamente a região do Essequibo, que voltou à ordem do dia.

Anteriormente, acompanhado de um destacamento militar, chegou até o Pirára semi-abandonado. Contra a audaciosa invasão, protestou o Capitão Leal, assim como o frade D. José dos Santos Inocentes, Capelão do Forte de S. Joaquim. Foi quando o governo inglês houve por bem ordenar o recuo do destacamento levado por *Schomburgk*. Ficara obcecado pelo seu conceito de "fronteiras elásticas" por ele

mesmo imaginado, que, segundo ele, separava a Guiana da Venezuela. Para firmar e defender o conceito por ele criado, em alemão, escreveu o livro a que denominou *Viagens da Guiana Inglesa* (1840-1844).

Em 1868, outro explorador britânico e também indianista, W. H. Brett por lá andou. Escreveu então o livro *As Tribos Indígenas da Guiana*.

Logo em seguida, em 1883, outro inglês, Sir E. I. Im Thurn publicou obra intitulada *Entre os Índios da Guiana*. Tal era o interesse da Velha Albion pelas terras guianenses, sujeitas, segundo a teoria de “fronteiras elásticas”, a debitar-se em favor da Inglaterra, porém prejudiciais ao Brasil e à Venezuela. Persistiu a pendência fronteiriça entre o Brasil e a Inglaterra, até que, em 1901, Joaquim Nabuco, nosso Ministro em Londres, propôs à Chancelaria Britânica que a questão fosse resolvida por arbitramento.

Recaiu a escolha sobre o Rei Victor Manuel III, da Itália. Esse soberano, despreparado para missão de tamanha envergadura e sem inteirar-se devidamente das reais condições do problema, ao que parece, desejou imitar o sábio rei Salomão, de que nos fala a Bíblia.

Era um duelo desigual, entre duas monarquias seculares e duas jovens repúblicas do Continente Sul-Americano. Simplisticamente, pelo laudo arbitral de 6 de junho de 1904, o rei italiano partiu ao meio o território litigioso.

Não demonstrou, porém, a sabedoria e equanimidade do lendário rei de Israel. Concedeu à Inglaterra 19.630 km² do território, a parte do leão, ao

país europeu. Ao Brasil sobrou a parte menor, medindo 13.570 km²!

Em 1982 a Venezuela voltou a pleitear área que diz pertencer-lhe, pretendendo tomar da Guiana 2/3 de seu território. E não se julgue que foram incruentos os desentendimentos ocorridos entre o Brasil e os ingleses da Guiana. Brasileiros radicados no antigo município amazonense de Boa Vista do Rio Branco, inconformados com a pretensão dos estrangeiros, e sem sabê-lo, fazendo valer o conceito diplomático do *uti possidetis*, continuaram a recolher balata e outros produtos florestais, das terras que, para eles, para todos os efeitos, eram nossas.

Em Boa Vista, ouvi o relato de episódio tragicômico, envolvendo dois tios de minha esposa. Plantados em território litigioso, os ingleses, ao saberm da presença de brasileiros, convidaram-nos a parlamentar.

Para o acampamento inglês dirigiram-se os brasileiros Victor Mota e Pedro Rodrigues. Armara-se uma cilada. Tão logo defrontou o acampamento, o primeiro recebeu tiro em plena testa, prostrando ao chão. Pedro Rodrigues, pernambucano e exímio atirador, com seu rifle, deitou por terra oito adversários.

Sagazes como sempre, os novos donos haviam colocado pretos barbadianos atrás de couros estendidos como preparo ao curtume. Através de orifícios praticados nos couros, os pobres dos barbadianos introduziam o cano dos rifles.

Mais ligeiro e esperto, Pedro Rodrigues percebera de onde partia a fuzilaria, mandando bala sobre eles. Nunca

foi incomodado pela justiça, numa terra em tudo semelhante ao *Far-West*.

Tempos depois, indagado se realmente abatera oito barbadianos, Pedro Rodrigues negava o fato. Segundo ele, nada mais fizera do que “naturalizar” como brasileiros aqueles que tentaram matá-lo e que invadiram terras do Brasil.

No que tange aos índios de nossas fronteiras, pouco mudou a situação. Data de 1956 sério e bem elaborado relatório por Comissão de alto nível, designada pelo então Ministro do Interior e Justiça, Dr. Nereu Ramos, para estudos e observações de ordem político-administrativa no Território de Roraima, ex-Território Federal de Rio Branco.

Nesse excelente relatório, foi abordado, entre outros, o problema de nossas fronteiras setentrionais e os índios, seus habitantes. Como dizem os técnicos no assunto, é necessário “mobilizar as fronteiras”, o que demanda todo um sistema de caráter econômico, social e político, que dê ênfase à ocupação real das mesmas. Esse é o testemunho do General Ignácio José Veríssimo que as percorreu, quando no Comando da Amazônia.

Para esse oficial general e outros estudiosos do problema, o melhor elemento para “mobilizar a fronteira”, ainda é o índio, por razões várias.

“Fixados à região”, diz o relatório, “conhecendo as condições naturais, deveriam ter sido, de há muito, integrados no problema da defesa das fronteiras. Seriam excelentes instrumentos de vigilância, de comunicação, de transportes, espécie de tropas auxilia-

res, de grande valor, numa região de mão-de-obra escassa pela tenuidade demográfica”.

Vejam, agora, a continuidade do trabalho de aliciamento, iniciado há mais de um século, pelo trêfego Schomburgk e o pastor Youd. Quem fala é outro oficial superior de nossa Armada, o Capitão-de-Mar-e-Guerra, Braz Dias de Aguiar, ex-Chefe da 1ª Comissão Brasileira Demarcadora de Limites: “A maioria da população indígena do Maú (70%) vive do lado britânico. Em virtude da propaganda das missões religiosas mantidas pelo Governo britânico (note-se bem), esses índios são atraídos, em número cada vez maior, para o território da Guiana. A catequese é habilmente feita, e a finalidade religiosa que justifica a presença de missões daquela natureza *cede o seu lugar às ambições de conquista*.” (Nosso grifo.)

Outro estudioso dos problemas amazônicos, Adriano Menezes, em seu livro *O Problema da Colonização Amazônica*, afirma: “A fronteira viva do Brasil é, sem dúvida, bem mais importante do que os marcos erigidos à sombra de tratados internacionais. Via de regra, aliás, na presença do homem é que se estriba o argumento diplomático.”

Foi com esse argumento, a presença de brasileiros de há muito tempo atrás, que, com seu gênio, o Barão do Rio Branco venceu, na conhecida questão do Acre. E não foi por outra razão que os ingleses, através de seus apaniguados, mobilizavam nossos índios a seu bel prazer, no intuito de validar esse conceito diplomático.

Entretanto, maior foi a audácia de *Schomburgk*, incursionando e mesmo espionando território nacional. No ano de 1755, por ordem do extraordinário Ministro que foi o Marquês de Pombal, ordenou aquela autoridade, ao Governador da Capitania do Rio Negro, que erigisse o Forte de S. Joaquim, o que foi feito por volta de 1775. Do ano de 1844, saiu um dos livros de *Schomburgk*, em que ele relata suas observações sobre o referido Forte, obra de pura espionagem, certamente em favor de seus patrões. Ouçamo-lo: "O pequeno Forte, situado a 3° 1' 46 de latitude Norte, foi construído no tempo da invasão dos espanhóis pela Guiana Inglesa que, em 1775, fizeram o seu percurso até Coroni e Urarica-pará, porto do Rio Branco, entrincheirando-se na vizinhança do Yorumo. Seus muros eram construídos de uma pedra arenosa vermelha, naturalmente *Oliniver*, a qual se encontra por perto do Forte.

"Os quatorze vãos eram sustentados por oito a nove pilares. As carretas dos canhões estavam quase destruídas, em geral, e a parte inferior desses canhões, estavam, na maioria, encostada no chão e destruída. A parte leste do Forte era formada de casamatas à prova de bomba, uma das quais era ocupada pelo Comandante. Sobre elas estavam os quartos dos soldados, 60 homens da Milícia Provincial. Alguns sargentos de serviço ativo e o Major Coelho formavam a guarnição. Os velhos e condenados mosquetes ingleses datavam do reinado de um dos *George* e devem ter sido

entregues por um dos poderosos ingleses da Escócia ou da Irlanda."

É ou não o caso de dizer-se: sempre os ingleses!

Continuemos com o relato: "Pelo número de igarités na vizinhança do Forte, e pela regular quantidade de material de construção que estava sendo descarregado, dava, na realidade, uma aparência de querer fortalecer a região. O Major Coelho era sempre cheio de amabilidades e cortesias. Informou-se que, diariamente, esperava mais oficiais engenheiros para dirigirem as operações e nos mostrou o modelo de novas carretas dos canhões, inventadas por ele, as quais aparentaram, para Mister *Flyor* e para mim, serem inadequadas. O descarregamento do material dos seus transportes para o Forte era feito por índios cuja língua não era nem macuxi nem jaricuna, pertenciam a várias tribos do rio Negro.

"Numa linha reta para o Forte, bem à margem, estavam a residência real do Comandante e do Frade, a igreja e pequenas cabanas de vaqueiros."

Como se verifica, fez uma espionagem completa, nada escapando ao arguto observador. E o ingênuo Major Coelho a desmanchar-se em amabilidades!

Anteriormente a esse Major, Comandara o Forte o Capitão José de Barros Leal, que também foi iludido pelo velhaco *Schomburgk* e outros estrangeiros que por ali andaram. Disso resultou sua destituição do comando e rebaixamento como administrador de uma das Fazendas Reais.

Aí está o retrato escrito e acabado

de Sir Robert Hermann Schomburgk, o leviano e maldoso forjador de mapas, pelos quais procurava esticar os

domínios da *pérfila Albion*, como Napoleão costumemente cognominava a Inglaterra.

Dr. WALTER PINHEIRO GUERRA — médico, é sócio correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) em São Paulo, SP.



A INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA, UM PROBLEMA BRASILEIRO

Osmar José de Barros Ribeiro

Trata-se de um aprofundamento de matéria publicada em nossa edição Out/Dez 91, sob o título *Inteligência e Estratégia*.

Aborda assunto de importância crescente para toda Nação que se queira soberana em nossos dias.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nos dias atuais, em um mundo tornado pequeno pelas maravilhas da tecnologia, podemos, comodamente instalados face a um aparelho de televisão, saber que a China está sendo assolada por enchentes e, mais que isso, assistir ao drama dos desabrigados, vendo, em suas faces, a tensão e o medo. Logo a seguir, sem que nos seja dada a oportunidade de raciocinar sobre o que vimos, a tela passa a mostrar combates entre sérvios e croatas.

Desta forma, recebendo doses maciças de fatos que acabaram de acontecer nos quatro cantos do mundo, não

nos damos conta de que tal conhecimento implica em existir, no local, uma equipe para captar a cena em uma câmera, equipamentos portáteis e sofisticados para transmiti-la via satélite e outros para recebê-la, tratá-la e enviá-la até nossos receptores de televisão.

Um outro detalhe: as cenas que vemos são apenas algumas daquelas filmadas e/ou fotografadas pois, em algum lugar, trabalhando com critérios aos quais não temos acesso, uma outra equipe selecionou aquilo que deveria chegar até nós.

É da forma acima comentada, no caso extremamente simplificada, que os meios de comunicação social atuam na formação da chamada "opinião pública".

A esse respeito, quantos de nós ouvimos e, mesmo, falamos, em mais de uma ocasião, coisas tais como: “apareceu na televisão” ou “o jornal publicou”, com isso querendo significar que, sobre um determinado fato, encampamos como exato, correto e indiscutível, o juízo enunciado através de um dado meio de comunicação social.

No entanto, antes de fazê-lo, talvez devêssemos pensar em quem está fazendo a seleção das imagens transmitidas ou orientando a redação da notícia, quais os seus possíveis intentos etc.

Isto, porém, seria pedir demais. Mesmo em um país desenvolvido, que dirá no nosso Brasil...

Tais pensamentos ocorrem-me quando, assistindo ao noticiário da televisão ou lendo, em jornais e revistas, matérias sobre a “invasão das terras dos indígenas”, recordo que nos anos 70 uma determinada organização religiosa de caráter internacional se empenhava no sentido de transformar a área habitada pelos índios Ianomami, abrangendo terras do Brasil e da Venezuela, em território internacionalizado e sob a proteção da ONU. E aqui surge a pergunta, cuja resposta deixo aos eventuais leitores deste artigo: para quê?

Hoje, passados quase vinte anos, qual será a motivação de todo um conjunto de pressões dedicadas à criação de enormes reservas indígenas na Região Norte? Serão apenas razões humanitárias ou de defesa do meio ambiente? Se assim for, por que não igual preocupação com os índios do

Mato Grosso ou com a alarmante desertificação do Pampa gaúcho, na região de Uruguiana?

A SITUAÇÃO MUNDIAL

Somos, ainda que com altos e baixos na trajetória, é forçoso reconhecê-lo, um país em desenvolvimento. Na medida em que nos tornamos mais importantes, é natural que surjam conflitos envolvendo nossos interesses na área internacional. Esta será a principal razão para buscarmos conhecer nossa real posição nesse quadro, pleno de nuances, das relações e dos interesses mundiais.

Hoje, após décadas de Guerra Fria, assistimos ao renascimento dos nacionalismos no seio da União Soviética, revelando as fissuras existentes na armadura do gigante.

Antes de mais nada levados ao impasse pelas dificuldades econômicas, os comunistas já aceitam renunciar aos dogmas do marxismo-leninismo e se alinham sob a bandeira da social-democracia, malgrado a queda de Gorbachev, em 19 de agosto, época na qual escrevemos este artigo, como reação conservadora aos ventos liberalizantes que sopram nas estepes. Embora o futuro seja ainda uma incógnita, parece difícil um retorno ao passado.

Assim, embora guardando a capacidade de destruir o globo terrestre com suas armas nucleares, os EUA e a URSS enfrentam a concorrência de outros centros de poder em acentuada expansão econômica, representados pela Europa Ocidental (através o Mercado

A esse respeito, quantos de nós ouvimos e, mesmo, falamos, em mais de uma ocasião, coisas tais como: "apareceu na televisão" ou "o jornal publicou", com isso querendo significar que, sobre um determinado fato, encampamos como exato, correto e indiscutível, o juízo enunciado através de um dado meio de comunicação social.

No entanto, antes de fazê-lo, talvez devêssemos pensar em quem está fazendo a seleção das imagens transmitidas ou orientando a redação da notícia, quais os seus possíveis intentos etc.

Isto, porém, seria pedir demais. Mesmo em um país desenvolvido, que dirá no nosso Brasil...

Tais pensamentos ocorrem-me quando, assistindo ao noticiário da televisão ou lendo, em jornais e revistas, matérias sobre a "invasão das terras dos indígenas", recorro que nos anos 70 uma determinada organização religiosa de caráter internacional se empenhava no sentido de transformar a área habitada pelos índios Ianomami, abrangendo terras do Brasil e da Venezuela, em território internacionalizado e sob a proteção da ONU. E aqui surge a pergunta, cuja resposta deixo aos eventuais leitores deste artigo: para quê?

Hoje, passados quase vinte anos, qual será a motivação de todo um conjunto de pressões dedicadas à criação de enormes reservas indígenas na Região Norte? Serão apenas razões humanitárias ou de defesa do meio ambiente? Se assim for, por que não igual preocupação com os índios do

Mato Grosso ou com a alarmante desertificação do Pampa gaúcho, na região de Uruguaiana?

A SITUAÇÃO MUNDIAL

Somos, ainda que com altos e baixos na trajetória, é forçoso reconhecê-lo, um país em desenvolvimento. Na medida em que nos tornamos mais importantes, é natural que surjam conflitos envolvendo nossos interesses na área internacional. Esta será a principal razão para buscarmos conhecer nossa real posição nesse quadro, pleno de nuances, das relações e dos interesses mundiais.

Hoje, após décadas de Guerra Fria, assistimos ao renascimento dos nacionalismos no seio da União Soviética, revelando as fissuras existentes na armadura do gigante.

Antes de mais nada levados ao impasse pelas dificuldades econômicas, os comunistas já aceitam renunciar aos dogmas do marxismo-leninismo e se alinham sob a bandeira da social-democracia, malgrado a queda de Gorbachev, em 19 de agosto, época na qual escrevemos este artigo, como reação conservadora aos ventos liberalizantes que sopram nas estepes. Embora o futuro seja ainda uma incógnita, parece difícil um retorno ao passado.

Assim, embora guardando a capacidade de destruir o globo terrestre com suas armas nucleares, os EUA e a URSS enfrentam a concorrência de outros centros de poder em acentuada expansão econômica, representados pela Europa Ocidental (através o Mercado

Comum Europeu), o Japão e a China. Tais centros buscam e buscarão sempre o predomínio sobre os demais e é em tal quadro que as nações ao sul da Linha do Equador, eufemisticamente denominadas de “em desenvolvimento”, deverão lutar na defesa dos seus interesses maiores, sob pena de serem reduzidas à simples condição de campo-de-batalha na disputa, entre os distintos blocos, pelo domínio econômico do mundo.

Pensar que os países desenvolvidos concordarão, de bom grado, em abrir mão das suas vantagens em favor dos mais fracos é acreditar em contos de fadas. Entre nações não existe amizade e sim uma vasta rede de interesses, os quais, em dado instante, poderão coincidir. Apenas isto. Nada mais.

Assim sendo, para nós, a única saída está em buscarmos o progresso científico e tecnológico, com decisão e audácia, objetivando o bem-estar do nosso povo.

Com efeito, o desenvolvimento tecnológico é decisivo na determinação da posição ocupada por um país no concerto das nações. A capacidade nacional de gerar, absorver, desenvolver e aplicar novas tecnologias dará, amanhã, a medida da nossa situação em um mundo marcado pela tendência de cristalizar-se entre aqueles capazes de criar coisas novas e os destinados, quando muito, a copiar modelos obsoletos, à custa do pagamento de pesados *royalties*, submetidos a um novo colonialismo — o econômico.

Na verdade, há que considerar os dois aspectos do problema: o político e o econômico. Se, do ponto de vista

da política de poder, os EUA e a URSS perseguem seus objetivos nacionais de dominação e/ou de predomínio com o respaldo da força que, é mister reconhecê-lo, ainda predomina nas relações internacionais, do ponto de vista econômico é admitido o surgimento de novos pólos irradiadores de riquezas e de prosperidade.

Trata-se, não há dúvida, de uma solução de compromisso, surgida da carência de força e de poder político para alterá-la de forma mais profunda.

Nos primeiros dias de agosto de 1991, um comentarista do *Estado de São Paulo* dizia que “não se entra no Primeiro Mundo pela porta dos fundos”, ao enfatizar a necessidade de buscarmos, por nossos próprios meios, o progresso tecnológico. Esqueceu-se, no entanto, de enfatizar as pressões exercidas pelos países desenvolvidos contra as ações dirigidas em tal sentido, tais como aquelas empreendidas contra nosso Programa Nuclear, a busca de tecnologia aeroespacial e as que resultaram no fracasso das negociações para a venda do CC Osório à Arabia Saudita, terminando por, praticamente, levar a ENGESA a uma situação pré-falimentar, entre outras mais sutis e desconhecidas do grande público.

O EXEMPLO DA AMAZÔNIA

Assistimos, nos dias que correm, declarações pomposas sobre “interdependência” como sendo um objetivo a ser alcançado com a evolução das relações internacionais. Trata-se, a nosso ver, do estabelecimento de uma forma dis-

simulada de dependência, posto que aquela apenas pode ser estabelecida entre países politicamente soberanos e economicamente independentes.

Parece-nos sintomático que tal "interdependência" seja preconizada justamente pelos países desenvolvidos, os quais, com tal política, nada mais desejam que eternizar as relações de dependência existentes entre eles e os em desenvolvimento.

No caso particular da Amazônia, área que representa mais da metade do território nacional, os meios de comunicação social refletem a existência de pressões a serem consideradas com muito cuidado. Dentre elas poderiam ser citadas, por mais conhecidas, as seguintes: o narcotráfico, o conservacionismo e as áreas indígenas.

Ninguém, em sã consciência, pode deixar de reconhecer o perigo que o narcotráfico representa para a sociedade. Trata-se, em verdade, de um câncer a ser extirpado pelo emprego de todos os meios ao alcance das autoridades, na justa medida em que não somente destrói o indivíduo como a própria coletividade.

Em agosto de 1991, estamos assistindo ao desencadeamento de uma operação policial no Estado de Rondônia, com o objetivo declarado de atingir as raízes do problema naquela Unidade da Federação. Desejamos, todos os brasileiros realmente patriotas, que ela tenha o mais completo êxito.

No entanto, ousamos perguntar, por que as nossas autoridades permitiram que o problema adquirisse tal vulto? Por que correr o risco de sermos acusados de não termos capacidade de

manter a lei e a ordem no interior do nosso próprio território? Amanhã, se não formos capazes de erradicar o mal, estaremos sujeitos, até mesmo, a uma intervenção internacional (a continuar crescendo e ganhando abrangência o conceito de "interdependência") sob o pretexto de que a região é um corredor pelo qual flui a droga que corrompe e enfraquece os povos ditos desenvolvidos. E, na verdade, trata-se, tão somente, de evitar que a nossa própria população seja corrompida e enfraquecida pelos traficantes.

Já o conservacionismo é uma bandeira sob a qual se abrigam grupos e indivíduos, tanto nacionais como estrangeiros. Nesse movimento, encontramos uma mistura muito grande de interesses os mais diversos, e dele brota a intenção de manter adormecido o enorme potencial econômico da Amazônia Brasileira, sob pretextos altamente discutíveis.

De qualquer sorte, a pressão surgida de tal movimento reduz a liberdade de ação governamental no trato dos difíceis e enormes problemas da área, e termina por difundir, pelo mundo, a falsa idéia de não sermos capazes de lidar com eles. Daí à internacionalização da região, não vai distância muito grande...

No que respeita às áreas indígenas, conforme anteriormente ressaltado, existem grupos estrangeiros cujo sonho maior é vê-las sob a administração da ONU (vale dizer internacionalizadas), contando, se não com a aberta concordância, pelo menos com o apoio de parte da imprensa e da intelectualidade nacional, bem como de setores

de diferentes confissões religiosas. São aqueles que defendem a criação de verdadeiros quistos antropológicos a serem administrados por organizações não governamentais (as célebres ONG), com evidentes prejuízos para a soberania nacional.

Hoje, mais do que nunca, adquire foros de um grito de alerta o lema "integrar para não entregar".

ABRANGÊNCIA DA QUESTÃO

O problema esboçado em largos traços abrange, é fácil reconhecer, tanto o campo interno quanto o externo e sua solução, transcendendo de muito a ação política de um só Governo, interessa ao nosso futuro como Nação e adquire as roupagens de Objetivos Nacionais Permanentes tais como Soberania, Integridade do Patrimônio Nacional e Paz Social.

No campo externo, a ação do Estado deverá estar voltada para a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais, no quadro mais vasto da realidade internacional. A Política Interna, por outro lado, abrangendo o conjunto de Políticas Regionais, Setoriais e Específicas, não pode e não deve descuidar os aspectos de Segurança e de Desenvolvimento que a todas permeia. Daí se concluir que a Política Interna e a Externa, não só se interpenetram, como se apresentam em relação de mútua dependência, sobretudo no que respeita ao Desenvolvimento.

A Escola Superior de Guerra (ESG), em sua publicação intitulada *Doutrina* (1989), ensina que: "A superação dos

obstáculos que impedem ou dificultam a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais exige, pois, a preparação e o emprego adequado do Poder Nacional, numa forma específica de luta para a qual, inclusive, devem ser convocados especialistas dos diversos setores da vida nacional. Essa luta ou esforço da Nação, modernamente, se chama Estratégia e deve ser coordenada pelo governo que a represente, podendo exigir o concurso de elementos de múltiplos setores da sociedade."

Ainda no entender da ESG, a Estratégia "é a arte de preparar e aplicar o Poder Nacional para, superando os óbices, conquistar e manter os Objetivos Nacionais Atuais, de acordo com a orientação estabelecida pela Política de Governo".

A palavra Estratégia ainda é muito associada a questões militares e de defesa, não só no Brasil como em todo o mundo. Não obstante, modernamente, ela vem sendo entendida segundo um sentido mais amplo, referindo-se também a questões políticas, econômicas e sociais.

Da mesma forma, a expressão Segurança Nacional não deve ser entendida como querendo significar apenas a defesa do território. Ela está ligada a outros assuntos, tais como Programa Nuclear, Programa Aeroespacial e a própria produção e exportação de material bélico. Tal afirmação fica meridianamente clara quando compulsamos a Doutrina da ESG. Ali encontramos o seguinte: "Segurança Nacional é a garantia, em grau variável, proporcionada à Nação, principalmente pelo Estado, por meio de ações políticas,

econômicas, psicossociais e militares, para, superando os antagonismos, conquistar e manter os Objetivos Nacionais Permanentes."

Assim, tanto quanto a palavra "estratégia", a expressão Segurança Nacional não pode e não deve ser deturpada, devendo-se discernir, "em seus conceitos, uma noção de garantia, proteção ou tranquilidade em face de ameaças ou ações adversas à pessoa humana, às instituições ou a bens essenciais, existentes ou pretendidos" (ESG, Doutrina, 1989).

Isso posto, torna-se meridianamente claro que a situação, tanto nacional quanto internacional, deve ser encarada à luz de ações estratégicas, objetivando o encontro de soluções que, atendendo aos interesses nacionais, permitam o Desenvolvimento com Segurança.

A INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA

Todo e qualquer Estado preocupa-se, por definição, com a sua própria sobrevivência e, para tanto, lança mão de ações políticas com as quais busca, por um lado, marcar sua posição entre os demais Estados e, por outro, fazer face às medidas tomadas por estes e que possam, de uma ou outra forma, interferir na consecução dos seus objetivos.

Assim sendo, é meridiana a necessidade de os idealizadores, planejadores e executores da Política Governamental serem capazes de avaliar, tanto as reações internas, quanto externas a esta mesma Política, de forma a otimizar sua execução.

Tal avaliação deve ser feita pela Inteligência Estratégica.

Por Inteligência Estratégica devem ser entendidos aqueles conhecimentos necessários à avaliação de uma dada situação existente ou potencial, com vista à condução das ações políticas empreendidas pelo Estado nos seus níveis mais elevados. Em outras palavras, a Inteligência Estratégica deve ser encarada como sendo o conhecimento de fato ou situação, interna ou externa, que tenha ou possa vir a ter reflexos em qualquer das Expressões do Poder Nacional, produzido com a finalidade de atender às necessidades de planejamento, à tomada de decisões e à condução da ação governamental nos seus escalões mais elevados.

Por sua própria finalidade, a Inteligência Estratégica é relativamente estável em termos de conhecimento elaborado e, conseqüentemente, dá margem à produção de apreciações e de estimativas com maior validade no tempo.

Inteligência Estratégica Interna é aquela que busca o conhecimento, não só do Poder e do Potencial Nacional, como também dos óbices que possam produzir efeitos no âmbito interno do País, ainda se acontecidos no exterior.

A Inteligência Estratégica Externa diz respeito ao Poder e ao Potencial de outras nações, grupos de nações ou mesmo de organismos internacionais, possibilitando a constante adequação da Política Externa do País.

Rotular a Inteligência Estratégica de Interna ou Externa independe do fato de ela ter ou não origem no território

nacional. Importa, basicamente, a finalidade a ser atendida.

A classificação da Inteligência Estratégica por campo de interesse é menos clara, posto que Segurança e Desenvolvimento, conforme assinalado anteriormente, são áreas interligadas, que se interpenetram e completam. De qualquer forma, vale assinalar que a Inteligência Estratégica voltada para o Desenvolvimento, quer seja Interna ou Externa, normalmente está ao alcance direto e regular do Estado, ainda que possam ser obtidas, também, em áreas nas quais existam óbices. Já os conhecimentos desejados no campo da Segurança são de mais difícil obtenção, posto que, no Campo Interno, são obtidos, em grande parte, em áreas onde se manifestam antagonismos e, no Campo Externo, no mais das vezes, são conhecimentos sigilosos, afastados no espaço e contando com a proteção dos naturais do país-alvo.

Quanto ao critério de abrangência por área ou assunto, a Inteligência Estratégica poderá ser Global (por integrar todos os aspectos a serem considerados para o completo conhecimento de um determinado assunto); Regional (amplitude limitada a uma dada região) e Setorial (restrita ao campo de atuação de um determinado órgão). Aqui, vale acentuar que um conhecimento Regional, ou Setorial, poderá ser considerado estratégico em função da sua utilização.

A Inteligência Estratégica Básica serve, como o próprio nome indica, à produção de outros conhecimentos, em particular por permitir o acompanhamento dos sucessivos desdobra-

mentos de uma determinada atividade ao longo de um certo tempo.

A Inteligência Estratégica Corrente, referindo-se a fatos atuais ou recentes, quer da conjuntura interna quer da externa, em todos os campos de atividade, propiciam conhecimentos de valor imediato para os formuladores e os executores da Política Nacional.

A Inteligência Estratégica Estimada é a projeção, em futuro previsível, de determinado fato ou situação, com base na análise objetiva de todos os dados disponíveis e no estudo das possibilidades e probabilidades de sua evolução. É o produto mais nobre da Inteligência Estratégica.

A Inteligência Estratégica também pode ser Econômica, Política, Psicosocial ou Científico-Tecnológica, conforme a Expressão do Poder Nacional à qual servirá, com a ressalva de que sua utilização ou finalidade, e não sua origem, é que darão margem ao seu enquadramento.

UTILIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA

Não cabe, no escopo deste trabalho, descer a detalhes quanto à forma de a Inteligência Estratégica ser empregada no Método para o Planejamento da Ação Política o qual, se efetivamente seguido, sem dúvida alguma viria tornar menos aleatória e mais objetiva toda e qualquer Ação Governamental. Assim, basta considerar que a efetiva existência de um Sistema Nacional de Inteligência, operado por gente capaz e conhecedora dos proble-

mas, permitiria ao seu Órgão Central, qualquer que fosse o seu nome e desde que colocado em nível hierárquico compatível, a execução das seguintes tarefas:

Na Fase Política:

- elaborar e apresentar Estimativas Estratégicas a curto, médio e longo prazos;

- fornecer dados que permitam, no Campo Interno, concluir pelas necessidades básicas, pelos óbices (atuais e potenciais) a serem enfrentados e pela capacidade do Poder Nacional em fazê-lo;

- cooperar na fixação dos Objetivos Nacionais Atuais (ONA), no estabelecimento dos Pressupostos Básicos e na elaboração das Hipóteses de Guerra.

Na Fase Estratégica:

- cooperar na formulação do Conceito Estratégico Nacional (CEN);

- proceder ao Estudo de Situação de Inteligência, objetivando a formulação dos Objetivos de Inteligência e, em decorrência dos mesmos, e dos Conhecimentos Necessários;

- colaborar com os planejadores, fornecendo-lhes os Conhecimentos Necessários que forem solicitados;

- elaborar o Plano Nacional de Inteligência e apresentá-lo ao Presidente da República para a necessária aprovação;

- fornecer os Conhecimentos Necessários para a elaboração dos demais Planos (de Desenvolvimento, de Segurança e de Mobilização);

- acompanhar a evolução da conjuntura;

- auxiliar os planejadores com os resultados das Ações Estratégicas pos-

tas em execução (retroalimentação do Sistema).

Este, em linhas bem gerais, é o funcionamento de um Sistema Nacional de Inteligência, voltado para o assessoramento do Presidente da República.

Hoje, infelizmente, as Organizações que poderiam compô-lo estão fragmentadas e, em grande parte, inoperantes. As razões são várias e, neste trabalho, embora algumas ressaltem de forma evidente, não cabem ser discutidas.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho buscamos, a partir da formação da opinião pública, ressaltar a importância de conhecermos (ou ao menos tentar fazê-lo) as motivações implícitas em atitudes e comportamentos, quer no âmbito interno quer no externo.

Procuramos, através de exemplos, talvez excessivamente simplificados, reforçar tal idéia.

Ao fazê-lo e por não nos considerarmos donos da verdade, outro não foi o nosso intento que levar o leitor a pensar sobre o assunto.

No mundo conturbado em que vivemos, temos o direito e o dever de buscar os interesses maiores do nosso País, pois afinal, em todas as épocas, a guerra nada mais foi que o confronto tornado inevitável entre interesses nacionais tornados inconciliáveis.

Não podemos e não devemos sacrificar a nossa Soberania, a nossa Integridade Territorial, a nossa Independência política e econômica a interesses alienígenas, ainda que disfarçados

em altissonantes odes a um Mundo sem fronteiras.

E a primeira linha de defesa do nosso País está na Inteligência Estratégica, um tipo especial de conhecimento que

devemos, a qualquer preço, buscar no Brasil e no exterior, como forma de nos anteciparmos a toda sorte de pressões políticas e econômicas, venham de onde vierem.



OSMAR JOSÉ DE BARROS RIBEIRO — Tenente-Coronel (R/1) do Exército. Possui todos os cursos regulares de sua arma: AMAN (Turma Aspirante Mega, 15 de fevereiro de 1955), ESAO (1964) e ECEME (1969). Possui ainda os cursos da EsIE (Guerra Química, 1957), EsNI (Curso "A", 1974) e ESG (1988). Além de comandante do Pelotão de Infantaria, foi Auxiliar de Instrutor (1960-61) e Instrutor-Chefe do Curso Básico (1971-72-73) da AMAN, e Chefe da 2ª seção do Estado-Maior da Brigada Pára-quedista (1970). Participou da Força Interamericana de Paz (1966).



O MILITAR DA RESERVA REMUNERADA E A INATIVIDADE(*)

Emir Benedetti

Matéria extraída de monografia produzida pelo autor como pré-requisito para sua diplomação pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Aborda problemática própria de todo aquele que se dedica, por gosto, à profissão que exerce. Calçada em pesquisa de campo, apresenta a realidade do militar da reserva remunerada do nosso Exército e sugere medidas que contribuam para modificá-la.

INTRODUÇÃO

“A profissão militar é mais do que uma ocupação; é todo um estilo de vida.”¹

Esta conceituação retrata as dificuldades com que se defrontam sociólogos, antropólogos sociais e outros especialistas das ciências do comportamento humano em analisar características, estruturas, papel, relacionamento interno ou externo com outros

grupos sociais, conflitos, e outros aspectos próprios dessa atividade profissional.

A sociologia é riquíssima em classificações e esquemas, conceitos e definições aplicáveis a atividades e profissões civis. Paupérrima porém o é para a profissão militar. Ao contrário do que ocorre em relação à Economia, à Família e à Moral, ainda não foi esboçado o delineamento de uma sociologia militar — embora exista uma sociologia da guerra, já consagrada. Há falta de elementos instrumentais para apreciação válida e fidedigna dessa profissão. E, sob o ponto de vista sociológico e das ciências do compor-

(*) Selecionado pelo PADECEME

1 O Soldado Profissional — Um Estudo Social e Político, de Morris Janowitz, pág. 175.

tamento, a apreciação só é possível com o domínio de elementos operacionais.

Contudo, a permanência da profissão, desde a mais remota antiguidade, até os dias atuais, permite, pelo registro de suas atividades, a concordância quase intuitiva com a afirmação de que a profissão militar é "estilo de vida". A natureza e características desse estilo somente nela são reconhecidas.

Seu principal traço seria a aceitação voluntária, em caráter permanente, de uma consciência coletiva — maneira de sentir, pensar e agir — segundo a qual o profissional militar se transforma de "eu" em "nós". Por forte coesão, ou solidariedade, estabelece em seu meio, independente da maior presença física ou da contigüidade dos seus pares, um relacionamento primário que é a base da Instituição Militar. Sociologicamente, nada é mais certo que afirmar: o Exército é uma família! E família é o grupo onde, por excelência, predominam as relações primárias.

A consciência coletiva, também denominada consciência grupal, *Group Mind* e *Social Mind*, em essência está retratada, para o Exército Brasileiro, na Constituição Federal, no Estatuto dos Militares (E1-80) e na legislação pertinente. Essas normas estabelecem metas para as quais se voltam a formação, o treinamento, a avaliação, o emprego, a disciplina, e tudo aquilo que se relaciona com a carreira.

Partícipe voluntário de um grupo onde as exigências de renúncia pessoal são tão grandes e vasta a possibilidade de retiro desse convívio marcial por inadaptação, o profissional militar car-

rega consigo outra característica fundamental: a adesão. Em função dela, a voluntariedade cessa, a critério do participante. Na permanência, o "eu" cede lugar ao "nós".

Guardadas a voluntariedade, a permanência com adesão e a renúncia do "eu", o militar percorre uma curva de participação institucional, até o ponto onde, por idade, tempo de serviço, ou injunções de renovação de quadros, é excluído dos compromissos que deve cumprir no serviço ativo.

É o momento da transferência para a reserva remunerada que, na linguagem civil, corresponde à aposentadoria. Segundo o E1-80, ele passa a ser considerado na inatividade.

Não há dúvida de que esse é um momento crítico. O predomínio afetivo dos compromissos espirituais, a intensidade de uma labuta estendida por décadas, a participação direta ou indireta em todos os acontecimentos institucionais, sofrem uma parada brusca, anulam-se. Não existe uma fase intermediária que permita um desligamento gradativo das atividades, como o veículo em movimento que tenha reduzida a velocidade, até uma "doce parada".

O leitor deve perceber que, na figura construída, sendo impossível a frenagem, a parada será feita por choque.

No plano psíquico, é o trauma, um trauma de separação — a privação subjetiva.

Será assim mesmo? Haverá a privação subjetiva? Esta, em caso afirmativo, poderá ser minimizada? Poderá concorrer, para isso, o profissional

militar, ele próprio? O que poderá lhe proporcionar, nesse momento, o Exército? Que efeitos poderão resultar de uma situação mais interativa entre ele e a Instituição, no que tange à preparação para a inatividade?

A tais indagações, ou as respostas a elas, e sobre o militar da reserva remunerada e a inatividade, é dirigido este ensaio, realizado com apoio em pesquisa, cuja metodologia será descrita adiante.

A CARREIRA DAS ARMAS

A grandeza do soldado, a carreira das armas, a vida atuante e desmedidamente vivida, que leva o profissional militar a ter contatos e relacionamentos humanos intensos e diversos, as experiências adquiridas no dia-a-dia, os deveres e as obrigações, o amor ao trabalho, as decisões, os desgastes próprios da profissão, as recompensas e, até mesmo, as abnegações não reconhecidas são expressas em obras e depoimentos sobre a caserna, com riquíssima bibliografia.

Para melhor entendimento dos parágrafos subseqüentes transcrevem-se alguns trechos de *A Carreira das Armas*, obra do Cel Pedro Schirmer:

“A carreira das armas é uma longa estrada cheia de obstáculos, que, a todo momento, somos chamados a sobrepujar. Ao término de seu percurso, porém, o verdadeiro soldado pode constatar que as suas conquistas o foram pelos próprios méritos.”

“Ela é um processo educacional contínuo, porque, em cada degrau da

hierarquia, há muito que aprender e ensinar, para o aprimoramento das qualidades pessoais e o melhor desempenho no serviço.”

“O trabalho na carreira das armas é impessoal, posto que é voltado aos interesses maiores e sagrados da Pátria, objetivando resultados basicamente de ordem moral e espiritual, que, em última análise, acrisolam-se na satisfação do dever cumprido.”

“O soldado é parte integrante e dinâmica de uma instituição à qual hipotecou solidariedade irrestrita, no momento em que jurou defendê-la com o sacrifício da própria vida.”

“Do soldado, diz-se, exige-se muito: mas quando se constata que a exigência maior é a de um caráter firme e indissolúvel, verifica-se o quão pouco isso representa em termos de dedicação, posto que a um homem honrado corresponde um caráter férreo inerente à sua personalidade e imune às vicissitudes.”

“As lides do cotidiano não matam o bom profissional, que também é um idealista; ao contrário, forjam o seu caráter, retemperam suas energias e educam-no, fazendo com que passe garboso e invicto pelas ciladas do destino.”

“A carreira das armas é, talvez, a mais brilhante, a mais sublime e a mais honrosa profissão, porque nela se maneja as armas com vistas ao mais sagrado dos deveres, que é a defesa da Pátria. Para o soldado o dever prossegue além do marco onde termina o das demais classes.”

Os valores que aqui se destacam, marcantes na personalidade do militar,

não se extinguem na sua passagem à reserva. Por essa razão os detentores dessas virtudes, mesmo na condição de inativos, devem ser considerados pela Instituição, da mesma forma que seus companheiros do serviço ativo.

A INATIVIDADE EM PERSPECTIVA

Memento Homo,² início de conhecimento dístico dos campos santos, lembra que o homem tem existência finita e que a vida o obriga a refletir sobre a morte.

Durante o serviço ativo, o profissional militar deveria meditar, ou ser levado a pensar, sobre sua passagem para a inatividade. Poderia, assim, aprender a viver melhor a nova fase de vida, que inevitavelmente chegará.

O ingresso nessa etapa deve ter uma preparação pessoal tão antecipada quanto possível. E a Instituição deve engajar-se, também, nesse processo interativo, de forma que leve o militar da ativa a um desligamento dos seus compromissos, liberto de traumas.

Entretanto, de maneira geral, o militar da ativa prefere desconhecer o momento em que ingressará na inatividade. Esta é relatada como um quadro de esquecimento, indiferença e não serventia, em relação àquilo tudo que se acredita como valores militares.

De um velho militar inativo ouve-se curiosa e pitoresca observação: "Os

verdadeiros soldados vestem a farda por debaixo da pele. Não há como despojá-los dela. Só através da morte!"

A afirmação, vibrante, dá a entender claramente que o inativo se considera, e quer ser considerado e tratado, como soldado, e que lhe parece injusto, como de fato o é, que assim não seja. Ele não pode desde que privado da vibração castrense ("Faltame o toque de corneta", reclama o velho militar da frase anterior) permanecer inserido num quadro de esquecimento, indiferença e não serventia.

Ante essa possibilidade, o militar da ativa recusa-se a pensar no problema, apesar do desfecho inexorável.

A inatividade não é tão ruim assim. Com planejamento e preparação, pode tornar-se uma boa etapa da vida. Não obstante ela é como um problema a ser solucionado.

Como resolvê-lo? O que fazer? Do que se ocupar?

Motivos levam o indivíduo a realizar coisas de que gosta e rejeitar ações que não aprecia.

As motivações são, às vezes, suplantadas pelas obrigações pessoais, morais e financeiras.

A vida doméstica e os compromissos pessoais poderão preencher o tempo. Procure ser feliz. Até uma longa fila bancária poderá dar ensejo a um encontro casual que proporcione uma agradável prosa.

É necessário dar sentido aos fatos, e não atropelá-los; viver bem a inati-

² *Memento Homo quia es pulvis et in pulverem revertis*. Lembra-te, homem, que és pó e em pó te hás de tornar. (N. do Autor.)

vidade por um simples ato de vontade. E a inclinação a isso só exige dois passos: o segundo é o próprio viver bem na inatividade; o primeiro é descobrir as ações que coloquem o segundo ao alcance da mão.

O fim da atividade profissional precisa ser reconhecido, sem exceção, por todos os militares da ativa.

“O desfecho é o planejamento da nova situação, buscando motivações para outras coisas a fazer e rejeitando pensamentos sobre o que se deixou de fazer e se fazia por dezenas de anos.”³

O novo período da vida deve ser encarado como uma fase criativa, de novas conquistas e realizações. Uma etapa em que se procure fazer tudo aquilo que os deveres, as obrigações, ou as situações impediram de realizar anteriormente.

O que temer? O que esperar?

O militar que pautou seu estilo de vida, durante anos, pelo cumprimento rígido de normas próprias da caserna, passou a maior parte do tempo dedicado ao trabalho e longe da família. De repente, ele se defronta com um estilo totalmente novo.

Há de surgir dúvidas, questionamentos, temores. Temer-se-á o novo estilo, agora mais livre, e uma possível marginalização, pela perda do *status* profissional. Sentir-se-ão dúvidas

quanto ao círculo de amizade, a rotina e a desmobilização pessoal.

Entretanto, surgirão esperanças.

O tempo livre abrirá perspectivas para execução de outras atividades, uma vida menos austera, com menor carga de pressões e responsabilidades.

Segundo *Paul Cosway*: “Nessa fase nós nos tornamos menos sensíveis ao papel que representamos diante dos outros e tomamos mais consciência de nossas deficiências e virtudes. Portanto, a agenda de um aposentado é algo muito importante. Normalmente, o primeiro passo é pensar na melhor maneira de dar uma contribuição à sociedade, encorajando a criatividade e o desenvolvimento pessoal.”⁴

É preciso desprender-se da antiga rotina. Não idolatrar o passado, mas aceitar o presente. É importante estabelecer objetivos pessoais, para não se tornar apático. Buscar motivação para utilizar a capacidade existente, e planejar a nova etapa da vida, através da previsão de metas a serem atingidas, ao invés da execução de atividades isoladas.

Durante a inatividade, designada segunda metade da vida, é possível empregar parcelas da capacidade dispensada pelo serviço ativo, aliada à descoberta e compreensão de novas motivações, e eliminar hábitos eventualmente prejudiciais.

Para *Mannes Tidmarsh*, “o propósito da segunda metade da vida é a re-

3 Aposentadoria: O Repouso Merecido, de Antonio Gonçalves Meira — Rev. Clube Militar nº 293, pág. 4.

4 Aposentadoria: O Repouso Merecido, transcrito de “Shell World” — Rev. Clube Militar nº 292, págs. 37 e 38.

criação da própria vida: o objetivo é construir a própria personalidade, e não mais a melhoria profissional".⁵

A retirada da vida ativa deve corresponder a um enriquecimento interior. É chegada a hora de adquirir uma cultura individual e diversificada, desinteressada, mais original e selecionada.

Na inatividade é importantíssimo encontrar qualquer atividade que justifique o "existir", para materializar um sentido de vida.

É notório que a passagem para a reserva obriga o militar a renunciar ao comando, ao mando, e aceitar a perda da influência pessoal. Não é possível continuar comandando. Subconscientemente, entretanto, pode-se querer preservar a situação anterior. Nesse caso decorrerá uma vida de sofrimento, pois a realidade é bem diferente.

Quando o viver do militar inativo está extremamente ligado ao passado, há uma desvalorização do presente e as possíveis satisfações se extinguem, antes mesmo de concretizadas.

Deve-se, assim, canalizar toda energia para objetivos de curto prazo, que proporcionem maturidade pessoal e uma abertura interior para os novos tempos. Com certeza, isso irá tornar o inativo uma pessoa interessada, participante e realizada com o novo período que vive.

Não se pode viver no entardecer, segundo os programas do alvorecer profissional. O que era importante, agora não é mais. E a verdade de antes pode ser, agora, um erro.

Do poeta romano Ovídio é a afirmação: "São os fatos que tornam o homem velho. Não se há de viver provocando fatos que acelerem a velhice."

O RETORNO

Ultrapassada a primeira infância, a fase das aquisições, da socialização familiar, do "super-ego", enfim, a crise dos três anos, segue-se a segunda infância, onde os interesses gerais têm relevância maior.

Ingressa-se na escola. Aprende-se a conviver, a ceder e a respeitar a existência de outro caráter, e logo surge a crise dos sete anos.

Na terceira infância, a identificação com o genitor faz, do menino, o homem. E se forma o "Ego" ideal.

Com o passar dos anos, na adolescência, fase de estruturação e insegurança, passa-se à descoberta do Eu. Nessa etapa está em formação um plano de vida (escolha da profissão, da companheira) e de uma filosofia. Adentra-se harmoniosamente na sociedade, formam-se valores.

A seguir, percebendo-se e sentindo o mundo por um prisma pessoal, surge a imprescindível preparação para a fase seguinte, a fase adulta.

Para se ter êxito, há necessidade de se especializar e de se aprofundar em área limitada de conhecimento. Busca-se aquilo que falta à realização pessoal.

É justo nesse momento que se consolidam os valores, e se faz a opção pela carreira das armas.

Segundo Jung, o homem tem duas finalidades na vida. A primeira refere-

⁵ Aposentadoria: O Repouso Merecido. Ibidem Idem.

se à procriação, constituir família, com os necessários ganhos materiais e posição social. Na segunda, o homem ascende a conquista da maturidade. É a fase da cultura, da necessidade de alargar-se em plenitude humana, captando, assim, o sentido da própria vida.

A carreira das armas, por suas características, absorve a capacidade e a energia dos que a adotam. É profissão na qual somente os melhores conseguem sobrepujar todos os obstáculos, galgando posições e funções relevantes. O regime de dedicação integral e as exigências escolares percorridas e conquistadas fazem o militar ter um destacado devotamento profissional, para a conquista do objetivo maior, o topo da carreira.

Isso consome de trinta a quarenta anos. Desde a juventude, até o início da terceira idade.

Contraditoriamente, porém, a conquista desse objetivo vem estabelecer o fim da carreira. Isso traz, ao militar, o amargo sabor do regresso à fase anterior à sua opção profissional. Domina-o o sentimento de fracasso, por ter conquistado seu propósito e não lhe aproveitar o êxito. O tempo livre, o ócio, o poder de fazer o que quiser, a falta de obrigações o fazem, agora, retroceder à juventude, fase de organização e insegurança.

Há que enfrentar a nova etapa da vida, onde é forte a tendência a conjugar-se o verbo no passado. Ocorre, então, a crise interna, pelo choque entre valores cultuados desde a juventude e os atuais, como um arrebentar da fortaleza interior.

A transferência para a reserva re-

munerada afigura-se como um quadro de viuvez: "idêntico deve ser o vazio da ausência de uma boa e leal companheira de trinta ou quarenta anos. Ninguém ou nada a substituirá em nosso coração e em nossa lembrança. Esse vazio, essa ausência, na viuvez conjugal, corresponde a uma viuvez institucional, que é o afastamento da vida militar ativa, após tantos e tantos anos nela integrados".⁶ Mas não pode ser marcada pelo ingresso melancólico no mundo das reminiscências.

Para afastar esse amargo regresso, o sabor de fracasso, faz-se mister novo estudo de situação, real e prático. É necessário preparar-se para a difícil batalha, vencer a falta de motivação, buscar o alargamento da plenitude humana, captando o novo sentido da vida e descobrindo novos valores no seu interior.

QUESTIONÁRIO E LEVANTAMENTO DE DADOS

Depois do que foi exposto, da compreensão geral do assunto, serão apresentadas informações consolidadas e que fundamentaram o presente ensaio.

Um questionário foi elaborado e distribuído a militares inativos, pertencentes ao universo da reserva remunerada, residentes no Distrito Federal e nos Estados do Ceará, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Da sua aplicação resultaram amostras em diferentes níveis. Cento e cinquenta questionários foram distri-

6 Viuvez Institucional — Antonio Gonçalves Meira. Rev. Clube Militar nº 286 pág. 13.

búidos e 109 respostas foram obtidas (12 Oficiais-Generais, 36 Oficiais Superiores, 36 Oficiais do Quadro Auxiliar de Oficiais, QAO, e 25 Praças).

Além dos dados apurados, coletaram-se outros de fontes constantes da bibliografia assinalada nas chamadas de rodapé.

Oportuno é destacar a excepcional acolhida do questionário, por parte dos pesquisados, indício significativo da importância do assunto. Ela parece demonstrar certa ansiedade, diante de uma situação que não lhes seria cômoda, ou do efeito motivador, por serem centro de preocupações.

Nos próximos seis títulos deste trabalho serão apresentadas as reações dos pesquisados quanto a diferentes aspectos relacionados com a inatividade.

A DESPEDIDA DO SERVIÇO ATIVO

A exclusão do serviço ativo de que trata este ensaio é decorrência da transferência para a *Reserva Remunerada*.

Ela efetua-se "a pedido" e "ex-officio".⁷ "A pedido" quando se dá através de requerimento do militar interessado. A outra verifica-se quando o militar incide em uma das situações previstas no E1-80: idade-limite, tempo máximo de permanência no posto e quota compulsória, entre outras.

O resultado obtido entre os pesquisados, quanto à forma de sua passagem para a inatividade, foi o seguinte:

	A Pedido (%)	Ex-Officio (%)
Oficiais Generais	22,2	77,8
Oficiais Superiores	83,3	16,7
Oficiais QAO	76,5	23,5
Praças	100,0	0

OBSERVAÇÕES:

- Entre os Oficiais Generais, a transferência "a pedido" correspondeu aos que se anteciparam ao ingresso na quota compulsória. Esta, por outro lado, foi motivadora de todas as *ex-officio*;

- ao nível Oficiais Superiores, com ou sem o Curso de Comando e Estado-Maior, a transferência "a pedido" diz respeito aos que não vislumbraram maior perspectiva profissional ou resolveram desenvolver outra atividade remunerada. A "ex-officio" correspondeu àqueles que permaneceram no Exército até o limite permitido pela legislação e aos que almejavam, até a última instância, promoção ao Generalato (caso dos Oficiais do QEMA);

- nos demais universos, Oficiais QAO e Praças, principalmente neste último, a transferência "a pedido" baseou-se na impossibilidade de promoção, oportunidade em que a passagem para a reserva proporciona melhores condições financeiras. A "ex-officio" baseou-se no tempo de serviço máximo permitido e na idade-limite;

- raros foram os casos em que outros motivos (problema de saúde, próprio ou de familiar) obrigaram o militar a pedir transferência para a reserva.

7 Por dever do cargo.

Em relação ao ato formal regulamentar da despedida, praticamente todos os pesquisados afirmaram que as normas vigentes na IG 10-60⁸ estão adequadas às peculiaridades da carreira das armas. Isto porque reveste o ato de caráter solene, marcando, de forma indelével, o final da vida militar ativa, e traduz uma última demonstração de companheirismo e amizade em nome do Exército.

É indispensável que assim permaneça, porque mantém o espírito-de-corpo e torna a despedida tão significativa, quanto o ingresso na carreira.

ESTÍMULOS E DESESTÍMULOS PARA O INGRESSO NA INATIVIDADE

No momento em que se adquirem condições de transferência para a reserva, o militar se vê diante de um grande dilema: permanecer ou não na ativa?

A dúvida se agrava quando elementos externos à carreira, mas a ela vinculados, concorrem para a decisão: filhos ainda em sua dependência realizando curso superior, abandono do círculo social freqüentado pela família etc.

Estatisticamente, os estímulos para o ingresso na inatividade apurados na pesquisa foram: maior dedicação à família (24,3%); fixação definitiva de moradia (22,9%); falta de perspectiva

profissional (21,4%); busca de outra atividade remunerada (17,3%); possíveis movimentações ao final da carreira (5,0%); obtenção de maior liberdade individual (5,0%); frustração profissional (2,1%) e outros — saúde etc. (2,0%).

OBSERVAÇÕES:

- A *preocupação com a família*, se destaca, em comparação aos demais motivos;

- a *falta de perspectiva profissional* é mais evidente entre Praças e Oficiais QAO, quando, com tempo de serviço suficiente, percebem que uma futura promoção não é mais possível. Também sobressai entre os Oficiais Superiores, com ou sem o Curso da ECEME, entre os que se julgam sem condições de obter uma futura promoção, ou nada mais tenham a oferecer ao Exército;

- a *busca de outra atividade remunerada* está intimamente ligada àqueles que, com diploma de curso civil, perderam a perspectiva profissional. Visa a aumentar o poder aquisitivo, com o objetivo de proporcionar melhores condições de vida ao militar e familiares;

- os demais estímulos, de menor expressão, estão voltados para aspectos particulares.

Quanto aos desestímulos para o ingresso na inatividade, estatisticamente foram revelados: afastamento da atividade profissional (58,4%); suposta dificuldade de adaptação à inatividade (21,2%); possível futura promoção

8 Instruções Gerais para a Aplicação do Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas.

(9,5%); problema com moradia (8,0%) e outros (influência familiar etc., 2,9%).

OBSERVAÇÕES:

- Quanto ao afastamento da atividade profissional realça a perda do ambiente de trabalho, do companheirismo, do *status* e, também, a perfeita interação à carreira. Esse conjunto de aspectos torna-se mais concreto e marcante quando, já na inatividade, o militar se depara com a nova realidade, para a qual não se preparou adequadamente;

- a dificuldade de adaptação está vinculada à interrupção da atividade profissional, ao arraigado espírito militar e ao choque de valores;

- os desestímulos restantes dizem respeito àqueles que aguardaram a futura promoção, para assegurar maior remuneração; aos que, residindo em Próprio Nacional Residencial não são proprietários de casa própria, e a influência familiar (educação e atividades dos dependentes).

O DEFRONTAR COM A INATIVIDADE

O artigo *Nove Estorinhas Reservadas*, de autoria do Coronel R/1 Virgílio da Veiga, publicado na *Revista do Exército Brasileiro* e na *Revista do Clube Militar* revela, de maneira informal, alguns aspectos, conceitos e reações peculiares dos militares inativos.

Neste parágrafo será apresentado, sob o prisma distinto dos universos considerados na pesquisa, o impacto

que os integrantes sofreram quando do ingresso na inatividade.

Será mostrado através de respostas selecionadas, específicas a três quesitos do questionário, visando a uma avaliação real desse fato.

COMO ENCAROU A SUA PASSAGEM À INATIVIDADE?

Respostas dos Oficiais Gerais

Nos primeiros meses: com certa e natural perplexidade; como fato normal; com saudades; com certa frustração, por não ter sido promovido, mas sem rancor ou mágoa; com dificuldade de adaptação à nova situação.

Após: com alguma dificuldade de adaptação e aceitação do meio civil; com tranqüilidade, satisfeito por ter bem cumprido a tarefa no Exército e conhecer a legislação; realizado e feliz, por ter completado um ciclo de reconfortante tempo de viver e servir, a favor de uma causa nobre, em cumprimento do dever; como forma de tornar-me útil à família e à sociedade em geral; como oportunidade para desenvolver outros trabalhos.

Respostas dos Oficiais Superiores

Nos primeiros meses: normalmente, com tranqüilidade; foi verdadeiro impacto, tendo em vista o choque de valores entre a vida militar e a vida civil; com saudade imediata e intensa, pelo afastamento da atividade a que fui ligado por tão longo período; como fase de transição, encarando com naturali-

dade a nova situação e procurando a necessária ambientação ao novo sistema de vida; com muita saudade e um pouco de frustração, pela promoção não recebida, e por não poder utilizar minha capacidade; com muita tristeza, sonhava que me encontrava no quartel; de difícil aceitação e adaptação à nova vida; com sensação de haver tirado uma pesada "mochila", após uma marcha a pé de 40km, pelo alívio e descompromisso com as responsabilidades funcionais; pela oportunidade de exercer outra atividade remunerada.

Após: com sentimento de frustração por não poder aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo da vida militar; com sensação de ociosidade; com crescente vazio e a necessidade de ocupar-me em uma atividade qualquer; com necessidade de adaptação à nova situação e à sociedade civil; normalmente, com a convicção íntima de ter deixado o Exército sem arrependimentos, porém, cada vez mais, com a saudade ampliada; naturalmente, sem qualquer trauma; com satisfação do dever cumprido; questionando se valeu tanta dedicação e tanto estudo para ser Oficial do Exército, e acabar tudo na mais completa perda de valores; com enorme dificuldade de adaptação ao meio civil, particularmente pela diferença de formação, ideais, crenças, convicções e opiniões.

Respostas dos Oficiais QAO

Nos primeiros meses: com naturalidade; com sensação de perda, frustração e vazio; com dificuldade de

adaptação; com sensação de ociosidade; como oportunidade para exercer outra atividade remunerada; como repouso merecido e remunerado; com sensação de incerteza e temor pelo que vinha pela frente; como fato inevitável; com imediata saudade.

Após: como contínua rotina; com sensação de insegurança, como se "lançado às feras", sem nenhuma proteção; naturalmente, como um fato inevitável; com crescente vazio interior; com necessidade de buscar oportunidade para suprir a lacuna deixada pela vida militar; com necessidade de integração com o meio civil; como prêmio justo e merecido, após mais de trinta anos dedicados ao Exército; com a satisfação do dever cumprido; com permanente saudade da caserna.

Respostas dos Praças

Nos primeiros meses: como algo inevitável; como oportunidade para uma maior dedicação à família; com imediata saudade da vida castrense; normalmente, sem mágoas ou frustrações; assustado, pela falta de preparo para enfrentar a nova situação.

Após: com a satisfação do dever cumprido; com constante saudade do tempo da caserna; com sensação de ociosidade; com naturalidade, como um fato normal e inevitável; em busca de uma perfeita adaptação à nova vida.

A PASSAGEM PARA A INATIVIDADE REPRESENTOU AQUILO QUE ERA

IMAGINADO? CORRESPONDEU À SUA EXPECTATIVA? POR QUÊ?

Respostas dos Oficiais

Sim: preparei-me pessoalmente para tal; ao longo da carreira, aproveitei todas as oportunidades para observar companheiros da reserva, o que me ajudou a condicionar meu comportamento; novos tempos, novo estilo de vida, deparei-me com novos desafios e os enfrento com a experiência adquirida e acumulada.

Não: na realidade nunca imaginei como seria essa nova etapa da vida, sem expectativa; a diferença de tratamento é muito grande entre o Oficial General da ativa e o da reserva e, como consequência, o choque é grande.

Respostas dos Oficiais Superiores

Sim: através de exemplos vividos por companheiros mais antigos; por estar preparado para as adversidades ao final da carreira; já sabia da pouca atenção que a Instituição dispensa ao pessoal da reserva; por preparo pessoal; nunca alimentei ilusões, nem premissas sonhadoras.

Não: o vazio foi maior que o imaginado; não imaginei nada, nem mantive qualquer expectativa em relação à inatividade; mesmo preparado pessoalmente, o impacto superou o esperado; pensava que o Exército considerasse o inativo como um integrante; só passei a pensar na inatividade depois da passagem para a re-

serva, ocupado que sempre estive com os afazeres profissionais, quando na ativa; pensava que a inatividade era uma coisa muito ruim, idéia que se formou ao longo do tempo, através de conversa com colegas inativos, mas não foi aquilo que disseram.

Respostas dos Oficiais QAO

Sim: preparo pessoal; exemplo vivido por companheiros mais antigos.

Não: dificuldade de adaptação à nova situação; não pensava que o afastamento da vida militar fosse tão penoso; não imaginava nada, nem mantive qualquer expectativa.

Respostas dos Praças

Sim: preparo pessoal; exemplos vividos por companheiros mais antigos.

Não: não tinha expectativas em relação à inatividade; não me preocupei.

O QUE REALMENTE REPRESENTOU O SEU INGRESSO NA INATIVIDADE?

Respostas dos Oficiais Gerais

Um fato inexorável; nova oportunidade para questionar minha própria postura diante da vertiginosa evolução dos fatos e acontecimentos; agradável sensação de haver cumprido meu destino e ter contribuído, de alguma forma, para o engrandecimento do Exército; reconhecimento justo aos mais de quarenta anos de dedicação ao Exército; desmoração de um sonho acalentado durante mais de 40 anos; uma grande frustração, passei

a não ser mais "gente"; perda de um espaço ocupado por algumas décadas e o aumento do universo familiar.

Respostas dos Oficiais Superiores

Absoluta disponibilidade de tempo; oportunidade de maior dedicação à família; um continuar a viver do passado; satisfação do dever cumprido; repouso merecido após a missão cumprida; possibilidade de obtenção de recursos financeiros; mudanças de costumes e início de nova vida; fim da carreira militar, seqüência normal da vida; certeza da necessidade de ocupar o tempo ocioso e disponível; sensação de inutilidade; grande derrota por não ter sido promovido ao posto de General-de-Brigada; mais liberdade de ir e vir, de expressão etc.; sensação de que, terminada a carreira, terminava uma vida ativa, um ideal e uma esperança — por outro lado, facultou-me uma imensa liberdade de agir e pensar.

Respostas dos Oficiais QAO

O cumprimento de uma missão no Exército; fim da carreira militar; merecido descanso; oportunidade de maior dedicação à família; sensação de inutilidade; início de uma nova vida; maior expansão no círculo de amizades e maior conhecimento do meio civil; oportunidade para desempenhar outra atividade remunerada.

Respostas dos Praças

Oportunidade para uma maior dedicação à família; sensação do cum-

primento do dever; um grande tempo livre; o fim da carreira militar.

OBSERVAÇÕES:

- Os três tópicos abordados apresentaram múltiplas respostas baseadas, exclusivamente, na própria experiência, particular e profissional. Muitas, porém, se não idênticas, são convergentes, pois o embasamento da formação militar é comum a todos;

- todas as respostas, com exceção da referente à procura de uma outra atividade remunerada, estão ligadas a aspectos psicológicos. São sentimentos de inadaptação, frustração, inutilidade, abandono, satisfação do dever cumprido, saudosismo e o despertar para uma nova etapa. Enfim, elementos imensuráveis;

- dentro desse quadro, após minuciosa análise cabe ao militar da reserva remunerada viver de acordo com suas conclusões positivas, aproveitando o novo período de vida para planejar atividades a executar, ampliando interesses ou criando novas motivações. Isto não importa em desligar-se do passado, objeto sempre de culto, mas em viver o presente e almejar o futuro;

- da mesma forma, reforça a importância da participação do Exército no preparo dos seus integrantes para o ingresso na inatividade. Ela deve ter cunho nitidamente psicológico, para eliminar ou reduzir os efeitos negativos que surgem.

AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA NOVA ETAPA DA VIDA

A maioria dos militares sente necessidade de ocupar o espaço de tempo que surge, para tornar apreciável e proveitosa a nova etapa da vida.

Há, de forma generalizada, o querer sentir-se útil e valorizado, estabelecer novos objetivos e metas, para evitar, a todo custo, a apatia.

Na reserva, o principal problema não é a falta de capacidade, mas a falta de motivação para utilizá-la.

O emprego dessa aptidão para o exercício de atividades varia de indivíduo para indivíduo, conforme interesses e aspirações.

Abaixo é mostrada a consolidação da pergunta: "Quando do seu ingresso à inatividade, procurou exercer outras atividades? Por quê?"

	SIM %	NÃO %
Oficiais Gerais	56	44
Oficiais Superiores	86	14
Oficiais QAO	77	23
Praças	80	20

OBSERVAÇÕES:

- Foram apontadas, como razões para exercer atividades: aplicar o potencial adquirido ao longo da carreira em atividades condignas com o posto (Oficiais Gerais e Oficiais Superiores); evitar a sensação de inutilidade e os males da ociosidade; melhorar os

rendimentos para atender a contingências econômicas; exercer atividade anteriormente desenvolvida, pessoalmente, por familiares, ou amigos;

- foram consideradas razões para não exercer atividades: certeza da inadaptação a qualquer outra atividade no meio civil; maior atenção aos familiares; falta de especialização para desempenhar atividades condignas com a idade e posto/graduação, no meio civil (Oficiais QAO e Praças);

- observa-se que as principais razões para o exercício de outra atividade podem ser reunidas em dois grupos. Um subjetivo, visando à ocupação do tempo, indispensável para que a nova etapa tenha sentido e mereça ser bem aproveitada. Outro material, em busca de melhoria de rendimentos, o qual, após o dispêndio de mais de três décadas de dedicação ao Exército e a Pátria, não deveria existir. Apesar da sua importância, o problema não será abordado com maior profundidade;

- em relação às motivações para o não exercício de atividades, o último item registrado (falta de especialização) será abordado adiante. Os demais já foram considerados.

As respostas ao quesito "Ocupa o seu tempo com:", apresentaram o seguinte resultado, tabulado na página seguinte:

O MILITAR DA RESERVA REMUNERADA E A INATIVIDADE

	Of Gen %	Of Sup %	Of QAO %	Praças %
Voltado à família (esposa, filhos, netos etc.)	78	64	100	100
Atividades remuneradas	44	61	20	20
Atividades intelectuais (ler, escrever)	67	54	37	30
Atividades Assistenciais	33	20	12	—
Atividades político-partidárias	—	03	06	—
Atividades ligadas a cursos militares realizados	22	26	12	—
Atividades clubísticas (diretoria, colaborador etc.)	11	35	36	20
Lazer (viagens, esportes, reuniões sociais)	38	47	39	20
Outras (<i>hobby</i> , religião etc.)	11	06	—	—

OBSERVAÇÕES:

- A maior ocupação do tempo voltada para os familiares deu-se, em índices mais elevados, entre os Oficiais QAO e as Praças, do que entre Oficiais Gerais e Oficiais Superiores;
- a ocupação do tempo com atividades político-partidárias é praticamente nula, demonstrando que a formação apolítica do militar persiste na reserva;
- as demais atividades visam, a critério de cada um, à simples execução

de tarefas para ocupar o tempo disponível.

O importante é que, em síntese, a sadia ocupação do tempo preserva o valor pessoal do inativo. Qualquer atividade que ele exerça acaba se transformando em metas e objetivos, que podem ser alcançados. Daí, decorre a satisfação pessoal e o bem viver na inatividade.

As respostas à pergunta referente as "formas de ligação do Militar da Reserva Remunerada com o Exército" apresentaram o seguinte resultado:

	Of Gen %	Of Sup %	Of QAO %	Praças %
Procura manter ligações com o passado profissional	87,5	75,6	56,0	20,0
Lê e se interessa por assuntos militares atuais e vinculados ao Exército	87,5	65,8	57,4	30,0
Seu círculo de amizade é predominantemente formado por militares da reserva	87,5	72,4	65,6	70,0
Procura manter contato com ex-companheiros	100,0	86,8	86,8	80,0
Sente saudades da caserna	87,5	78,5	86,8	70,0
Numa roda de amizade, as conversas convergem para assuntos dos velhos tempos ou relativos ao Exército	75,0	56,0	64,4	80,0
Sua conduta (pontualidade, assiduidade etc.) não se alterou	100,0	84,0	78,4	50,0

OBSERVAÇÕES:

• Percebe-se claramente que, de modo geral, os militares da reserva remunerada permanecem ligados, de forma cerrada, à Instituição. Não poderia ser diferente, em virtude das características tão peculiares da carreira das armas e do longo período de permanência no serviço ativo;

• em relação às Praças, nota-se o pequeno índice nos dois primeiros itens do quadro. Pode-se afirmar que as características deste universo, a notória dificuldade de acesso às ações consideradas e o tipo de relacionamento, um tanto distante, oferecido pela Instituição, induziram os entrevistados a

colocar o aspecto considerado em segundo plano, entre seus interesses e motivações. Quando colocados em situações mais favoráveis, a ligação com o Exército é mantida, segundo os índices registrados nos demais itens.

OS NOVOS RELACIONAMENTOS

Ao ingressar na reserva remunerada, o militar se vê diante de situações inusitadas. Surgem novos relacionamentos e modificam-se outros.

Seu "quartel" passa a ser a Seção de Inativos e Pensionistas (SIP), com a qual prossegue sua ligação com o Exército, de forma intermitente.

Visitando uma OM, a convite ou voluntariamente, já não o faz fardado, o que não o identifica, aos olhos de todos, como militar.

No relacionamento com militares da ativa, há certo clima de diferença e separação.

Vejam a reação dos inativos quanto ao relacionamento com esses segmentos e com a sociedade civil.

Com a SIP ou Órgão Similar

As SIP, localizadas nas sedes das Regiões Militares, e os órgãos similares, existentes nas demais guarnições, são os responsáveis pelo contato técnico do militar inativo com a Instituição. Elas exercem controle sobre ele através de uma apresentação anual, prestam informações e esclarecem dúvidas sobre assuntos de interesse dos inativos, quando necessário.

O atendimento dispensado nesses Órgãos foi conceituado da seguinte maneira: Muito Bem (27%); Bem (48%); Regular (13%) e Insuficiente-Ruim (12%).

OBSERVAÇÕES:

- Algumas afirmações dos pesquisados: eficiente; não tenho queixas; sou sempre recebido por um funcionário civil que me atende com toda a atenção; como antigo companheiro da caserna; nas poucas vezes que fui à SIP, fui muito bem atendido; normal. Sempre encontro consideração, atenção e eficiência; em todas as ocasiões, recebi o tratamento adequado; formal, simplesmente formal; lá, sou um nome na

lista; o pouco que recebo é satisfatório; atencioso e respeitoso; o tratamento é formal, embora não seja hostil, está longe de ser agradável; regular; o inativo é tratado com pouca consideração; indiferente, demonstrando despreparo e falta de motivação em atender;

- verifica-se que o relacionamento, em geral, é bom, devendo permanecer em vigor a sistemática atual. Os problemas podem ser solucionados (como de fato o vêm sendo) através da adequada seleção e preparação funcional e intelectual dos integrantes desses órgãos; da descentralização no atendimento, particularmente nas grandes guarnições, mediante a criação de postos; do estabelecimento de locais, horários e dias específicos para os diversos círculos existentes na hierarquia militar, principalmente para as guarnições com elevado número de inativos; do aproveitamento de militares da reserva remunerada para exercerem funções nesses órgãos.

Quando em Visita a Organização Militar

A consideração da pesquisa indicou que o tratamento dispensado pelas diversas OM aos inativos é considerado de "Bem" para "Muito Bem".

Os problemas levantados, de baixa significância, referem-se ao uso do crachá de visitante, ou acompanhamento de um soldado armado, nos deslocamentos no interior do quartel, e ao descaso percebido pela não-prestação da saudação militar devida, após sua identificação.

São facilmente corrigidas pela realização de instruções (recomendações) nas OM, e por um crachá que destaca o posto ou graduação do visitante.

Com os Militares da Ativa

A maior parte dos pesquisados afirmou ser vista com respeito, amizade, atenção, camaradagem e companheirismo, principalmente quando reconhecidos.

Mesmo com esse quadro positivo, o relacionamento não é o ideal. Persiste, ainda, certo distanciamento provocado por motivações pessoais, aspirações distintas e, particularmente, pelo pouco valor que é dado ao problema comum, a inatividade.

Esses fatores, e outros não citados, provocam ressentimentos.

Algumas afirmações coletadas exemplificam como o inativo se sente tratado pelo companheiro da ativa: como "carta fora do baralho"; com indiferença respeitosa; como um excluído; o da ativa não sabe que amanhã passará para a reserva e irá receber o mesmo tratamento que hoje nos dá; para alguns da ativa, somos uns velhos perguntando por aumento e contando estórias.

A adoção de adequada política de preparo para a inatividade possibilitaria o sadio relacionamento, e o presente compreenderia o amanhã.

Com a Sociedade Civil

Curiosamente, a pesquisa indicou que a sociedade civil não faz distinção entre o militar da ativa e o da reserva.

Considera-os simplesmente militares, mantendo inalterado o tratamento a eles dispensado anteriormente.

A PREPARAÇÃO PARA A INATIVIDADE

As respostas às perguntas do questionário referentes a esse tópico apresentaram o comportamento seguinte:

Ao passar para a inatividade, o senhor conhecia perfeitamente a legislação correspondente?

— Não, 34%. Sim, 66% (86% por iniciativa própria e 14% através de instruções e palestras).

O Exército preparou-o, durante o serviço ativo, para a inatividade?

— Não, 80%. Sim, 20% (33% através da legislação; 17% por meio de instruções e palestras e 50% mediante o desempenho de funções aproveitadas na reserva).

O senhor pessoalmente preparou-se, ao longo da carreira, para a inatividade?

— Não, 56% (47% não se questionaram sobre o assunto; 42% estiveram internamente absorvidos pela profissão e 11% encararam a inatividade como fato normal, sem necessidade de preparação específica). Sim, 44% (48% através de preparo psicológico próprio; 27% pela realização de cursos civis; 18% mediante a aquisição de imóveis e 7% por contatos com outros companheiros da reserva).

OBSERVAÇÕES:

• Nota-se, em relação à participação do Exército na preparação de seu efe-

tivo de carreira, que somente 9,8% dos pesquisados conheciam perfeitamente a legislação, e que 80% afirmou que a participação inexistiu. Isso alerta de forma clara e definida que a ação institucional para a inatividade é reduzida;

- Ressalte-se também pelas respostas apresentadas que 69,7% dos pesquisados não se prepararam psicologicamente para a inatividade, e somente 18,3% o fizeram materialmente;

- a falta de uma adequada preparação, como os resultados demonstram, origina desajustamento, inadaptação e outros problemas circunstanciais, considerados denominadores comuns;

- a preparação individual, não referida neste trabalho, depende, fundamentalmente, de critérios e valores pessoais. Quanto à institucional, motivo deste tópico, o papel a ser desempenhado pelo Exército será o de estimular e facilitar a ação individual. Não do tipo paternalista, mas sim orientador que permita o preparo conveniente para a reserva remunerada;

- o problema da inatividade deveria ser considerado como um todo, desde o início da profissão até o desaparecimento físico do militar.

A fim de atender a esse *desideratum* foi estabelecida uma proposta⁹ contendo três etapas sequenciais:

1.^a — Preparo para a Inatividade

Inicia-se nas escolas de formação e

evolui por 25 anos ao longo da carreira para proporcionar uma orientação quanto ao desenrolar profissional, os aspectos psicológicos da inatividade e os cuidados e arranjos econômicos necessários para o bem viver o pós-serviço ativo. É o alicerce do desenvolvimento das outras etapas e não reduz a motivação e a importância do desempenho profissional, não o transformando numa corrida para a reserva remunerada.

Ações a realizar: palestras e instruções, pecúlio para a construção ou aquisição da casa própria, equivalência de cursos, atitude humanística, extrato do desempenho, cursos e estágios em estabelecimentos de ensino e empresas civis, integração com o meio civil e desenvolvimento da cultura.

2.^a — Execução para a Inatividade

Concretizada após os 25 anos de efetivo serviço até o ato de passagem para a reserva remunerada. Consolida as atividades já desenvolvidas e oferece um sadio ingresso na inatividade.

Ações a realizar: prosseguimento do pecúlio, extrato do desempenho profissional, integração com o meio civil, palestras e cursos, desenvolvimento da cultura, QA ao Generalato e Legislação.

3.^a — Inatividade, propriamente dita

Executada no período entre o ato formal de despedida do serviço ativo e o desaparecimento físico do militar, mediante uma assistência social, psicológica e moral.

O grande objetivo e decisivo papel do Exército é fazer o inativo sentir-se

⁹ O detalhamento das ações, desde a formação até a inatividade propriamente dita, foi omitido, por questão de espaço.

integrado e adaptado a essa nova situação de vida.

Ações a realizar: comunicação social, Legião dos Veteranos, assistência à saúde, aproveitamento para o serviço ativo, integração ativa-reserva, Dia do Veterano, etc.

O APROVEITAMENTO INSTITUCIONAL VIGENTE

Atualmente, o aproveitamento do militar inativo está regulado pelo Decreto n.º 88.455, de 04/07/1983, que dispõe sobre a designação para o serviço ativo de militar da reserva remunerada das Forças Armadas, e pela Portaria Ministerial n.º 190, de 07/03/1984, a qual estabelece, no âmbito do Ministério do Exército, as Instruções Gerais para o Aproveitamento de Militares da Reserva Remunerada (IG 10-63).

Considerando o engajamento do Exército no Programa de Reaparelhamento da Força, o reacompletamento das OM, sabidamente carentes em efetivos experientes e capazes, aponta para o aproveitamento da reserva remunerada como uma das opções válidas para o preenchimento de funções qualificadas.

Sendo medida administrativa de cunho complementar e temporário, a convocação e a designação apresentam-se como instrumentos válidos.

A Lei do Serviço Militar (LSM), com suas inúmeras finalidades, chama os brasileiros para a prestação do serviço militar, em qualquer de suas fa-

ses, na paz ou na guerra, pela convocação.

A designação é o ato¹⁰ pelo qual os militares da reserva remunerada, em tempo de paz, independente de convocação e em caráter transitório e voluntário, retornam ao serviço ativo. Efetua-se quando for necessária a utilização de conhecimentos técnicos e especializados e quando inexistir, no serviço ativo, militar habilitado e disponível para exercer um cargo vago.

Atende às seguintes condições e finalidades: aumento da eficiência do Exército; inequívoca necessidade do serviço; caráter excepcional; emprego nas atividades meio e complementar; preenchimento de claros onde sejam exigidos conhecimentos especializados ou notório saber profissional; destinação específica; manutenção da continuidade funcional; compatibilidade do posto ou graduação do militar com o cargo a ocupar; harmonia com os sistemas de promoção e movimentação de pessoal e inserção dentro do novo contexto de racionalização estrutural do pessoal do Exército e análise de função.

O proposto à designação deve: possuir notório saber e comprovada experiência na função para a qual será designado; ser considerado apto em inspeção de saúde; vir a preencher uma função ou cargo específico, em guarnição determinada, de livre opção do militar; ser designado para um período

10 A designação é um ato administrativo de iniciativa do Ministério do Exército. Não cabe, portanto, requerimento de militar interessado na própria designação. (N. do Autor.)

de dois anos, que poderá ser renovado; ter no máximo dois anos a menos que a idade-limite para a reforma no posto ou graduação correspondente; não estar sujeito a movimentação quando exercer tais funções.

Ele terá direitos e deveres idênticos aos militares da ativa e poderá requerer o retorno à reserva, após decorrido um ano da apresentação pronto para o serviço.

O Departamento-Geral do Pessoal (DGP) centraliza a sistemática desse aproveitamento, incluindo designação, prorrogação e dispensa.¹¹

Apesar de possuir os mesmos direitos, deveres e obrigações dos militares da ativa, inclusive quanto ao uso de uniformes, insígnias, emblemas e promoção *post-mortem*, o designado não concorre às promoções previstas para o pessoal de carreira, às substituições temporárias e às missões no exterior de caráter permanente.

A legislação em vigor enumera o direito aos seguintes benefícios: remuneração mensal nunca inferior aos ganhos da inatividade; ajuda de custo, passagens e transporte da bagagem, se for o caso; auxílio fardamento se há mais de um ano na reserva; contagem de tempo de serviço para recebimento de anuênios, reajustamento do adicional de inatividade, melhoria de pensão militar; concorrer, normalmente, a ocupação de PNR; alimentação, se for o caso; gratificações especiais, con-

forme a função; férias, afastamento temporário, como instalação, trânsito, luto e núpcias; licenças para tratamento de saúde; transporte administrativo, de acordo com o cargo e as normas da OM; transferência dos dependentes, de acordo com as disposições legais vigentes, em relação a educação e atividade profissional.

O militar nessas condições, como em exercício de comissão de natureza militar, é agregado. Passará a figurar no registro do Ministério do Exército, sem número, no lugar que lhe couber na precedência militar e com a indicação "Da reserva remunerada designado para o serviço ativo".

A designação ocorrerá para o exercício das seguintes áreas de atividades:

- Administrativas: pessoal, material, financeira, patrimonial e outras;
- Operacional: operações e instrução, informações e outras;
- Ensino (administração e execução do ensino, e pesquisa e desenvolvimento da doutrina): assistencial, formação, aperfeiçoamento, altos estudos e outras;
- Científica e Tecnológica: administração, projetos, produção, segurança e outras;
- Informática: programação, análise e outras;
- Saúde: medicina, odontologia, farmácia e outras;
- Comunicação Social: relações públicas, imprensa, propaganda, redação e revisão, e outras;
- Cultura: museologia, biblioteconomia, arquivologia, pesquisa histórica, música, desenho e outras.

Em consequência, a designação po-

¹¹ Sendo militar Of Gen, sua designação será efetuada pelo Presidente da República e nos demais casos, dar-se-á pelo Ministro do Exército. (N. do Autor.)

derá ser proposta para órgãos de direção geral ou setorial, apoio e assessoramento; comandos militares de área; comandos de Regiões Militares; parques, depósitos, hospitais, policlínicas; laboratório químico-farmacêutico do Exército, circunscrições do Serviço Militar e delegacias do Serviço Militar.

A dispensa ocorrerá “a pedido” ou “ex-officio” (por conclusão do prazo a que se obrigou a servir na ativa; por terem cessados os motivos da designação ou por interesses da administração a qualquer tempo; por ter sido julgado incapaz para o serviço, em inspeção de saúde realizada por Junta Militar de Saúde).

A legislação vigente praticamente engloba todos os aspectos da designação. O militar da reserva remunerada deveria ter, entretanto, prioridade para o desempenho de funções junto à DIP, SIP e órgãos correspondentes.

Poderia ser empregado, informalmente, em prol da eficiência do Exército e maior economia de meios, participando de palestras, seminários e simpósios, onde pudessem transmitir experiências e conhecimentos aos integrantes da ativa. Em unidades de tropa, poderia participar da instrução de Quadros e na formação de Oficiais da Reserva de 2.^a Classe.

Para isso, os Comandos Militares de Área providenciariam um cadastro, contendo a relação dos selecionados pela conduta profissional, quando na ativa, e por área de conhecimento e de habilidade em que se destacaram. Ele seria a base para um contínuo e sistemático emprego nas atividades de

ensino e instrução, entre outras.

Os militares convidados sentir-se-iam prestigiados e integrados ao Exército, produzindo-se efeito multiplicador positivo.

Um fator motivador, traduzido por vantagem pecuniária, foi resolvido recentemente, com a concessão de 30% do soldo como pró-labore.

CONCLUSÃO

O militar da reserva remunerada teve sua formação e sua carreira lastreadas em um esmerado processo educacional, e dedicou-se, de corpo e alma, à Instituição por mais de trinta anos de efetivo serviço, em média.

Por características, valores, espírito-de-corpo e vicissitudes da profissão, ele passa a formar, no contexto da Força, um grupo social distinto dos demais. Essa distinção se consolida e se expande para seus dependentes.

Esta é uma consideração que não pode ser desprezada, na busca de solução para os amplos problemas que envolvem o final de carreira do militar.

A atividade profissional militar tem decurso próprio, com a parcela mais antiga passando, automaticamente, à inatividade.

Nesse exato momento surge a etapa mais crítica da carreira. Trata-se do retorno ao convívio de valores antes abandonados, da perda do *status* até então usufruído, do aparecimento da ociosidade, do saudosismo, da temida sensação de vazio. Muitos não conseguem, nem de imediato e nem a longo prazo, uma perfeita adaptação a essa

fase. Surgem problemas pessoais, que podem atingir toda a estrutura familiar.

É comum ouvir-se “a vida militar é um sacerdócio”, decorrente da semelhança de traços encontrados nas atividades castrense e confessional. Sem irreverência, dir-se-ia que, quando o profissional militar amplia ao máximo sua área de “catequese” e chega na plena e consciente conversão das “almas gentias”, lhe é imposta a inatividade por circunstâncias regulamentares.

Não se pode afirmar que a vida do profissional militar reproduza uma curva normal, de cuja escalada resulta um declínio harmonioso. Não! Via de regra, da ordenada máxima, o topo da carreira, ele tomba no raso da abscissa mínima. Desprende-se, da glória para o esquecimento.

A constatação, ao encerrar a carreira, de que se chega ao fim da vida como um derrotado é uma experiência por demais amarga para ser aceita. Daí decorre a prostração, a mágoa, a sensação de abandono, o definhamento, a sensação de ter vencido a batalha das armas sem aproveitar-lhe o êxito.

Há exemplos dos que são bem sucedidos na reserva remunerada. Eles porém não representam a regra e sim a exceção. São profissionais que, de alguma forma particular, se prepararam ou tiveram a oportunidade de encontrar um caminho opcional. É uma minoria, quase uma insignificância em relação ao universo.

É imprescindível reconhecer que, no serviço ativo, a maioria não se pre-

para apropriadamente para esse inevitável fim.

A passagem à inatividade apresenta-se para muitos como a “hora da morte”, razão pela qual se evita pensar no assunto, e não se planeja a vida de forma adequada, quando, se racionalmente analisada, serviria de ponto de referência para a estruturação de um futuro condigno.

Fundamentado em coleta e pesquisa de campo, podemos afirmar que:

- existe o problema institucional de minimização da importância da reserva remunerada, que se reflete em privação subjetiva;
- subsistem os despreparos, institucional e individual, que impedem a condução harmoniosa do militar à situação de inatividade;
- há outras variáveis que se refletem negativamente sobre o pessoal inativo.

Somente a adoção de uma eficaz política de preparação do profissional de carreira para a inatividade, a partir das escolas de formação, possibilitaria a tomada da necessária consciência individual e institucional.

Essa preparação, durante o serviço ativo, colocaria em prática inúmeras ações, dentre as quais a formação de pecúlio para construção ou aquisição da casa própria, a equivalência de curso militar e civil, a formação de uma atitude humanística, a integração com o meio civil, o desenvolvimento da cultura e a realização de instruções, palestras e cursos. Com ela, o militar ficaria a par do futuro e das dificuldades de adaptação que encontrará, cabendo-lhe raciocinar sobre as alter-

nativas que promovam um espontâneo e sadio amanhã.

A Instituição deveria também buscar soluções, pela recusa à antinomia "atividade-inatividade", considerando as duas situações aspectos de um mesmo conjunto.

A inatividade é tão real quanto a atividade. Esta condição precede àquela e dá seqüência à outra. E um processo linear e inevitável. Ao se refletir sobre o problema deve-se equacioná-lo em função desse processo, procurando valorizar o militar inativo que, em última análise, foi o responsável pelo Exército tal como o profissional da ativa o encontrou. O que foi realizado é obra dos que lhes passaram o "bastão".

Nesse sentido o Exército manteria, com os militares já na reserva remunerada, um estreito vínculo pela execução de outras ações, ligadas ao emprego sistematizado da comunicação social, à assistência à saúde, ao atendimento administrativo, ao aproveitamento e à integração ativa-reserva.

Uma doutrina institucionalizada eli-

minaria futuramente quaisquer arestas entre os dois segmentos e permitiria um perfeito ajustamento e permanente integração do inativo com o Exército.

Deve ficar claro que o objetivo dessa orientação não é o enaltecimento oco da inatividade. Esta não deve ser entendida como um fim, mas como uma outra etapa da vida profissional, em que seus integrantes devem estar aptos à convocação, designação e mobilização, se situações excepcionais exigirem.

Parte importante desse desfecho consiste em se adotar, de imediato, apesar das dificuldades existentes na atual conjuntura, as medidas e ações factíveis, que minimizem os problemas que envolvem o assunto explanado.

Em suma, a inatividade deve ser vista como um justo e merecido prêmio pelo desempenho, dedicação e cumprimento do dever.

A "alma" do militar da reserva remunerada, homem que livremente aceitou a profissão das armas, sempre escravo, orgulhoso e satisfeito com a sua servidão, não tem nada valioso na vida, senão o reconhecimento.



Brasileira (1991).

EMIR BENEDETTI — Major de Artilharia da Turma de 1975 da AMAN. Diplomado pela EsNI (Curso de Informações, categoria C-1), pela EsAO (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) e pela ECEME (Curso de Comando e Estado-Maior). É bacharel em Administração Pública e Privada pela CEUB (Brasília, DF). Possui o Curso de Introdução às Relações Internacionais da UNB (Brasília, DF). Na ECEME participou dos simpósios: *Estratégia Aplicada (1990)*, *As Lições da Guerra do Golfo (1991)* e *A Amazônia*



COMENTÁRIOS(*)

HIPÓTESES DE GUERRA

As Forças Armadas de qualquer país buscam, em tempo de paz, dimensionarem-se e adestrarem-se para fazer face a guerras hipotéticas, de acordo com as políticas de suas nações.

No caso do Brasil, país eminentemente pacífico, as hipóteses de guerra forçosamente estarão ligadas à prevenção de ações armadas contra o nosso território, ou como participantes de forças que, por efeito de tratados, devam cumprir missão em outros locais que não o espaço brasileiro.

Do que decorrem as Hipóteses de Guerra? É claro que, como algo hipotético, poder-se-ia formular um número infinito, o que em nada favoreceria as ações de preparo da Força para fazer-lhes face.

Assim, busca-se estudar diversos fatores que conduzem à formulação de hipóteses de guerra de modo objetivo, tornando-as bases mais firmes de raciocínio e planejamento. Podemos citar alguns desses fatores:

- os antagonismos históricos mal superados sempre podem ser considerados pontos de partida para atritos

futuros; freqüentemente, são “heranças” de guerras passadas, até mesmo entre colonizadores, que se projetam em épocas bastante distanciadas;

- a vizinhança entre países é sempre um fator que facilitará ações armadas. A ausência de obstáculos de vulto como oceanos, cordilheiras ou a interposição de terceiros países, logicamente tornará mais provável de ocorrer uma hipótese de guerra do que outra que implique em grandes desembarques, alianças ou transposições;

- a disputa de espaços territoriais, demarcação não muito nítida de fronteiras, o não conformismo com decisões de arbitragem, ou tratados internacionais não unânimes, têm sido importantes motivos de guerra;

- a existência de um interesse estratégico é essencial. Melhor posicionamento geopolítico, interposição de áreas passivas trazendo maior segurança, a disputa por recursos naturais importantes, a assimilação de populações afins, tudo isto se constitui em motivações para ações que podem culminar em guerra;

- a era industrial trouxe em seu bojo a disputa de mercados; ameaças a posições vantajosas, a tentativa de afloramento de novos produtores, a entrada no mercado de fontes antes inexploradas de matérias-primas, desequilí-

(*) Selecionado pelo PADECEME

brando-o, podem de tal forma ameaçar a estabilidade econômica de países, de modo que o recurso à guerra seja a opção para solucionar o problema.

Diversos outros fatores poderiam ser citados como de grande influência, conforme a situação, para a formulação apropriada de hipóteses de guerra. O caráter nacional dos conflitos introduziu a necessidade de motivação da população para a guerra. Não mais exércitos de mercenários, agindo de acordo com a vontade dos reis absolutistas, não mais a guerra como romântica aventura de soldados. Há necessidade de todo empenho da população, da mobilização de todos os campos do poder para que se tenha esperança de sucesso. O moral nacional passou a ser objetivo estratégico de enorme valor. Em muitos casos constituiu-se até mesmo no "centro de gravidade", segundo Clausewitz. Recordemos o colosso militar dos EUA dobrando-se frente ao raquítico Vietcong por falta do apoio da população americana. Como consequência disso, surge um moderno e importantíssimo fator para a correta formulação de modernas Hipóteses de Guerra: o preparo da opinião pública.

Os países que incluem entre os seus objetivos políticos alvos em outras nações que possam levar ao desencadeamento de uma intervenção armada, sabem que é absolutamente necessário o apoio de sua população.

A observância do comportamento dos governantes, a orquestração da mídia sempre desfavorável a um país, a manutenção de exigências absurdas nos campos político e econômico, a "Sa-

tanização" da futura vítima, ao mesmo tempo em que campanhas bem dirigidas buscam minar o moral nacional da população do país-alvo, são indícios claros do preparo da opinião pública, mundial e, até mesmo, adversária para aceitar a ação militar.

Como exemplos recentes pode-se citar, dentre outros, os casos da invasão americana ao Panamá, onde se utilizou tema de grande alcance emocional para o povo americano e da maioria das nações — o narcotráfico — como motivo principal da intervenção armada.

A invasão de Granada apresentou como razão de ser a contenção do expansionismo soviético, assim como o foi o apoio aos "contras" da Nicarágua.

Sempre que se sente mais concretamente ameaçado, o Estado de Israel promove por todo o mundo recordação de atrocidades nazistas na II Guerra Mundial, como cenário que justifique ações militares contra seus adversários.

A caracterização de Sadam Hussein como chefe de um dos exércitos mais poderosos do mundo, ameaça importante à paz mundial, foi a moldura que cercou a constituição da portentosa aliança destinada a manter o precário equilíbrio no Oriente Médio, fonte de combustível indispensável, em resposta à anexação do Kuwait.

Na realidade, o noticiário da guerra contra o Iraque veio atenuar um pouco o ritmo das notícias contrárias ao Brasil que, antes daquele conflito, inundaram o noticiário internacional; recrudescer agora, passadas as maiores emoções daquilo que foi o desmante-

lamento da tentativa de mudança de controle de grande parte das reservas de petróleo do mundo.

Países em que as suas populações mal sabem o que é o Brasil, onde fica, qual a sua expressão ou que língua aqui é falada, têm em seu noticiário de todo o tipo, de modo praticamente diário, mensagens em que se diz que o Brasil, no limiar de total destruição da Amazônia, está em vias de terminar com o oxigênio do mundo; os Ianomamis, perseguidos de forma que poderia se assemelhar ao massacre dos Apaches, são vítimas de monstruoso genocídio através das doenças inoculadas por garimpeiros; a não assinatura do parcialíssimo Tratado de não Proliferação de Armas Nucleares, associada à pesquisa de tecnologia energética, traz ao resto do mundo o risco da hecatombe atômica; o assassinato do líder classista rural toma dimensões planetárias; a poluição aqui gerada alarga o buraco de ozônio que causa o câncer por todo o resto do mundo; a construção da estrada que dará melhor acesso a importantes mercados será o derradeiro crime ecológico; as dificuldades de pagamento da manipulável dívida externa posiciona-o como um bandoleiro do mundo; a cúpula da droga emigra maciçamente para a Amazônia, de onde poderá continuar a destruir a juventude civilizada.

Esses, e outros, são os temas que descrevem o Brasil para os povos do chamado Primeiro Mundo. As inverdades científicas, a distorção e ampliação de fatos menores, a criação de monstros verdes e amarelos, trazem em seu bojo a indisfarçável preparação

de uma opinião pública desfavorável ao país que, se progredir, e pelos recursos que possui, poderá vir a deslocar alguém do assento à roda de seleta mesa.

Acrescente-se a isto, o fato de ser predominantemente brasileira a Amazônia, área tão cobiçada, tão internacionalizável, segundo desejos antigos e cada vez mais ampliados pelo conhecimento do seu conteúdo, trazidos por modernas técnicas, associadas à permanente presença "missionária" e "científica". Acrescente-se a isto a dirigidíssima curiosidade sobre a técnica de combate na Selva, quase que monócórdio assunto de "Intercâmbio Doutrinário". Some-se a isto indisfarçadas propostas de realização de manobras conjuntas na Amazônia, prévia eleição do campo-de-batalha. Se a tudo isto acrescentarmos diversos daqueles fatores enumerados no início deste comentário, e buscando dentre as nações as que dispõem de Poder para tal procedimento, creio que teremos um real, possível e provável argumento para desenvolvermos interessantes e preocupantes Hipóteses de Guerra do Brasil.

Ao militar, responsável pela segurança externa do país, não cabe "achar que não é possível" ou dar preferência às suas simpatias. Cabe-lhe tomar providências para nunca ser surpreendido, apesar de todas as carências, para que a consequência da imprevidência não resulte apenas em monumento à bravura dos mortos e derrotados e nas promessas de que algum dia será retomado aquilo que foi subtraído.

FRAGILIDADES ESTRATÉGICAS DO BRASIL

O pensamento político-estratégico de Clausewitz, adotado por muitos países, admite o recurso às ações armadas para a consecução de interesse como algo perfeitamente natural no relacionamento entre as Nações.

Embora seja de bom alvitre serem utilizadas apenas quando falharem as ações de caráter psicossociais, econômicas ou políticas (ou diplomáticas), as ações estratégicas de ordem militar buscam, através da violência potencial ou efetiva, obrigar o oponente a dobrar-se à vontade de quem as exerce.

Tão mais eficazes serão as ações militares quanto mais fácil e rapidamente atingirem objetivos que obriguem o oponente à submissão, impedindo-o de lutar.

A tais objetivos, os pensadores militares denominam "Centros de Gravidade", pois a sua conquista caracteriza a impossibilidade de oferecer resistência eficaz e esperança de vitória.

O país que possuir o seu "Centro de Gravidade" facilmente atingível terá que conduzir-se fatalmente de forma submissa, para evitar mal maior, até que possa, através do fortalecimento nacional, proteger ou eliminar as deficiências que caracterizam um "Centro de Gravidade".

No caso do Brasil, pode-se levantar facilmente três "Centros de Gravidade", cada qual por si só, uma vez atingido, capaz de impossibilitar ações que possam preservar, até mesmo, a integridade nacional.

Senão vejamos:

Abastecimento de Petróleo

As reservas normais são de 60 a 90 dias. Há grande dependência do transporte de óleo e derivados por cabotagem, para regiões do Norte, Nordeste e Sul do país. Cerca de 50% do petróleo é importado via marítima. 90% do petróleo extraído em território brasileiro o é da plataforma continental, a maior parte da região de Campos/RJ. Há grande dependência do transporte interno do país em meios rodoviários, utilizando óleo diesel. O país ainda utiliza razoável número de termoeletricas movidas a combustível derivado de petróleo, particularmente na Região Amazônica.

Diante dessa realidade, uma ameaça que se faça sentir de maneira eficaz sobre o fluxo de suprimento de petróleo ao Brasil, seja ele o importado, seja o extraído da plataforma continental, praticamente inviabilizará o prosseguimento da atividade econômica do país. A importância de rotas e áreas marítimas permite caracterizar como de magna importância os ramos naval e aéreo do poder militar, os quais, ao terem assegurado o suprimento de petróleo ao Brasil, possibilitarão a realização de outras medidas de defesa necessárias. Qualquer nação ou grupo de nações que disponha de poder suficiente para estrangular o fluxo de petróleo e derivados possuirá vantagem marcante em relação ao nosso país para impor-lhe suas políticas.

Ciência e Tecnologia

A recente campanha militar de consórcio de nações contra o Iraque, embora tenha apresentado poucas novidades na área tecnológica para aqueles que normalmente se dedicam às atividades de C&T, teve por característica divulgar ao público comum os extraordinários recursos que o desenvolvimento científico trouxe à realização de operações militares, condicionando de forma determinante o seu resultado.

Peças básicas do moderno arsenal das principais potências são os satélites e sensores mantidos no espaço estratosférico.

A grande diversidade de características desses engenhos, permitindo-lhes identificar objetos com dimensões de até dez centímetros (pouco mais que uma bala de fuzil), em quaisquer condições atmosféricas, de dia ou de noite, de permitir análise do subsolo, de admitir escuta de transmissões não só de rádios de qualquer potência, mas também de conversações telefônicas, de serem praticamente imunes aos recursos conhecidos de camuflagem, veio praticamente impossibilitar a obtenção de surpresa em qualquer nível, por parte dos alvos de tais recursos. Adicionando-se a isto a extraordinária capacidade que dispõem os países como os EUA de deciframos os códigos e cifras das comunicações de praticamente todos os países do mundo, sejam quais forem os recursos empregados, faz com que não haja mais segredos para os que dispõem daquele poder.

A extraordinária precisão atribuída

pelos modernos meios de guiar mísseis, bombas e granadas permite que, logo nos primeiros momentos da guerra, os órgãos de comando, comunicações, controle e informações sejam neutralizados, levando o oponente a uma situação de letargia.

O elevado custo atual que possam ter tais engenhos é amplamente compensado por sua eficácia, tornando-os, na realidade, investimentos bem mais compensadores que as munições convencionais, que necessitam elevada densidade de aplicação e muito maior quantidade de meios de lançamento para atingirem resultados semelhantes.

Os modernos recursos de guerra eletrônica, passíveis de serem empregados a partir de aeronaves de grande autonomia, tornaram-se importante fator contrário às nações que, fruto de suas dimensões, julgarem ser possível conduzir ações de comando (transmissão de informações, expedição de ordens, acompanhamento dos acontecimentos) a partir de posições afastadas, e supostamente seguras. A centralização tornou-se utopia e indesejável.

Podemos, portanto, concluir que a efetivação de ações por parte de países dotados de meios como os descritos acima contra o Brasil, levando em conta as atuais doutrinas das Forças Armadas, provavelmente inibirá de forma determinante a capacidade efetiva de reação dos meios nacionais.

É de se esperar que os Sistemas Integrados de Defesa e Controle de Tráfego Aéreo viessem a ser neutralizados, a partir de seus postos de radar, desde

os primeiros momentos, praticamente impossibilitando atividades de interceptação de aeronaves inimigas.

Satélites de observação serão capazes de identificar movimentos de aeronaves, embarcações e veículos terrestres que viessem a conduzir meios na direção da área de operações, permitindo sua neutralização sem grande esforço. Deve ser levada em conta, inclusive, a pobreza da malha de transportes nacional, dependente em muitos casos de passagem em pontos críticos que se tornarão vulneráveis às munições de grande probabilidade de acerto e enorme poder destrutivo.

Áreas como a Amazônia passaram a ter sua defesa extremamente dificultada, de acordo com os padrões atuais, face às enormes distâncias, mínima rede viária, dependência de transporte fluvial facilmente identificável, carência de recursos oriundos de outras regiões do país e exigüidade de sistemas alternativos de comunicações.

Opinião Pública

O caráter nacional da guerra moderna impõe a busca permanente do alinhamento da opinião pública própria e internacional com a causa dos países interessados.

Os países desenvolvidos, cientes da importância de seu fator, dispõem de sistemas de comunicação que, ao mesmo tempo que protegem seus interesses, criam e divulgam mensagens destinadas a enfraquecer a vontade daqueles que possam vir a se antepor aos seus desígnios.

A instantaneidade da televisão, o controle das principais agências de notícias, redes mundiais de comunicação de diversos tipos, a existência de organizações que direta ou indiretamente apresentam pareceres, realizam campanhas, dão como plena e cientificamente comprovados fatos que impressionam o homem comum de todo o mundo, freqüentemente apelando para valores de caráter afetivo ou acenando com a destruição da Terra, fazem com que as estratégias no campo psicossocial sejam extremamente eficazes.

A ignorância e a inexistência de sistemas defensivos igualmente poderosos torna altamente vulneráveis as populações dos países do chamado Terceiro Mundo, facilmente dirigindo-se para interesses que, na realidade, não são os seus, ao mesmo tempo que permite a manipulação da vontade dos cidadãos das principais potências, predispondo-as a aceitar intervenções em outros países como fatos que estariam situados dentro da ética e da normalidade do relacionamento entre nações.

Campanhas baseadas em temas ligados à paz mundial, superpopulação, fome, ecologia, holocausto nuclear, sobrevivência de etnias minoritárias e preservação de culturas são realizadas de acordo com as características de cada população, objetivando fortalecer de um lado e enfraquecer de outro as opiniões e vontades.

É lícito, assim, concluir que o declínio da União Soviética como segundo pólo mundial de poder, coinci-

dindo com o desmascaramento das utopias socialista/comunista permite que os países do chamado 1º Mundo fiquem absolutamente à vontade para desencadear ações de caráter psicossocial, através da utilização maciça de todos os meios de comunicação, visando a enfraquecer possíveis resistências que possam se antepor ao seu projeto de uma “Nova Ordem Mundial”. No Brasil, órgãos de imprensa, organizações e personalidades ligadas a atividades científicas, elementos de governo e organizações de trabalhadores vêm atuando em um crescendo, e de uma forma de tal maneira coordenada que não deixa dúvidas a respeito de um ponto comum de irradiação e concatenação de atividades que objetivam coisas como “Assinatura do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares”, “Diminuição do Efetivo das Forças Armadas”, “Soberania Compartilhada”, “Internacionalização da Amazônia”, “Subordinação Ecológica” e diversos outros temas que invariavelmente conduzem a um apequeamento da vontade nacional de reagir a pressões exteriores em defesa dos interesses brasileiros.

De tudo o acima exposto, no interesse de nossa Soberania e Independência, atentar para os “calcanhares de Aquiles” de nossa Nação e tomar providências no sentido de anular ou, no mínimo, atenuar a vulnerabilidade representada pela tríplice fragilidade, se quisermos algum dia fazer valer o interesse nacional quando confrontado com os países atualmente mais poderosos. Caso contrário, de nada servirão

bravura e patriotismo, qualidades não exclusivas dos militares, mas que se traduzirão tão somente em inúteis fontes de dor e ressentimento dos previamente condenados à derrota.

A INICIATIVA COMO REQUISITO DA VITÓRIA

Para um país com as dimensões do Brasil, a realização de operações militares para sua defesa será sempre dificultada pelos enormes espaços e rarefação de efetivos e meios.

A Força que depende de comunicações rádio para transmissão de ordens, remessa de informações e consequente tomada de decisões, fluxo de suprimentos, sistemas de alarme e outras atividades, muito provavelmente estará fadada ao insucesso, mesmo que disponha da totalidade dos cada vez mais dispendiosos meios de que necessitaria para mobiliar seu sistema de defesa, face não só ao extraordinário poderio dos recursos de guerra eletrônica atuais, como também à Criptoanálise, arma de enorme poder, que tem sido o ultra-secreto fator de vitória dos conflitos do século XX.

Conclui-se que todos os escalões devem ter em mente o que fazer para contribuir para a vitória, independentemente de ordens complementares, dependentes da evolução da atuação. Caso contrário, é extremamente elevado o risco

de a ordem esperada não chegar ou, pior ainda, ser do conhecimento do adversário antes de chegar ao destinatário, tornando o jogo impossível de vencer, por serem os lances antecipados pelo inimigo.

O Exército Brasileiro tem sido submetido, já há alguns anos, a importantes restrições de caráter orçamentário. A falta de recursos de toda ordem para a realização de exercícios nos diversos níveis freqüentemente atribui aos diversos escalões sobra de tempo, que normalmente seria utilizado para planejamento de ações específicas. Isto, e mais a natural frustração por não executar aquelas atividades que caracterizam o pleno desempenho profissional, leva os titulares dos diversos comandos a invadir a área de responsabilidade dos níveis subordinados, com nefastas conseqüências.

Citemos, como exemplo, uma Brigada. Se, ao seu comandante, faltam os meios para conduzir planejamentos e ações em que as suas diversas Unidades e Subunidades tomem parte de forma coordenada, há uma tendência já constatada de interferir nos exercícios específicos dos Batalhões, interferência esta que se faz em nome de corrigir ou evitar erros, mas que, na verdade, inibe a iniciativa do Comandante subordinado que, ao invés de treinar-se e aos seus homens, ainda que errando às vezes, preocupa-se em acertar sempre, ou em simplesmente cumprir aquilo que lhe é determinado com demasiados detalhes.

Raciocínio semelhante pode ser empregado desde o mais elementar até o mais elevado escalão.

A proximidade demasiada do superior inibe a iniciativa do subordinado, fazendo com que este sempre se volte para aquele, esperando a ordem ou preocupado em acertar.

O hábito de planejar as tarefas e fiscalizar permanentemente o subordinado, por sua vez, cria, no superior, o descrédito nos seus comandados, cada vez mais acomodados, e evita que o adestramento próprio seja realizado.

Se considerarmos a hipótese de virer a ser realizadas operações militares de defesa da Amazônia contra agressões oriundas de países do chamado "1º Mundo", a iniciativa do combatente brasileiro há de ser fator imprescindível.

As enormes distâncias, as características das comunicações na área, as dificuldades de suprimento e evacuação de feridos, tudo agravado pela presença de um inimigo dotado de moderníssima tecnologia e provável domínio absoluto do espaço aéreo e das principais vias de navegação farão com que a luta se trave a nível de grupo de combate, na maior parte das vezes. Para que haja sucesso, cada combatente necessita de elevadíssima dosagem de iniciativa, desenvolvida em benefício próprio e da sua equipe.

Na realidade, esta elevada iniciativa foi cultivada desde o tempo da expansão territorial da colônia, onde os militares d'El Rei passavam anos a fio no sertão, longe dos correios que traziam mensagens tardias de anos, às vezes, e tinham por guia, apenas, o cumprimento de missão há muito recebida.

Cumprir cultivar com persistência

e compreensão a iniciativa no Exército Brasileiro. Que cada comandante resista à tentação de invadir os espaços destinados ao desempenho profissional de seus subordinados, fazendo com que cada militar se sinta responsável pelo bom funcionamento de uma enorme e complexa máquina, e não, apenas, um autômato cumpridor de ordens que, muito provavelmente, jamais lhe chegarão quando for necessário.

PUNA-SE O RESPONSÁVEL

Uma das características das Forças Armadas de qualquer país é a de que sempre haverá alguém responsável por tudo aquilo que aconteça ou deixe de acontecer, em relação às suas atividades. Quando algo sai errado, sempre haverá alguém para prestar contas.

Tem sido observado que, ultimamente no Brasil, o assunto "defesa do país" é objeto de opiniões das mais diversas origens, fazendo parte de rodas desde as mais eruditas até às mesas de botequins, das publicações sérias até os folhetins mal afamados.

É bom que isso aconteça, pois a segurança do Brasil deve e há de ser a resultante do desejo dos brasileiros, a chamada sociedade civil.

Há pessoas que julgam que, face à atual situação internacional, em que a "guerra fria" teria sido definitivamente banida, não há qualquer razão para a manutenção de Forças Arma-

das, uma vez que não conseguem neutralizar qualquer ameaça ao território brasileiro. Outras há que são de opinião de que os militares em geral deverão ser voltados para a segurança pública, combate a assaltantes, traficantes e contrabandistas. Existem outras pessoas que, tendo observado a enorme distância tecnológica entre aquilo que conhecem das Forças Armadas Brasileiras e a parafernália bélica exibida quando da Guerra do Golfo, julgam que nada mais há a fazer que o alinhamento disciplinado junto às fileiras e desejos dos países dotados daqueles artefatos, para que não se aborreçam os todo-poderosos.

Algumas personalidades divulgam aos quatro ventos ser a indústria bélica brasileira a grande ameaça à paz mundial, em um processo veemente de condenação dos mercadores da morte. Muitos mal disfarçam o enorme ranco pelas instituições militares que, em determinado momento de nossa história, se interpuseram aos seus desejos e enunciam argumentos de esvaziamento, eliminação, ou até mesmo que seria melhor que as Forças Armadas fossem plantar batatas, cooperando com a produção agrícola, ou pentear macacos, em um esforço ecológico.

E desta maneira tem-se opiniões que vão desde as dos políticos até os camêlons, passando por jornalistas, empresários, biólogos, artistas, donas-de-casa, estudantes, professores, belicistas, pacifistas, vencedores, derrotados, religiosos, juristas, pipoqueiros, comediantes e costureiros. A grande maioria conserva um ponto comum — a falta de informação. Frequentemente,

trata-se pura e simplesmente de impossibilidade de tirar conclusões de fatos atuais ou históricos; outras vezes fica claro um gesto provocativo do sementeiro com vistas à colheita de maiores dividendos. Muitas vezes, trata-se de ignorância mesmo.

Em todo o processo é sempre patente que não há a definição do grau de segurança desejado pela sociedade civil brasileira, ou pelo menos do mínimo aceitável.

Seria digerível a perda de parte do território? E a exploração por outrem dos recursos existentes em nossos mares, fossem eles minerais ou de pesca?

Seria de bom alvitre partilharmos o que aqui houver, ainda que talvez desconhecido, em um esforço inicial com vistas à paz, progresso e fraternidade entre os povos? Iniciaremos a grande pregação com objetivo de alcançar a eterna paz mundial? Deixaremos os cabelos e barbas crescer, vestiremos longas vestes brancas e empunhando cajados sairemos por aí inaugurando a era de paz, justiça e concórdia?

Bem, seja qual for a decisão, é preciso que se a defina. Se a resolução final for no sentido de que deva ser mantido o território que nos foi legado à custa de inúmeros sacrifícios e pertinácia, para que talvez algum dia ele possa ser utilizado de maneira racional de forma a que não haja camponeses sem terra, bocas sem alimento, enfermos sem remédios, estudantes sem educação e tudo o mais sobre o que já há, o consenso, em suma, se a decisão for por defendê-lo, que tal ouvir a opinião daqueles que recebe-

ram o encargo de serem por isso responsáveis?

Que tal buscar as informações do que é necessário para que aqueles que voltam para nós seus olhos de eterna cobiça continuem a pensar duas vezes antes de iniciarem sua marcha em direção ao que é nosso?

Que tal tomar consciência do que o noticiário internacional divulga em relação ao Brasil, da necessidade de subordinação de nossos atos à prévia aprovação dos "civilizados", da nossa incapacidade de cuidarmos de nossos nativos, de preservarmos o oxigênio que supostamente seria queimado em seus motores e altos-fornos?

Que tal ouvir a opinião daqueles que, ao final de contas, evocam para si o supremo privilégio de já estarem mortos antes de ser a nossa terra pisada pela bota estrangeira ou ajoelhada perante os interesses externos no sentido de que sejamos "essencialmente agrícolas", enquanto nos proibam de verificar e utilizar o que houver abaixo das lâminas dos arados?

É extremamente difícil a decisão de destinar recursos para a defesa em um país em que faltam tantas estradas, hospitais, escolas, fábricas, energia, alimento, tudo enfim. Aos militares, não lhes cabe esta decisão. Cabe-lhes, entretanto, a oportunidade de dizer o que é necessário para o atingimento ou manutenção do grau de segurança desejado, para que, se algum dia ocorrer a infeliz necessidade de buscar-se o responsável pela vergonha, pela subordinação, pela castração, pela derrota, não se tenha de o buscar fora das Forças Armadas. Mas aí já será muito tarde...

CONVÊNIO
EXERCÍTUO-SENAI
PROFISSIONALIZA



LIVROS

VULTOS DO ENSINO MILITAR

Sob o título acima o historiador Arivaldo Fontes, sergipano de Riachão do Dantas, resgata, divulga e reverencia a memória de 55 vultos do Ensino no Exército.

São 14 ex-comandantes e 41 ex-professores do centenário Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ), incluindo o Patrono do Magistério do Exército, o Marechal Roberto Trompowsky, Barão Homen de Mello, Duque Estrada, Daltro Santos, Mario Barreto, Manuel Cavalcanti Proença, Ary Quintela e outros.

É trabalho feito com amor e, sobretudo, com a autoridade do Coronel Arivaldo, ex-professor de Matemática dos Colégios Militar e D. Pedro II e da Fundação Osório (para meninas) e, ainda, como ex-aluno da Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre e da Academia Militar das Agulhas Negras.

É, na atualidade, autoridade em Magistério, como Diretor Geral do SENAI, entidade cinquentenária voltada para a formação de profissionais de alto gabarito para nossa Indústria.

Acompanhamos, na direção do Arquivo Histórico do Exército, as grandes dificuldades do autor na obtenção de dados para seu trabalho pioneiro, particularmente no tocante a professores civis. Foi o caso do maranhense Hemetério dos Santos, que deixou rastro fulgurante e grande nome como mestre de Português, e que se singularizou por ser negro, mas que muito pouco deixou registrado de sua vida.

O autor evoca fatos e figuras do CMRJ de seu tempo e, na palavra de Elias Cintra, aspectos da Casa de Thomaz Coelho no cinquentenário, em 1939.

A leitura da obra em foco nos leva a refletir de como o Magistério do Brasil, até passado recente, era valorizado e respeitado socialmente, além de remunerado condignamente, numa conjuntura econômica mais difícil que hoje.

Nossas lideranças mais representativas afirmam que o futuro do país repousa na Educação. Mas,

na prática, o que se constata são dificuldades crescentes para a conquista deste objetivo, as quais se agravam a cada dia.

Recordo que um famoso almirante japonês, ao passar para a Reserva, pleiteou, como grande honraria, que lhe fosse dado o privilégio de ser mestre escola de uma aldeia, tal a importância que o assunto merecia e merece no Japão. Ao contrário, o que vem se verificando no Brasil, de uns tempos para cá, salvo honrosas exceções, é o Magistério, em geral, sendo tratado como uma atividade menor e muito mal remunerada.

Vultos do Ensino Militar é oportuno e muito bem-vindo no seu caráter de resgate histórico pioneiro, de divulgação e justa reverência a educadores de escol, em grande parte responsáveis pela formação, nos últimos 100 anos, no CMRJ, de lideranças das Forças Armadas e da Administração Pública e Privada do Brasil, com expressiva projeção na Sociedade Brasileira.

Vultos do Ensino Militar é, sobretudo, oportuno para ensinar reflexões capazes de provocarem atitudes que contribuam para reverter-se o quadro adverso em que se debate expressiva parcela do Magistério do Brasil, o qual, sem uma solução adequada e segura, comprometerá por certo o destino de grandeza sonhado pelos brasileiros para o País.

Está de parabéns o historiador Arivaldo Fontes, que produziu, com amor e carinho, *Vultos do Ensino Militar*, bem como o Dr. Afonso Creco, Diretor do SENAI de Minas Gerais e sua equipe, por editá-lo, e o ex-professor do CMRJ, Francisco Ferreira da Silva, por prefaciá-lo com palavras de verdade e justiça ao autor, que nutre, pela Casa de Thomaz Coelho, "grande carinho e amor que beira a veneração". É o que ele define em soneto como:

"Homem temente a Deus, culto, invulgar,
Afeito às grandes causas, sempre lhano,
Educador sincero e singular,
Cuja amizade eufórico me ufano..."

Cel R/1 Claudio Moreira Bento



INFORMAÇÕES

A OUTRA FACE DO GENERAL SAN MARTIN

José de San Martin, o grande general sul-americano, nascido na Argentina em 1778, estando na Europa e conhecendo as dificuldades de sua Pátria, regressou a ela em 1812. Em Buenos Aires, após entendimentos havidos com o Triunvirato, organizou o Regimento de Granadeiros e iniciou a solidificação dos costumes políticos de sua terra natal.

Após, e diante dos acontecimentos, vai ao Chile, como o fizera na Argentina, auxiliado por O'Higgins, independe-o e o solidifica. Daí, para continuar uma missão de paz e de concórdia, rumo para o Norte e chega ao Peru para também fazê-lo independente e pacífico, como mais tarde o fez com o Equador, auxiliado por Simon Bolivar.

Neste ínterim, soube da morte de sua mulher e volta a Buenos Aires, deixando com proclamação condigna os países consolidados, em boas mãos e funcionando a contento. Mas sua dor foi enorme, resolvendo ir com a única filha Mercedes para Bruxelas, na Bélgica, onde, lá chegando, leva-a para um colégio.

Ao entregá-la à Irmã Superior, dá-lhe por escrito as seguintes recomendações formais:

1ª — Humanizar seu caráter e fazê-la sensível até para com os animais que nos prejudicam.

2ª — Inspirar-lhe o amor à verdade e o ódio à mentira.

3ª — Inspirar-lhe grande confiança e amizade, porém unidos ao respeito.

4ª — Estimular em Mercedes à caridade aos pobres.

5ª — Respeito absoluto à propriedade alheia.

6ª — Acostumá-la a guardar um segredo.

7ª — Inspirar-lhe um sentimento de respeito a todas as Religiões.

8ª — Serenidade para com as crianças, pobres e velhos.

9ª — Que fale pouco, apenas o necessário.

10ª — Acostumá-la a estar formalizada à mesa.

11ª — Ter sempre amor ao asseio e desprezo ao luxo.

12ª — Inspirar-lhe amor à Pátria e à Liberdade!"

Aí está o reflexo de uma grande alma. General, no campo-de-batalha, foi inigualável! Mas no recesso do lar, na vida privada, foi exemplo de dignidade, de cordura, de amor ao próximo e a tudo mais!

Se ao mundo fosse dado ter somente generais dessa ténpera, caminharíamos por outras sendas. Chile, Peru e Equador tiveram dias de glória, graças à orientação deixada por ele que, podendo usufruir de suas vitórias, preferiu distribuí-las com aqueles que realmente mereciam, nativos de suas Pátrias.

Há que considerar isso! Poucos os que puderam, no auge de uma carreira, no coroamento pleno de esforços, abrir mão de tudo e conferir os louros de vitórias alcançadas a outrem!

Não que desconhecêsse da advertência de Pitágoras: "os bens e as honrarias fáceis de adquirir, são fáceis de perder" e nem se atreveu às façanhas de Bonaparte, cujo fim trágico foi tão tristemente melancólico, mas, consciente de tudo que a vida nos proporciona, sem ambição qualquer, renunciou em benefício do único tesouro que possuía: sua filha Mercedes, já que não mais poderia estar ao lado de sua mulher, que falecera anteriormente. Volta à Pátria, porém, era tal o estado convulso que aí encontra, que nem desembarca e regressa à França, onde morre em Boulogne-sur-mer, em 1850.

Todavia, de tudo isso, há que ressaltar-lhe o grande coração, o senso de responsabilidade e o respeito ao próximo e a tudo mais — quão grandes foram os atos de sua vida!

Gen Div Ref Flamarion Pinto de Campos

CONVÊNIO EXÉRCITO-SENAI PROFISSIONALIZA RECRUTA



Um convênio de colaboração mútua entre o SENAI e o Ministério do Exército foi firmado recentemente no Quartel-General do Exército, em Brasília, com a finalidade de promover programas de formação profissional para militares, além de criar condições favoráveis à prestação de serviço militar por alunos e ex-alunos do SENAI. Assinaram o documento o senador Albano Franco, presidente do Conselho Nacional do SENAI e também da CNI, o professor Arivaldo Fontes, diretor-geral do SENAI e o General Ferrari, Chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército. O evento contou com a presença do Ministro do Exército, Carlos Tinoco.

O convênio abrangerá Organizações Militares do Exército (OM) e unidades operacionais do SENAI em todo o território nacional, através de assinaturas de Termos Aditivos pelos Departamentos Regionais do SENAI e pelos Comandos Regionais Militares. Pelo acordo, o Exército compromete-se a criar Escolas de Instrução Militar próximas às unidades operacionais do SENAI.

Os conteúdos programáticos bem como os critérios de acompanhamento e avaliação de projetos serão estabelecidos pelo SENAI, que dará a orientação técnico-pedagógica aos cursos ministrados nas próprias Organizações Militares e cederá certificados de qualificação e habilitação aos discentes.

Contando com cerca de 6.000 profissionais no seu corpo docente, entre professores e instrutores, o SENAI organiza seus programas através de quatro modalidades de ensino: aprendizagem, qualificação, habilitação e suprimento. Os cursos de aprendizagem são oferecidos a alunos com idade de 15 a 18 anos e escolaridade mínima de

5ª série do 1º grau. Nos cursos de qualificação, grande parte dos alunos tem mais de 18 anos, já são operários e buscam o SENAI incentivados pelas empresas onde trabalham. Na modalidade habilitação (Técnico e Auxiliar Técnico), a média de idade dos alunos gira em torno dos 18 anos e os cursos são integrados com o currículo do 2º grau. Os cursos de suprimento são ministrados a operários qualificados, supervisores e gerentes de empresas que procuram o aperfeiçoamento de sua atividade profissional. Neste acordo com o Exército, as modalidades oferecidas são qualificação e habilitação.

O SENAI expandiu por todo o País sua rede de escolas (unidades operacionais), atualmente com um total de 833 unidades, que podem ser classificadas como próprias, em acordo com empresas ou em regime de cooperação (com prefeituras e outras instituições).

Os cursos do SENAI estão presentes em praticamente todas as atividades industriais, tais como Metalurgia, Siderurgia, Ferramentaria, Mecânica Geral, Mecânica de Precisão, Têxtil, Construção Civil, Alimentos, Panificação, Artes Gráficas, Papel e Celulose, Calçados, Curtimento, Madeira, Cerâmica, Plástico, Eletricidade, Eletroeletrônica, Informática, Instrumentação, Química, Saneamento, Transporte e outras áreas, lembrando que são instalados atendendo as vocações industriais de determinada região, e a conseqüente necessidade de recursos humanos para o desenvolvimento das atividades locais.

Nos últimos três anos, o SENAI vem recebendo cerca de 1,2 milhão de alunos, anualmente. Metade dessas matrículas se realiza mediante Ações Diretas, ou seja, com recursos próprios. O restante, através de acordo com empresas e outras organizações.



DESTAQUES DA IMPRENSA

PEARL HARBOR: OS MESMOS ERROS

O 50º aniversário do ataque a Pearl Harbor acontece no momento em que as tensões entre Japão e Estados Unidos estão provavelmente mais acirradas do que nunca desde a Segunda Guerra Mundial. E essa constatação tem deixado bastante nervosas algumas pessoas que ocupam cargos importantes nos dois lados do Pacífico.

Mas o fato é visível e não pode ser ignorado. Muitas viúvas, muitos irmãos e irmãs, muitos filhos e muitos companheiros de bordo dos 2.400 americanos mortos em Pearl Harbor ainda estão entre nós.

Como continua viva a lição que os Estados Unidos aprenderam naquela terrível manhã de domingo.

Não deveríamos tentar driblar a passagem do dia 7 de dezembro com promessas eufemísticas de "compreensão" e "respeito mútuo". Deveríamos nos lembrar por que Pearl Harbor aconteceu. Deveríamos encarar os paralelos desconfortáveis entre passado e presente. E prestar atenção à advertência de George Santayana: "Aqueles que não podem se lembrar do passado estão condenados a repeti-lo."

O ataque a Pearl Harbor aconteceu porque um Estados Unidos exageradamente tolerante e cuidadoso estava no caminho de um Japão agressivo e expansionista. O Japão interpretou a cautela americana como fraqueza, e avançou e avançou até que avançou demais, e o resto é História.

Uma nova versão de Pearl Harbor pode vir à tona se o Japão mantiver sua atual política econômica agressiva.

O limite da tolerância americana está sendo atingido. O déficit comercial de US\$ 400 bilhões com o Japão na última década, o desaparecimento de indústrias americanas inteiras, o mercado japonês fechado, a ameaça de o Japão boicotar o leilão do nosso Tesouro e a influência de lobistas japoneses bem pagos manipulando nosso Governo já levaram milhões de americanos a dizer "chega".

O maremoto do ressentimento irá explodir se a política econômica do Japão não mudar. A América não levou a ferroada do Pearl Harbor, suportou o sofrimento de quase quatro anos de guerra no Pacífico, enviou ajuda maciça ao Japão do pós-guerra, permitiu aos japoneses o livre acesso ao nosso mercado, enquanto eles mantinham o deles fechado a nós, ou gastou bilhões para defender o Japão durante a guerra fria, para terminar como uma colônia econômica de Tóquio.

A maioria dos cinco mil sobreviventes ou mais de Pearl Harbor que estarão em Honolulu para o aniversário vai se hospedar em hotéis de propriedade de japoneses. Não terão muita escolha. Nem a ironia lhes passará despercebida quando, do convés do *Arizona*, lançarem ao mar suas coroas fúnebres.

Nos últimos anos, a principal defesa japonesa contra as exigências dos EUA de que obedecem às regras do jogo é a de que somos insensíveis à cultura misteriosa e às peculiares necessidades do Japão. O fato é que temos sido sensíveis e tolerantes demais, por tempo demais. Chegou a vez de o Japão se mostrar sensível às necessidades dos americanos.

E não bastarão doações, fartamente divulgadas, a organizações de caridade americanas. Custará mais do que patrocinar torneios de golfe na Ca-

lifornía ou contratar as mais caras firmas de relações públicas em Washington e em Nova Iorque. E mais do que contratar nossos próprios funcionários do setor de comércio exterior e políticos aposentados para defenderem empresas japonesas.

Serão necessários resultados significativos. E uma reversão nas políticas mercantilísticas de comércio do Japão; um mercado japonês realmente aberto — ainda que isso custe os empregos de milhares de japoneses, da mesma forma que o mercado aberto dos EUA tem levado milhares de americanos ao desemprego; e equilíbrio na balança comercial.

Mais do que qualquer outro esforço, o Japão terá de entender a América.

A cultura americana não é misteriosa como a japonesa. É fácil de entender. É preciso apenas saber o significado de "imparcialidade".

O Japão, mais do que qualquer outro país na Terra, deve saber o quanto os americanos podem ser justos. E também deveria conhecer a paciência, a sinceridade, a generosidade e a tolerância americanas. E deveria saber, melhor que qualquer um, as consequências de considerar essas qualidades como fraqueza.

Há um novo livro sendo lançado com o título ameaçador de "A próxima guerra com o Japão". A tese é a de que o Japão e os Estados Unidos são hoje vítimas das mesmas forças históricas que imperavam na década de 30, e um novo choque militar seria inevitável.

Eu não acredito nisso. Nada é inevitável se pessoas honestas examinarem honestamente as causas das tensões atualmente existentes entre Japão e Estados Unidos, e para onde elas estão nos levando.

Pearl Harbor era evitável. Foi o resultado de erros de cálculo de ambos os lados. Os Estados Unidos não imaginavam até onde o Japão iria para ampliar seus interesses nacionais e o Japão não imaginava até onde os Estados Unidos iriam para se defender, quando encurralados.

Esses erros se somam à trágica memória da aquele Dia de Infâmia que — meio século depois — tantas pessoas dos dois lados ainda estão interpretando mal.

(Reprodução de matéria publicada em O Globo, edição de 01.12.91. Assina-a o Presidente da indústria de veículos Chrysler, Lee Iacocca)

É PRECISO REPENSAR A ATUAÇÃO DA PETROBRÁS

O não cumprimento das metas de investimento — e conseqüentemente das de produção — pela Petrobrás, face a carência de recursos somada à descontinuidade administrativa, mostra que é hora de repensar a atuação de nossa maior empresa.

Como todas as estatais, a Petrobrás vem sendo tratada ao longo dos últimos 10 anos como um instrumento da política econômica governamental, e não como uma empresa. Os resultados desse tratamento se refletem no desgaste financeiro, na redução dos investimentos, na interrupção do projeto de auto-suficiência, na saída de inúmeros profissionais competentes, e ainda numa certa desmotivação do corpo de funcionários. Além, evidentemente, de afetar todos os fornecedores da empresa — boa parte dos quais teve acesso a novas tecnologias graças ao empenho da estatal em desenvolver fabricantes nacionais de equipamentos e, em particular, à engenharia nacional.

Como cliente da Petrobrás, o setor de distribuição de GLP vem acompanhando de perto esse processo, sendo também por ele atingido através da fixação de preços e tarifas irreais.

Em decorrência, as 17 empresas distribuidoras sofreram forte descapitalização ao longo da última década, chegando mesmo a elevadas perdas financeiras em determinados períodos, como atestam seus balanços de 1989. Temos por certo tipo nossas divergências com a estatal, em função de problemas de fornecimento ou preços, ou de interpretação doutrinária face a natureza monopolista da Petrobrás. Mas, por outro lado, somos companheiros do mesmo barco. E portanto temos uma grande preocupação com o futuro de nosso único fornecedor atual de GLP.

Na crise do Iraque em 1990, por exemplo, os preços internacionais do barril de petróleo chegaram a US\$ 35/40 e, por isso, depois do refino o valor de venda passou a ser de US\$ 140 nos Estados Unidos. No Brasil a Petrobrás continuou recebendo US\$ 40 por barril do produto refinado, considerando o preço médio dos derivados. Trata-se de um tipo de distorção que inviabiliza a empresa a médio prazo.

O que acontece no setor de GLP é bastante exemplificativo do processo de desgaste econômico que vem ocorrendo. Embora o produto te-

nha um uso social — ele atende às necessidades de combustível doméstico de 87,5% dos lares brasileiros — seu preço é muito baixo e o gás custa, diariamente, por família, menos do que um cafézinho. Para manter esse preço todo o sistema é onerado. A começar pela Petrobrás, que produz pouco mais de 2/3 do consumo nacional. O terço restante é por ela importado a um preço da ordem de US\$ 200 por tonelada e vem sendo revendido a cerca de US\$ 90, para engarrafamento em botijões de 13kg para uso doméstico, com um sensível prejuízo. Já as empresas distribuidoras e seus representantes engarrafam, transportam e estavam entregando o produto na casa do usuário a um preço na ordem de US\$ 230/250, quando no Japão, por exemplo, ele é vendido a domicílio a preços da ordem de US\$ 1.500 por tonelada, e nos países vizinhos da América Latina esse valor oscila entre US\$ 700 e US\$ 900/t. É verdade que o subsídio foi recentemente eliminado da parcela de GLP vendida em outras embalagens e para outros usos, mais isso representa menos de 20% do total.

Evidentemente alguém está pagando essas diferenças. No caso da Petrobrás são seus acionistas e a sociedade brasileira como um todo, enquanto no caso das distribuidoras são também seus acionistas e seus funcionários. Além disso, esse subsídio vem impedindo que ocorram investimentos na modernização do sistema e a oferta de opções diferenciadas de serviços. Basta lembrar que a última vez em que se fez um conjunto de instalações subterrâneas de GLP para uso doméstico foi na construção de Brasília, onde as superquadras continuam recebendo o produto por tubulação, com elevado nível de conforto e segurança.

Agora, com o projeto de desregulamentação no setor de combustíveis, caminhou-se certamente muito, no sentido tanto de eliminar entraves burocráticos à melhoria de atendimento aos consumidores, como de ampliar a concorrência.

Mas é preciso ir mais longe e seguir o exemplo dos países europeus. Na França e na Itália ninguém pensou em destruir ou privatizar as empresas estatais de petróleo: elas apenas foram liberadas para serem competitivas e concorrerem com organizações multinacionais ou outras privadas, o que vêm fazendo com sucesso.

Esse é certamente o caminho da modernização no Brasil, que esperamos seja observado na revisão constitucional. Liberar a Petrobrás para atuar

como empresa, permitindo que ela tenha concorrentes, mas que tenha também os lucros e o sucesso que a competência de sua equipe certamente lhe possibilitarão.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 02.12.91. Assina-a o Presidente da Sindigas, Diretor do Grupo Ultra e da Fiesp, Marcos Swensson Reis)

OS SOCIALISTAS E A PRIVATIZAÇÃO

Do deputado Jamil Haddad, presidente do Partido Socialista Brasileiro, recebi carta sobre "a difícil reação dos nacionalistas" de que aqui tratamos. Publico-a com pequenos cortes para ajustá-la ao espaço habitual. A reunião na ABI, explica ele, foi suprapartidária e a ela compareceram Barbosa Lima Sobrinho, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Herman Baeta, Marcello Alencar, Severo Gomes e Mauro Santayana. E prossegue:

"1 — Ser nacionalista hoje é defender um projeto nacional de desenvolvimento. Não vejo no que isso possa ser atrasado. O Brasil precisa urgentemente de um projeto que o leve a se tornar uma nação mais rica, mais justa e generosa. O que vimos em um ano e meio de *modernidade e liberalismo* foi a expansão da miséria, da concentração de riqueza, da corrupção e do desmantelamento do Estado.

2 — É falso dizer que os nacionalistas defendem a estatização, opondo-se à privatização. A estatização pode se tornar a forma mais degenerada de privatização do Estado. O que nós queremos é a desprivatização do Estado, tornando-o público sob controle da sociedade.

3 — A idéia do Estado mínimo é ótima. Mas na Suíça ou na Suécia, países com economias e instituições políticas estáveis; altíssimo nível de renda, serviços públicos perfeitos, ou quase, ausência de fome e de miséria.

4 — Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, é fundamental a presença do Estado no comando da economia para que haja a distribuição de renda, a criação de empregos, a superação das

desigualdades regionais, o fortalecimento do seu mercado interno etc.

5 — Não havia petróleo no Brasil até que a Petrobrás foi criada, você sabe a que preço. O geólogo Walter Link veio ao país para dizer que aqui nunca haveria petróleo.

6 — A nossa defesa da Amazônia não é velha. Velha é a cobiça internacional pela Amazônia. Hermann Kahn veio propor que a região se transformasse num imenso lago.

7 — Não somos contra a privatização das estatais, mas queremos discutir caso a caso.

8 — Tenho dados que provam que o Estado brasileiro está privatizado.

9 — Recentemente Marcelo Pontes demonstrou no JB que o governo federal tem, pelo menos, cerca de US\$ 1,4 bilhão de ações de 689 empresas privadas nas áreas comercial e industrial, entre as quais hotéis, fábricas de chocolate, refrigerantes, tecidos, porcelanas, talheres, botões etc.

10 — Em seu caderno *Idéias/Ensaio*s de 20/10 o JB publica revelador artigo de Luiz Crisóstomo de Oliveira, presidente da Comissão de Divulgação do Programa Nacional de Desestatização, no qual confirma que nos anos 80 o BNDES foi obrigado a criar o BNDESPAR para administrar, pelo menos, 76 empresas privadas que haviam passado ao controle do setor público ameaçadas de ir à falência. Nos Estados Unidos empresas desse tipo vão para a cadeia. Aqui, vão para as tetas generosas do BNDES.

11 — O balanço de 1990 do BNDESPAR comprova que ele teve um prejuízo de quase Cr\$ 25 bilhões, equivalente, em 28/12/90, a US\$ 146 milhões.

12 — Alega-se que a Companhia Siderúrgica Nacional é deficitária e obsoleta. Os privatistas preferem esquecer o fato de que a CSN, nos últimos 30 anos, foi obrigada a vender chapas de aço a preço abaixo do custo para o cartel da indústria automobilística.

13 — A Petrobrás é obrigada a fornecer nafta também abaixo do custo para as grandes indústrias químicas. Só até novembro deste ano a Petrobrás já tinha uma perda de receita em torno de US\$ 556 milhões.

14 — Na semana passada o procurador-geral da República ordenou a abertura de inquérito para apuração das denúncias de que, através da privatização da Usiminas, estaria uma manobra dia-

bólica para que a Nippon Steel assumisse o controle dessa empresa.

15 — Estranhamos também o uso de *moedas podres* na privatização. Afinal os títulos da dívida agrária eram considerados *núcos* no mercado financeiro.

16 — Recentemente a grande imprensa brasileira começou a apontar Chile, México, Argentina e Venezuela como exemplos de modernidade no continente por haverem cumprido os deveres de casa que lhes foram impostos pelo FMI. O insuspeito *O Estado de S. Paulo* mostrou alguns resultados do receituário neoliberal: no Chile, apenas um terço dos seus 12 milhões de habitantes têm acesso a uma alimentação adequada; no México, em outubro, uma família precisava de US\$ 165 para adquirir uma cesta básica, quando o salário mínimo não passa de US\$ 117; na Argentina, fica faltando dinheiro para habitação, transporte e educação; e na Venezuela o salário mínimo é de US\$ 100 e uma família de quatro pessoas precisa de US\$ 428 mensais para viver."

Pela transcrição resumida.

(Reprodução da Coluna do jornalista Carlos Castello Branco publicada na edição de 29.11.91 do Jornal do Brasil)

A REDOMA FATAL

O ato presidencial que demarcou a reserva ianomami não está alcançando internamente o acolhimento que foi projetado para o horizonte internacional.

Por isso críticas e protestos surgem aqui e de todos os lados e, no Congresso, já tramita o projeto de decreto legislativo do Senador César Dias suspendendo a demarcação.

Com o lance ianomami, a política indigenista brasileira pretende dar um salto do chão raso em que vinha chapinhando para nêveis estratosféricos. Os 9,4 milhões de hectares destinados a alegados 12 mil índios (provavelmente, o número real será muito inferior a este, fruto da propaganda), numa área fronteiriça estratégica e rica de minerais nobres, demonstram ao mesmo tempo o irrealismo dessa dimensão física (três vezes a

Bélgica) e o absurdo dos critérios adotados em todos os planos: o antropológico, o da segurança nacional, o do desenvolvimento econômico do País etc. O Governo faz da pequena comunidade indígena um clube privilegiado de zeladores de um tesouro inviolável e de opções econômicas petrificadas — quando esses eleitos ainda clamam pelo atendimento de necessidades básicas. Nenhuma das quais, registre-se, atendida pelo gesto político da demarcação.

Uma faixa de segurança na fronteira com a Venezuela em nada reduziria o número de pacas e tatus da caça dos inoanamis. Por que perturbar, através do tampão da reserva, o que o Programa Calha Norte representa como fator de segurança, de soberania e de desenvolvimento da região?

O País não pode ter donos, nem a preservação da cultura indígena exige esse preço.

A preservação de grupos étnicos em redomas que os mantenham distantes de contatos humanos não passa de uma tentativa de fazer parar o tempo, como se isso fosse possível, em zonas cujas dimensões e natureza tornam impossível um policiamento protetor.

O artificialismo condensa esse equívoco — e o resultado final ameaça ser a contaminação dos grupos primitivos pela ação clandestina do que há de pior na sociedade moderna, enquanto o que esta tem de melhor é mantido à distância pelo respeito à lei.

(Reprodução de Editorial de O Globo, edição de 28.11.91)

NA METADE DO CAMINHO

Por que temos uma transição tão longa, frustrante e dolorosa para uma nova fase de vida? Naturalmente, se olharmos em torno, veremos que o Brasil não se encontra solitário nesse problema. Talvez desde o princípio de 1989, tenhamos entrado em um daqueles períodos em que a História está novamente em marcha e nos quais a mudança, a ruptura, tornam-se mais importantes do que a continuidade.

Alguns países perceberam os sinais dos novos

tempos mais cedo, moveram-se mais rapidamente, ajustaram-se às novas realidades e já se estão beneficiando das reformas que promoveram. As economias do Sudeste Asiático parecem ser um bom exemplo disso. Alguns outros países, como a China, caminharam rapidamente na esfera econômica, mas ainda buscam preservar o essencial de suas estruturas políticas. A União Soviética, ao contrário, está promovendo uma transformação política profunda em um curto espaço de tempo, mas não logrou êxito até o momento na área da reforma econômica.

Por que o passo da mudança é tão dissimilar? Por que certos países são mais capazes de adaptação? Por que a resistência à modernização, à reforma, é mais forte em alguns países?

Inclino-me a concordar de maneira geral com os comentários feitos por um brasilianista soviético, que apontou as similaridades entre seu país e o Brasil neste momento. Eu iria mais além dos pontos que ele indicou — território, população, regime autoritário anterior — e enfatiza que em ambos os países setores importantes da sociedade estão convencidos da necessidade e empenhados na modernização da economia; mas nem na URSS nem no Brasil foi possível construir um mínimo de consenso, um denominador que liberaria suficiente energia e apoio político para acelerar e completar as reformas que estão sendo empreendidas. Curiosamente, em ambos os casos, uma das razões pelas quais é tão difícil construir o futuro pode ser o sucesso do passado.

A revolução bolchevista forneceu à União Soviética uma visão nova e poderosa de seu potencial, trouxe um rápido processo de industrialização e elevou a União Soviética ao clube exclusivo das potências mundiais. Tais sucessos criaram novas realidades, uma visão hegemônica e interesses estabelecidos que resistem à mudança.

Na Europa Central e Oriental, em países como a Tchecoslováquia e a Hungria, ao contrário, o regime comunista foi percebido como um animal estranho e pouco ou nada acrescentou às economias que já haviam alcançado um nível razoável de diversificação industrial. Tal situação imposta a partir de fora nunca deu lugar a um sentimento de orgulho ou de sucesso. Isso explica em alguma medida a maneira mais rápida e relativamente tranquila pela qual a transição está ocorrendo em alguns países da Europa Central e Oriental, se comparada com o processo instável, perturbador e errático que está ocorrendo na União Soviética.

Também no Brasil o sucesso mesmo do paradigma do desenvolvimento nacionalista em parte explica por que ele se recusa a morrer facilmente, por que ele teimosamente se apegua à vida. Por que o nacionalismo econômico quase desapareceu da agenda dos países latino-americanos e, ao mesmo tempo, parece vivo e robusto no Brasil? Por que as empresas estatais estão sendo desmontadas na Albânia, enquanto toda a sorte de ações de retaguarda foram tentadas nos tribunais brasileiros e nas ruas, para impedir que a privatização da Usiminas seguisse seu curso? Por que a proteção tarifária e não-tarifária foi aceita mais facilmente no Chile ou na Venezuela que no Brasil?

Se é verdade, como disse Hélio Jaguaribe, que até o fim dos anos 70 o Brasil tinha a base industrial mais ampla e mais bem integrada entre os países em desenvolvimento e a tecnoburocracia estatal mais moderna e eficiente no Terceiro Mundo, não deveria causar surpresa o fato de que a aliança entre os líderes empresariais criados pela industrialização e os interesses corporativos das prestigiosas empresas estatais seria mais forte do que em países em que a indústria nacional era fraca ou havia sido dizimada em recentes fases de ajustamento, ou onde o corporativismo foi destruído pelo Estado autoritário. O sucesso criou outra vez novas realidades, interesses estabelecidos e percepções incrustadas.

Se é verdade que a visão que estruturou a nação brasileira na década passada está desgastada, também é verdade que uma nova visão ainda não está completamente estabelecida. Se ela existe nas mentes de alguns, ela ainda não permeou todo o corpo social. O fato é que nos círculos acadêmicos e em setores importantes do governo, os que se associaram aos esforços e sonhos do passado não desistem facilmente dos padrões intelectuais que utilizaram para apreender a realidade brasileira, mesmo que não tenham tido êxito em propor maneiras de tornar o modelo novamente operacional. Isso me lembra outra vez a União Soviética, e particularmente a relutância da linha dura em tratar da questão da propriedade privada.

É importante notar, de passagem, que outro aspecto em que o Brasil difere de seus vizinhos latino-americanos e se assemelha à URSS é na centralidade do problema político. Embora outros países latino-americanos possam ter enfrentado problemas episódicos na esfera política, em nenhum deles é central o problema de como dividir, distribuir e exercer o poder. Nenhum país

latino-americano está discutindo seriamente a possibilidade de adotar um tipo de governo parlamentarista. No Brasil, como na URSS, a solução ao problema político é uma condição prévia para uma efetiva política macroeconômica de médio e longo prazo.

A citação de Gramsci, freqüentemente repetida, volta ao espírito porque descreve de maneira tão pertinente o que estamos vivendo: "A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer; nesse interregno aparece uma grande variedade de sintomas mórbidos."

Se o novo ainda não nasceu, está certamente em gestação. As incertezas do presente não deveriam ensombrecer o muito que já foi alcançado em um período de tempo relativamente curto. Medidas abrangentes de liberalização foram adotadas nas frentes interna e externa. Os subsídios internos foram reduzidos. As restrições quantitativas às importações foram eliminadas, enquanto a tarifa média de importação, que era de 32% em 1990, foi diminuída, hoje, para 25% e será reduzida a 14% em 1994. A regulamentação dos investimentos estrangeiros está sendo aperfeiçoada, de modo a atrair novos investidores. O programa de privatização avança. Esses são passos importantes que muitas pessoas, mesmo no Brasil, não teriam esperado alguns anos atrás.

Em um seminário no Brasil, há alguns anos, referindo-se à crise latino-americana, Alain Touraine mencionou que a capacidade de fazer diagnósticos é metade do caminho para uma solução. A sociedade brasileira parece ter concordado com as linhas básicas do diagnóstico. E está lutando para utilizar a terapia. Ela ainda não foi capaz — como enfatizou muito bem Luciano Martins — de forjar a coalizão de forças sociais para apoiar a conclusão das reformas que ora estão sendo empreendidas. Alguns acreditam que isso leva tempo. A crescente consciência do que está em jogo, assim o creio, acelerará o entendimento político. A dureza ou certeza de alguns dos diagnósticos da situação brasileira não deveria amedrontar-nos a verdade.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 18.11.91. Assina-a o Embaixador Rubens Ricupero, presidente do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial)

A GRANDE CRISE

O sermão que o papa João Paulo II, do alto de sua autoridade moral, passou quinta-feira na população de Campo Grande (MS) — onde denunciou a "grave crise moral que hoje em dia se abate sobre a família brasileira" — não poderia ser mais oportuno. Campo Grande é a cidade que detém o recorde nacional das separações conjugais. Outros sérios sintomas de desagregação vêm sendo registrados, com fartura, em muitos outros setores da vida nacional.

Nunca os valores éticos e morais, que constituem a alma de uma nação, foram tão desrespeitados, no país, como atualmente. Enquanto nos Estados Unidos uma denúncia de *sexual harassment* (assédio sexual) leva um juiz, indicado à Corte Suprema pelo presidente, ao banco dos réus, no Brasil cometem-se as mais espantosas infrações e nada acontece. O fato de a sociedade acostumar-se a essas ocorrências é tão grave quanto seu próprio cometimento.

Pode-se encarar como simples folclore, por exemplo, a declaração de um ex-prefeito baiano, que recomenda aos políticos roubar o máximo possível, quando no exercício de cargo público. Mas o problema é que existem muitos, como se sabe, dispostos a seguir seu exemplo. O ex-prefeito, que pregou as delícias da locupletação, merecia ser preso. A tendência, no Brasil, é a de absorver declarações como essas, como se não fossem graves. Seria cansativo enumerar casos recentes de delitos — da agressão à deputada Raquel Cândido no plenário da Câmara aos escândalos do INSS —, que acabaram em nada ou em praticamente nada.

Muitas das infrações — e talvez o ex-prefeito baiano se enquadre nesse caso — se relacionam à mentalidade atrasada que ainda vigora em muitos pedaços do país. As ocorrências policiais registradas recentemente em Alagoas não remontam só ao tempo do coronelismo, que se julgava morto com a revolução de 30. Ficam mais para trás: lembram os tempos do *far west*, onde a lei era feita por quem sacava mais rápido. Em esferas por onde transitam pessoas que tiveram acesso ao estudo e à cultura, certas transgressões são inaceitáveis.

Acaba de ser lançado um livro, no qual uma ex-ministra expõe a público sua vida pessoal, contando todos os detalhes do romance que manteve

com outro ministro. Deixando de lado a questão do adultério, pergunta-se como uma pessoa tão emocionalmente vulnerável pôde estar à frente do ministério mais importante no quadro da crise nacional. Terá ela tomado as decisões que tanto impacto provocaram entre a população — e, agora se vê, para nada — com a mesma frivolidade com que narra suas aventuras?

Se a mera ignorância das regras morais pode justificar determinados atos, não se pode admitir, de forma alguma, quando vindos de pessoas que detêm poder e responsabilidade social. O espírito público é incompatível com a amoralidade. Não é por outra razão que o juiz Thomas foi exaustivamente sabatinado pelos senadores americanos. Aqui deveria acontecer o mesmo. A questão moral deve ter o mesmo peso das questões objetivas: são faces de uma mesma moeda.

Por um momento, parece que todos os limites do comportamento ético se romperam no Brasil. É triste ver um porta-voz da presidência e um grande empresário trocando insultos próprios de botequim. Constrange, da mesma forma, ouvir um deputado ameaçando com "um tiro no traseiro" um colega senador.

Não são procedimentos de nação civilizada, mas de país que precisa seguir as prédicas do papa e lançar-se, com urgência, a uma campanha de restauração moral.

(Reprodução de Editorial do Jornal do Brasil, edição de 19.10.91)

A JANELA PARA O PACÍFICO

Certa vez, conversando com o presidente peruano, em momento de descontração, provoquei-o dizendo: a "Marginal da Selva" será uma estrada marginal do Brasil. Beláunde ficou picado e me assegurou que, pelo menos, duas ligações com o Brasil estavam previstas a partir do território do Peru. Se ainda não tinham sido construídas era porque o dinheiro estava escasso e "forças ocultas" se opunham a isso.

Na primeira oportunidade, procurei apurar que "forças ocultas" dificultavam a conexão vial com o Brasil. Consultei um senhor peruano com quem

tinha bastante intimidade, e acabou ele por me relatar que existia um relatório confidencial das forças armadas peruanas, que desaprovava a ligação rodoviária direta com o Brasil, pois tinham receio do expansionismo brasileiro. O senador esclareceu-me que não se tratava de preocupação com invasão militar brasileira e sim receio (das migrações de colonos brasileiros desocupados, tal como já sucedeu no Paraguai, Bolívia e Venezuela), criando problemas bilaterais delicados.

Ainda fiquei em Lima mais de um ano e o assunto não progrediu. Soube, porém, que o Brasil e o Peru estavam negociando em nível técnico e pretendiam apresentar ao Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) um pedido conjunto de vultoso empréstimo para construir a estrada. Muito mais tarde, em 1987, houve um encontro dos presidentes José Sarney e Allan Garcia em Rio Branco e Puerto Maldonado. Nessa época já havia consenso pela rota por Iñapari e Assis Brasil, a mais barata. Mais adiante, li na imprensa brasileira notícias meio fantasiosas de que o Japão estaria interessado nessa estrada e por ela importaria soja e madeiras do Peru e do Brasil. Os ecologistas gritaram freneticamente e consta até que os EUA fizeram gestões diplomáticas junto ao governo japonês para dissuadi-lo de financiar o projeto da estrada.

Dias atrás, almoçando com o eficiente Cônsul Geral do Peru no Rio de Janeiro, Miguel Palomino, comentávamos os resultados promissores da recente reunião de Porto Velho, quando autoridades brasileiras e peruanas examinaram cuidadosamente a questão e optaram pela construção da estrada BR-317 com trajeto Rio Branco—Brasília—Assis Brasil (no Brasil) e, no território peruano, por Iñapari, Puerto Maldonado, Cuzco, Arequipa até os portos no Pacífico de Ilo ou Matarani. A outra opção, via Cruzeiro do Sul—Pucallpa—Lima, a BR-364, ficou praticamente descartada, por motivos ecológicos, pelo menos a médio prazo.

A saída pelo Peru é inegavelmente mais realista do que a equatoriana, embora as distâncias também sejam impressionantes. De acordo com cálculos do engenheiro J.F. Azevedo, do DNER, a distância entre Porto Velho e Ilo, na costa peruana, é de 1.938km, com o inconveniente de a estrada ter de ultrapassar os Andes a grande altura. O governo peruano, em seu recente plano viário, já nos deu facilidades de zona franca e

porto livre, de que aliás a Bolívia está tirando proveito. O porto de Ilo parece ser o mais conveniente para nós, já que tem águas profundas e melhor estrutura técnica. A alternativa seria o porto de Matarani, vizinho a Ilo, embora menos bem equipado. A empresa brasileira Odebrecht, que já construiu importante hidroelétrica perto de Arequipa, está realizando estudo de viabilidade para a estrada, levando em conta as precárias condições do terreno e as justas exigências do IBAMA quanto aos efeitos da obra, no Brasil, para o meio ambiente.

Todos esses estudos se justificam plenamente devido às boas possibilidades de vultosa exportação de soja para o Japão, via Pacífico. Os Estados de Mato Grosso do Sul e Rondônia produzem enormes quantidades de soja que se escoam pelos portos do Atlântico Sul, obrigando os navios a darem longuíssima volta pelo Cabo de Hornos ou pelo canal do Panamá para poderem chegar a seu destino no Japão. Esclareço que não está sendo cogitada a exportação de madeiras do Brasil, por motivos ecológicos e políticos, já que isso inviabilizaria todo o projeto de construção da estrada Brasil—Peru. Seja como for, é preciso pensar também na alternativa ferroviária, uma vez que o escoamento rodoviário da soja utilizaria cerca de 50.000 caminhões, fazendo 150 viagens diárias, índices talvez inexistíveis. A vantagem significativa é que se diminuiria em 30% o percurso de exportação de soja para o Japão e, em consequência, haveria sensível descongestionamento das rodovias Cuiabá—Santos e Cuiabá—Paranaguá, e dos dois portos brasileiros.

O trecho Puerto Maldonado—Assis Brasil—Porto Velho já tem acesso possível em temporada seca. Contou-me o Cônsul Geral do Peru que, meses atrás, surpreendeu-se com a chegada ao Rio de Janeiro de uma caravana de caminhões peruanos, desfilando pela Avenida Atlântica, que chegaram a esta capital via Assis Brasil, Rio Branco, Porto Velho, etc. Uma viagem espantosa!

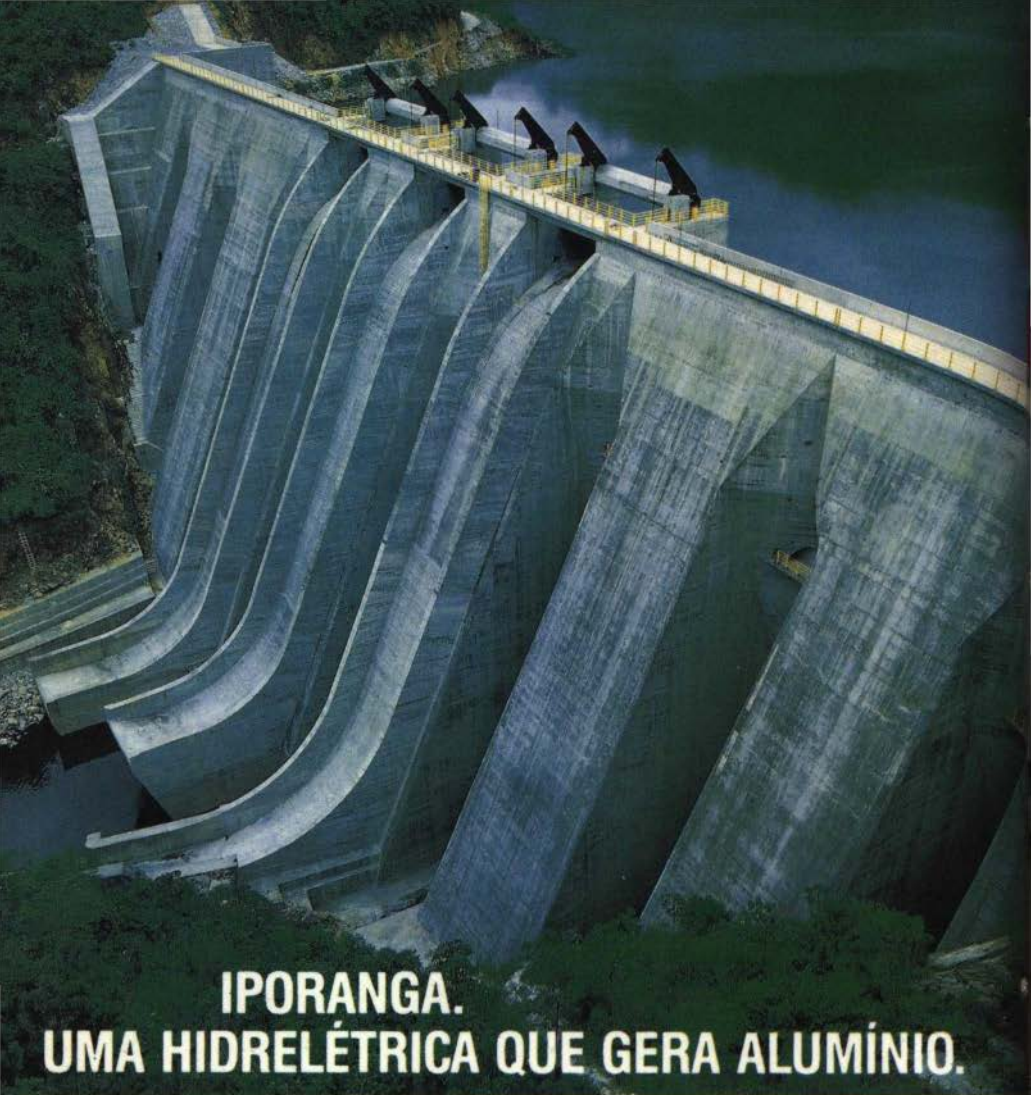
As autoridades dos dois países precisam, porém, ter o maior cuidado na tramitação dos papéis no BID e no Banco Mundial, em vista das novas exigências norte-americanas de que os produtos exportados pela região amazônica tragam sempre o chamado *green seal* (selo verde), que atesta não haverem sido produzidas essas mercadorias com prejuízo do meio ambiente da Amazônia. Parece-me essencial e importantíssimo

analisar essa exigência, pois poderá afetar a soberania dos países amazônicos. Mais dramática ainda é a iniciativa da França, o chamado "projeto Mitterrand", que advoga apenas uma soberania limitada dos países amazônicos sobre seus territórios da região. Não se deve subestimar o impacto de tal proposta na conferência Rio-92 da ONU com delegados de 160 países, dos quais a grande maioria desconhece totalmente os reais problemas regionais da Amazônia. O Itamarati e Torre Tagle terão uma grande responsabilidade em dissuadir os países ricos de iniciativas desse gênero, que nos seriam altamente daninhas e também humilhantes. É preciso esclarecer os demais membros das Nações Unidas sobre as peculiaridades da região amazônica a fim de não termos surpresas desagradáveis em eventuais votações nas conferências da ONU.

Voltando ao tema principal deste artigo, a janela para o Pacífico, os pontos básicos da questão parecem-me ser os seguintes: 1) a conexão rodoviária Brasil-Peru será muito útil, mas só a médio prazo. Por ora não é urgente. Em futuro previsível, não haverá tráfego importante de mercadorias, tão longa e tão acidentada a estrada até um porto peruano. Aproveitemos os próximos anos para realizar acurados estudos de viabilidade,

escolhendo os trechos mais apropriados e menos custosos. 2) O Peru não nos poderá oferecer o porto de Lima, o Callão, que já está supercongestionado. 3) A conexão Cruzeiro do Sul-Pucallpa, a BR-364, representa um perigo para nosso país, pois estabeleceria comunicação direta e fácil com uma das principais zonas de plantio de coca no Peru. Na província de Madre de Diós, por onde passaria a BR-317, não haveria esse risco, pelo menos por ora. 4) O Peru não tem, nem terá tão cedo, condições de pagar sequer a contra partida em intis peruanos para essa custosa obra poder ser financiada pelo BID ou Banco Mundial. Isso acabaria por levar o Brasil a ter de pagar a maior parte das despesas. 5) O mercado regional da zona fronteiriça é insignificante e está longe de justificar despesa tão vultosa. Afinal de contas, tanto o Peru quanto o Brasil têm, a curto prazo, outras prioridades em matéria de estradas. Até lá, ajudemos os acreanos a desenvolver as grandes riquezas de seu Estado.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 14.10.91. Assina-a Vasco Mariz, Embaixador aposentado, ex-Embaixador do Brasil no Peru de 1982 a 1984)



IPORANGA. UMA HIDRELÉTRICA QUE GERA ALUMÍNIO.

A produção de alumínio demanda um alto consumo de energia elétrica e a produção de energia elétrica, por parte da iniciativa privada, demanda uma alta capacidade de determinação. Com esta visão, a Companhia Brasileira de Alumínio desde os anos 50 vem investindo na construção de usinas hidrelétricas que possam suprir seu complexo industrial.

Hoje a Companhia Brasileira de Alumínio conta com 8 usinas hidrelétricas sendo: USINA DO FRANÇA, USINA FUMAÇA, USINA DA BARRA, USINA PORTO RASO, USINA ALECRIM, USINA SERRARIA, construídas ao longo do Rio Juquiá e a USINA SALTO DO IPORANGA, a sua mais nova realização construída ao longo do Rio Assungui, com capacidade anual de 270.000.000 Kwh. A mais nova, mas não a última. Em 1974, a Companhia Brasileira de Alumínio adquiriu da LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A. a USINA ITUPARARANGA

no Rio Sorocaba, com potência de 55 MW e produção média de 150.000.000 Kwh/ano. Atualmente com as 8 usinas em operação, a capacidade total instalada de geração da CBA soma a 332,5 MW, possibilitando uma produção média de aproximadamente 1.800.000.000 kwh/ano.

Novas usinas estão projetadas e entrarão imediatamente em construção após aprovação governamental.

A meta é elevar a atual produção de alumínio de 215.000 para 350.000 toneladas/ano empregando, no mínimo, 50% de energia elétrica própria.



**COMPANHIA
BRASILEIRA DE
ALUMÍNIO**